



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANA FLÁVIA GUIMARÃES CARNEIRO

**DA COMPANHIA FORD A EXPANSÃO AGRÍCOLA DE GRÃOS EM
BELTERRA/PA: UM ESTUDO SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DOS PROCESSOS
DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA**

**SANTARÉM-PA
2021**

ANA FLÁVIA GUIMARÃES CARNEIRO

**DA COMPANHIA FORD A EXPANSÃO AGRÍCOLA DE GRÃOS EM
BELTERRA/PA: UM ESTUDO SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DOS PROCESSOS
DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências da
Sociedade, Curso de Ciências Econômicas, para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.
Universidade Federal do Oeste do Pará.
Orientadora: Profa. Dra. Andréa Leão.

**SANTARÉM-PA
2021**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

- C289 Carneiro, Ana Flávia Guimarães
Da companhia Ford a expansão agrícola de grãos em Belterra/PA: um estudo sobre os desdobramentos dos processos de desenvolvimento na Amazônia./ Ana Flávia Guimarães Carneiro. – Santarém, 2021.
104 p.: il.
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Andréa Leão.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Curso Bacharelado em Ciências Econômicas.
1. Desenvolvimento. 2. Belterra. 3. Borracha. I. Leão, Andréa, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 338.3098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às quinze horas, na Sala Virtual/Link: <https://meet.google.com/zdr-fiwt-ugd> realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **ANA FLÁVIA GUIMARÃES CARNEIRO** (matrícula: 201600194), intitulada: “Da Companhia Ford a Expansão Agrícola de Grãos em Belterra/PA: um estudo sobre os desdobramentos dos processos de desenvolvimento na Amazônia”, sob orientação da Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão que compôs a banca examinadora com o Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão e o Prof. Me. Felipe de Lima Bandeira. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, em seguida as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota **10,00 (DEZ)**. Nada mais havendo a tratar, eu Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Dra. Andréa Simone Rente Leão – Orientadora

Dr. Sandro Augusto Viégas Leão – Membro da banca

Me. Felipe de Lima Bandeira – Membro da banca

Ana Flávia Guimarães Carneiro – Discente

Dedico este trabalho a minha mãe e irmãs, meus grandes exemplos de vida. Sem elas eu não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado forças ao longo da minha caminhada acadêmica.

Agradeço a minha mãe, Ana Lúcia da Silva Guimarães, por sempre batalhar pelos meus estudos e me mostrar que a educação é o melhor caminho a seguir.

As minhas irmãs, Andréa Lúcia Guimarães Carneiro, Andreana Lúcia Guimarães Carneiro, Karoline Guimarães Carneiro e Luana Carla Guimarães Carneiro, por serem minhas inspirações e grandes incentivadoras.

Não poderia deixar de agradecer também aos meus grandes amigos de jornada universitária, Nayara Ferreira Cunha, Ricardo Regis Bentes, Breno de Souza Pinho e Gilana Maria Aguiar dos Santos, pois sempre que precisei não hesitaram em me ajudar.

A minha amiga de longa data, Bruna de Lima Andrade de Araújo, meu mais sincero obrigada, por estar sempre presente me dando forças para concluir esse trabalho.

E por fim, mas não menos importante, agradeço a todos os meus professores, em especial a minha orientadora, Andréa Simone Rente Leão, por seu apoio, confiança e extrema dedicação.

Minha eterna gratidão a todos.

“O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social” (OLIVEIRA; 2002, p. 40).

RESUMO

O município de Belterra-PA será o campo de pesquisa deste trabalho que versará sobre os processos de desenvolvimento desencadeados no período de 1934 a 2019, tendo por base dois grandes projetos: a implantação do Projeto Ford e a Expansão Agrícola de Grãos. E, com isso, objetiva-se descrever analiticamente os desdobramentos desencadeados por esses dois projetos no município, reconhecendo que tais processos de desenvolvimento fazem parte de um contexto maior, a Amazônia. O trabalho que aqui se apresenta metodologicamente é bibliográfico e qualitativo. Será apresentado, inicialmente, a primeira proposta de grande projeto de desenvolvimento, a implantação do Projeto Ford (a partir de 1934), a partir de um processo de indução de capital estrangeiro em uma área da região amazônica, sua origem, implicações e finalização. Posteriormente, apresenta-se o segundo acontecimento, que foi a Expansão Agrícola de Grãos (meados dos anos 1990), como um meio de modificar as estruturas como forma de desenvolver o local, e muitas dessas mudanças, assim como o primeiro, foram impostas principalmente por articulações estabelecidas pelo Estado. Sendo assim, o estudo tem como resultado uma descrição analítica dessas duas realidades, pautadas sob a égide do desenvolvimento, onde, as considerações a qual chega-se é que mesmo que tais processos tenham ocorrido em períodos distintos, claramente, as transformações tiveram causas e efeitos no município de Belterra, ao longo dos anos, sem que com isso, os processos de desenvolvimento almejados fossem alcançados.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Belterra. Borracha. Expansão Agrícola. Grãos.

ABSTRACT

The municipality of Belterra-PA will be the research field of this work that will deal with the development processes triggered in the period from 1934 to 2019, based on two major projects: the implementation of the Ford Project and the Agricultural Expansion of Grains. And, with that, the objective is to analytically describe the developments triggered by these two projects in the municipality, recognizing that such development processes are part of a larger context, the Amazon. The work presented methodologically is bibliographic and qualitative. Initially, the first proposal for a large development project will be presented, the implementation of the Ford Project (from 1934), based on a process of inducing foreign capital in an area of the Amazon region, its origin, implications and completion. Subsequently, the second event is presented, which was the Agricultural Expansion of Grains (mid-1990s), as a means of modifying the structures as a way of developing the place, and many of these changes, as well as the first, were imposed mainly by articulations established by the State. Therefore, the study results in an analytical description of these two realities, guided by the aegis of development, where, the considerations which one arrives at is that even if such processes took place in different periods, clearly, the transformations had causes and effects in the municipality of Belterra, over the years, without achieving the desired development processes.

Keywords: Development. Belterra. Rubber. Agricultural Expansion. Grains.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa de Localização de Belterra no Estado do Pará	69
Figura 02 – Mapa da Área Urbana e Rural do Município de Belterra	71
Quadro 01 – Área dos Municípios Abrangidos pela FLONA Tapajós	72
Figura 03 – Mapa das Unidades de Preservação Ambiental de Belterra	73
Figura 04 – Mapa da Expansão da Agricultura Estimulada pelo Agronegócio nas Adjacências das Rodovias BR-163 e PA-370, Planalto de Santarém, Pará-Amazônia-Brasil, 2005-2018	75
Quadro 02 – Uso do Território pelas TAFs pelo <i>Campesinato-agroextrativista</i>	77
Quadro 03 – Usos do Território pelas TAFs pelo Agronegócio	77
Quadro 04 – Quantidade Produzida de Soja e Milho (em Toneladas) em Santarém e Belterra (1990-1996)	82
Quadro 05 – Quantidade Produzida de Soja e Milho (em Toneladas) em Santarém e Belterra (1997-2003)	83
Gráfico 01 – Quantidade Produzida de Soja e Milho (em Toneladas) em Belterra (2004-2019)	83
Gráfico 02 – Quantidade Produzida de Soja e Milho (em Toneladas) em Santarém (2004-2019)	84

LISTA DE SIGLAS

APA Aramanáí	Área de Proteção Ambiental do Aramanáí
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CFIB	Companhia Ford Industrial Brasileira
DEMA/PARÁ	Delegacia Federal do Ministério da Agricultura no Pará
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DOU	Diário Oficial da União
EMATER/PA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
ERT	Estabelecimento Rural do Tapajós
EUA	Estados Unidos da América
FLONA Tapajós	Floresta Nacional do Tapajós
FORMAZ	Formação Socioeconômica da Amazônia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
Há	Hectare
IAN	Instituto Agrônomo do Norte
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBDF	Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JK	Juscelino Kubitschek
IPEAN	Instituto de Pesquisas Experimentais Agrônomicas do Norte
ISEB	Escola de Sociologia Paulista e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros
NEA	Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
PAC	Projetos de Assentamento Conjunto

PAE	Projetos de Assentamento Agroextrativista
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PNB	Produto Nacional Bruto
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil
PSD	Partido Social Democrata
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência da Política Agrária
TAFs	Terras, Águas e Florestas
UC	Unidade de Conservação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Escola da Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO.....	14
1.1 Discussões sobre o Conceito de Desenvolvimento.....	14
1.1.1 Desenvolvimento como Crescimento Econômico.....	17
1.1.2 Desenvolvimento como Satisfação das Necessidades Básicas.....	19
1.1.3 Desenvolvimento como Elemento de Sustentabilidade Ambiental: o desenvolvimento sustentável.....	21
1.2 Do Desenvolvimento ao Nacional-Desenvolvimentismo no Brasil.....	23
1.3 Do Nacional-Desenvolvimentismo ao Novo-Desenvolvimentismo.....	32
2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BELTERRENSE.....	40
2.1 A Primeira Tentativa de Implantação da Indústria Ford.....	40
2.2 Da Segunda Implantação da Companhia Ford Industrial ao Fracasso do Projeto Ford em Belterra.....	51
2.3 A região de Belterra após a Desocupação Norte-Americana.....	62
3 EXPANSÃO AGRÍCOLA DE GRÃOS EM BELTERRA: UMA NOVA FORMA DE DESENVOLVIMENTO?	68
3.1 Caracterização do Município de Belterra.....	68
3.1.1 Floresta Nacional do Tapajós (FLONA Tapajós).....	72
3.2 O Processo de Expansão Agrícola de Grãos em Belterra.....	78
3.3 Dois Grandes Projetos de Desenvolvimento: a borracha de Henry Ford e a expansão agrícola de grãos.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

INTRODUÇÃO

O município de Belterra-PA será o campo de pesquisa deste trabalho que versará sobre os processos de desenvolvimento desencadeados no período de 1934 a 2019, tendo por base dois grandes projetos: a implantação do Projeto Ford e a Expansão Agrícola de Grãos. Com isso, o tema dessa pesquisa são os desdobramentos desencadeados por esses dois projetos no município, reconhecendo que tais processos de desenvolvimento fazem parte de um contexto maior, a Amazônia.

Considera-se a implantação do Projeto Ford como a primeira tentativa, a partir de um processo de indução de capital estrangeiro em uma área da região amazônica, visando processos de desenvolvimento na região amazônica, mais especificamente, no município de Belterra. E, com o apoio do Estado que passa a disponibilizar terras para que o empreendimento se estabeleça ali. O resultado desse processo foi a transformação do cenário socioeconômico da região através do sistema de produção capitalista/ fordista com a exploração da seringa.

A expansão agrícola de grãos que ocorreu posteriormente (meados dos anos 1990), vem sendo uma nova tentativa de modificar o meio ambiente e as estruturas como forma de desenvolver o local. Dois processos distintos, em épocas distintas, mas, que sinalizam que, muitas dessas mudanças foram impostas principalmente por articulações estabelecidas pelo Estado. E, demonstrar-se-á que essas duas realidades, pautadas sob a égide do desenvolvimento, foram transformações com causas e efeitos no município de Belterra, ao longo dos anos.

O tema tem bastante relevância acadêmica, sendo parte e resultado de pesquisas do Projeto Formação Socioeconômica da Amazônia (FORMAZ), do qual participei como voluntária de pesquisa. Minha afinidade com a área de estudo ajudou bastante na escolha do tema, já que desde o quarto semestre venho desenvolvendo trabalhos ligados a este assunto. Conhecer a Amazônia mais profundamente foi um grande desafio mas, de suma importância e bastante enriquecedor.

Tem-se, portanto como **objetivo geral**, descrever analiticamente os desdobramentos desencadeados por esses dois projetos no município, reconhecendo que tais processos de desenvolvimento fazem parte de um contexto maior, a Amazônia. Para tanto, três **objetivos específicos**, foram definidos como forma para alcançar o objetivo geral acima:

- 1) Apresentar a categoria do desenvolvimento a partir das suas perspectivas conceituais como parâmetro para a descrição analítica do tema aqui proposto;

- 2) Descrever o processo de desenvolvimento de Belterra a partir da implantação do Projeto Ford e das ações que desencadearam a expansão agrícola de grãos no município;
- 3) Identificar analiticamente as implicações e impactos desses projetos de desenvolvimento em Belterra, onde o primeiro teve início e fim e, o segundo ainda se encontra em andamento.

E a partir destes objetivos, a principal questão estabelecida e que irá nortear o trabalho, será: **“Quais os processos e desdobramentos do desenvolvimento no município de Belterra-PA, advindos da instalação da Companhia Ford à expansão agrícola de grãos?”**. Os procedimentos metodológicos voltam-se, segundo Prestes (2012) quanto aos objetivos é um estudo empírico, quanto à forma, é descritivo e quanto ao objeto, bibliográfico. Sobre o levantamento de dados bibliográficos (fontes primárias e secundárias) foram utilizados como referência livros, textos online, artigos científicos, dissertações (trabalhos acadêmicos no geral) via internet, que auxiliaram na fundamentação teórica do mesmo.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, o trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo será abordado diversos conceitos sobre o desenvolvimento, desde seu surgimento, quando este era tratado por uma perspectiva apenas de crescimento econômico, até os dias atuais, quando ele ganha novas vertentes, a exemplo do novo desenvolvimentismo. No segundo capítulo, pautado pela ótica desenvolvimentista, busca tratar sobre a trajetória socioeconômica do local onde hoje denomina-se Belterra-PA, nos anos de 1934 a 1990, com a chegada, permanência e saída da Companhia Ford Industrial Brasileira (CFIB), bem como os desdobramentos que irão ocorrer neste local com o fim do Projeto Ford.

O terceiro e último capítulo, apresentará a nova proposta de desenvolvimento atrelado ao município de Belterra: a expansão agrícola de grãos. E, como se deu a trajetória socioeconômica do município a partir dos anos 1990 e do incentivo tanto através de políticas locais como do Governo Federal, que decidem mais uma vez, interferir nas dinâmicas locais, através de ações que tem por base processo de fora-para dentro. Desta forma, espera-se que este trabalho seja uma contribuição enquanto um resgate histórico sobre Belterra e a região Amazônica. Por fim, é importante reconhecer que esse trabalho não pretende ser algo acabado, mas, uma referência que ajude e estimule novos trabalhos sobre a temática.

1 PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo apresenta de forma introdutória as trajetórias e perspectivas do conceito de desenvolvimento, desde seu surgimento, quando este era tratado por uma perspectiva apenas de crescimento econômico, até os dias atuais, quando ele ganha novas vertentes, a exemplo do novo desenvolvimentismo. Para tanto, o capítulo foi dividido em três seções sendo que a primeira, mostra que esse conceito vem sendo estudado, muito antes de se tornar objeto científico, mas foi realmente, a partir da década de 1940, que essa categoria de análise ganhou destaque. Dividida em subseções, a primeira seção visa entender desenvolvimento baseado em três concepções: desenvolvimento num contexto de crescimento econômico; desenvolvimento como uma necessidade básica e desenvolvimento como um elemento de sustentabilidade ambiental.

A segunda seção remete ao nacional-desenvolvimentismo no Brasil, uma proposta que em seu período inicial, estava fortemente fundamentada pelas ideologias da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). É a partir dessa concepção que a industrialização brasileira começa a dar pequenos sinais, inserindo o país em um novo contexto que provocará mudanças não apenas histórica, mas cultural, social e principalmente econômica. Finalizando esse capítulo, a terceira seção irá abordar sobre o novo-desenvolvimentismo, como uma das novas concepções de interpretação do desenvolvimento nos dias atuais, que nasce com a prerrogativa de dar uma interpretação à processos de desenvolvimento partindo do contexto macroeconômico global contemporâneo.

1.1 Discussões sobre o Conceito de Desenvolvimento

As discussões sobre desenvolvimento, começaram muito cedo ao longo da história da humanidade, e mesmo assim, até os tempos atuais não se chegou a uma única identificação ou significado para a palavra. Santos et al. (2012, p. 47) aponta que “a preocupação com o desenvolvimento tem suas raízes na ciência econômica”. Economistas clássicos como Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx, em suas teorias e contribuições relacionam o desenvolvimento, enquanto riquezas das nações, crescimento, progresso, dentre outros, como fator de demasiada importância para o sistema capitalista (SANTOS, et al., 2012). Sistema esse, que a partir dos anos de 1940, torna o desenvolvimento como algo inevitável e, portanto, “[...] um processo de aceleração do crescimento econômico, da produção e do consumo” (SILVA, 2016, p. 173).

Desta forma, têm-se que abordagens como mudanças, progresso, bem-estar, riqueza e até mesmo desenvolvimento foram discutidas desde muito antes do próprio conceito ser tratado como objeto científico. A exemplo disso, temos o economista Adam Smith, que foi o primeiro a sugerir ou mesmo fazer questionamentos sobre esses temas, em sua obra intitulada *A Natureza e a Causa da Riqueza das Nações*. Mas, além dele, outros autores¹ ganharam destaque, pois buscaram compreender essas e demais definições (AMARO, 2003).

Gómez (2002) acredita que a ideia de desenvolvimento teve relevância nos estudos dos economistas clássicos, mas apenas como e sob a forma de crescimento de produção, e, com isso, deixaram o desenvolvimento como segundo plano, algo para se pensar depois, de menor importância, secundário ao crescimento, visto até mesmo como um sinônimo do crescimento. No campo das ciências econômicas se tem uma ideia de primeiro acumular capital para posteriormente haver distribuição, e sucessivamente obter o tão sonhado bem-estar social. E, esse pensamento foi utilizado principalmente com o surgimento da visão econômica neoclássica (SANTOS, et al., 2012).

A escola neoclássica acreditava veemente nessa abordagem e defendiam que as sociedades iriam atingir em determinado momento o mesmo nível de progresso, sejam eles materiais, sociais ou/e culturais. Mas a história fala por si só, e é notório que isso não aconteceu, muito pelo contrário, ao longo do tempo as discrepâncias só aumentaram entre os países ricos, ditos desenvolvidos, e os países pobres, subdesenvolvidos. O desenvolvimento é tido, então, como aquele que irá orientar, ou seja, dará direção para que uma sociedade atrasada se torne uma sociedade avançada. (SANTOS, et al., 2012).

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o conceito de desenvolvimento ganhou verdadeiro espaço, visto que foi o momento onde diversas colônias estavam ganhando sua independência e que a realidade do mundo modificou-se tendo como característica a imposição de uma nova estrutura de poder, tanto econômica quanto política (GÓMEZ, 2002; SANTOS, et al., 2012). De acordo com Amaro (2003, p. 04), “é vulgar associar o nascimento do conceito de desenvolvimento ao período a seguir à Segunda Guerra Mundial”. O autor argumenta que a independência de diversas colônias europeias, nesse período, é apenas um efeito dos interesses e estratégias dos Estados Unidos da América (EUA) e da influência da ideologia da União Soviética.

Uma dessas estratégias volta-se para o programa de auxílio humanitário ofertado pelos EUA, o famoso “Plano Marshall”. Foi através dessa política de assistência financeira que

¹ Como Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx e Joseph Schumpeter, que entraram nessa perspectiva para tentar entender a rápido avanço do progresso da sociedade.

diversos países europeus se reergueram no pós-guerra, e a partir disso retomaram seus planos rumo ao progresso e riqueza, na época, sinônimos de desenvolvimento. Posteriormente, seu primeiro discurso como Presidente dos EUA, Harry S. Truman, mencionou o subdesenvolvimento, fixando assim, um marco histórico para se pensar no desenvolvimento de outros países além dos pertencentes a Europa, como: África, Ásia e América Latina (GÓMEZ, 2002; SIEDENBERG, 2004).

O país então se comprometeu a trabalhar o desenvolvimento nesses lugares, através da promoção do progresso industrial e melhora na qualidade de vida das pessoas, por meio de ajuda econômicas, administrativas, técnicas e militares (GÓMEZ, 2002; SIEDENBERG, 2004). A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, foi criada única e exclusivamente para se debater questões referentes ao desenvolvimento, portanto, a meta era/é a busca por melhores condições de vida das pessoas. Foi a partir da criação dessa instituição que os debates e discussões sobre este tema se tornaram mais vívidos (OLIVEIRA, 2002).

Inicialmente, o desenvolvimento era tratado como algo que ao longo do tempo iria ser revelado; algo novo; uma descoberta, que seria exposta no tempo certo à medida que se desenrolava. Mas, com o passar do tempo foi analisado que não se tratava mais de algo que deveria revelar como as coisas estavam caminhando, mas sim, fazer com que as mudanças pudessem acontecer, e da melhor maneira possível (CAIDEN; CARAVANTES, 1982).

É, portanto, por volta dos anos de 1940, como dito anteriormente, que desenvolvimento passa a ser objeto de estudo científico, por conta do surgimento da Economia do Desenvolvimento, “com a finalidade de observar, descrever e explicar o fenômeno do desenvolvimento” (SANTOS, et al., 2012, p. 49). O desenvolvimento se torna então um dos segmentos da área da ciência econômica e passa a ser assunto de diversas pesquisas e produções científicas, a qual serve para formação, produção e definição de diversas políticas públicas de países do mundo todo no pós-guerra. E, o debate a partir desse momento sobre desenvolvimento, passa a ser sobre Desenvolvimento Econômico, e, neste contexto a discussão, teorização e modelagem avançou dentro do marco da Ciência Econômica (CORRÊA, 2013).

Sobre o famoso conceito, definição ou mesmo caracterização do desenvolvimento, Santos, et al. (2012) revela que ao longo da história da humanidade, ele vem sendo moldado a partir de três concepções: i) tem o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico; ii) trabalha o desenvolvimento econômico como satisfação das necessidades básicas; e, iii) aplica o desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental. Nas subseções abaixo, serão apresentadas essas três concepções de desenvolvimento, tendo como referência

Santos, et al. (2012) que tratam dessas concepções, trazendo os seus pontos de vista e de outros autores.

1.1.1 Desenvolvimento como Crescimento Econômico

Esse ideário de desenvolvimento como crescimento econômico foi propagado a muito tempo atrás, tendo como referência os próprios economistas clássicos, como Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx. Em suas diversas obras esse termo esteve presente, porém, sob a forma de crescimento econômico, crescimento de produção, acumulação de riqueza etc. (GÓMEZ, 2002). O desenvolvimento com o formato e características que conhecemos hoje, era um pouco diferente naquela época.

Para Santos et al. (2012) o desenvolvimento como crescimento econômico baseia-se na capacidade que a sociedade tem de assegurar o crescimento da produção, do consumo e da renda. Portanto, o desenvolvimento teria que estar entrelaçado com a ideia de uma sociedade industrial e urbana, ou seja, para se tornar uma sociedade moderna dependeria do nível industrial e urbano atingido. Foi essa perspectiva de desenvolvimento, baseada nesses dois níveis, que passou a vigorar como um modelo chave nos países ocidentais, modelo esse que mais tarde é propagado para continentes menos privilegiados como África, Ásia e América Latina.

Por um longo período de tempo a ideia de desenvolvimento foi relacionada apenas ao crescimento econômico, o que fortalecia ainda mais a concepção de desenvolvimento com caráter puramente econômico (AMARO, 2003). E por conta disso, inicialmente, se deu apenas visibilidade ao crescimento econômico, quando a ONU resolveu apontar o Produto Nacional Bruto (PNB), como indicador de pobreza, ou seja, aquele que divide países pobres de países ricos. Posteriormente, em meados dos anos de 1960, finda a visão de que países desenvolvidos são aqueles que possuem crescimento econômico, portanto, o PNB passa a não ser mais avaliado como um indicador de pobreza (GÓMEZ, 2002).

Foi a partir dessa discussão (de que o PNB não era capaz de apontar as causas para o subdesenvolvimento), e através da perspectiva de que o crescimento e o desenvolvimento trariam uma melhora na qualidade de vida, que houve uma junção de duas categorias, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, para assim chegar ao desenvolvimento propriamente dito (GÓMEZ, 2002). Sendo assim, as definições de desenvolvimento e crescimento devem estar dissociadas, ou melhor, não devem ser mais vistas como palavras sinônimas/semelhantes, e sim complementares uma a outra.

A discussão sobre a diferença entre esses dois conceitos ganha grande destaque na obra *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, de Furtado (1971). Nela o autor estabelece que o desenvolvimento econômico é bem mais complexo que o crescimento econômico propriamente dito, pois envolve não só questões voltadas a renda, riquezas e acumulações, como outros setores como o de tecnologia (seja ela designada para qualquer área), questões sociais (interligadas também a satisfação das necessidades de um todo) e etc. Diferente do conceito de crescimento econômico que é muito mais simples, pois “[...] não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão” (FURTADO, 1971, p. 83).

Sobre essas diversas perspectivas de desenvolvimento, é importante salientar, que ainda hoje há grandes discussões sobre o conceito de desenvolvimento. Oliveira (2002, p. 38), por exemplo, nos diz que “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”. Portanto, deve-se pensar em crescimento econômico apenas como um meio, não um fim, pois o desenvolvimento, seja ele aplicado a micro ou macrorregiões, é o resultado de diversos fatores, um deles é o crescimento econômico, ou seja, ao se atribuir crescimento econômico, não necessariamente falamos de desenvolvimento. Muito desse pensamento está em voga nos estudos de Gómez (2002, p. 03, grifo do autor) quando ele diz que:

Mero crescimento não significava verdadeiro desenvolvimento. Era preciso melhorar o nível quantitativo, mas também qualitativo da produção para melhorar verdadeiramente as condições de vida das populações dos “países subdesenvolvidos.

Essa ideia de que o desenvolvimento não poderia ser visto como uma analogia ao crescimento foi imposta, no final dos anos 1940, pelos economistas estruturalistas. O desenvolvimento, por si só, estaria ligado a natureza qualitativa, enquanto o crescimento estaria sujeito a natureza quantitativa (SCATOLIN, 1989 apud OLIVEIRA, 2002). E mesmo que por décadas até hoje esses debates sobre crescimento e desenvolvimento tenham sido travados para que esses conceitos não fossem mais vistos como conceitos semelhantes, deixou sérios danos no pensamento da sociedade (OLIVEIRA, 2002).

É importante ressaltar que apesar dos países de primeiro mundo tenham passado por um processo de crescimento econômico, não necessariamente isso seria aplicado a países de terceiro mundo. E mesmo que alguns países tenham obtido algum nível de crescimento econômico, o mundo capitalista não conseguiu evitar uma crise econômica na década de 1970, e essa situação, acabou provocando intensas críticas ao modelo de desenvolvimento por meio

do crescimento econômico. Viu-se, então, a necessidade de incorporar outros modelos de desenvolvimento e, uma das discussões e incorporações pertinentes ao tema é o que se apresenta na próxima subseção quanto o Desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas.

1.1.2 Desenvolvimento como Satisfação das Necessidades Básicas

Por volta dos anos 1947, o mundo estava passando pelo período histórico da Guerra Fria, que teve como causa principal as disputas políticas-ideológicas de países considerados, na época, grandes potências (EUA e União Soviética). Foram impostos, então, dois pensamentos ideológicos distintos, enquanto um tinha o segmento de desenvolvimento baseado em princípios liberais, o outro tinha o desenvolvimento pautado em princípios marxistas. Porém, ambos os segmentos tinham ideias iguais quando se tratava de atingir uma sociedade industrializada e urbanizada (SANTOS, et al., 2012).

E, apesar dos embates iniciais, a concepção de Estado se unificou, e surgiu o que ficou conhecido como Estado do Bem Estar Social. É a partir dos princípios que regem o Estado de Bem Estar Social, como a responsabilidade do Estado para com “[...] o bem estar de seus cidadãos, por meio de uma gama de serviços tais como: saúde, educação, previdência, habitação, entre outros” (SANTOS, et al., 2012, p. 52). O desenvolvimento passa a se adequar, com uma visão que vai além do crescimento econômico, pensa-se agora de forma mais extensa, com o lado social entrando em cena (SANTOS, et al., 2012).

Outro direito humano básico que é de extrema importância destacar aqui, é a alimentação, pois “é um componente indispensável para a crescente equidade social que se pretende seja promovida pelos processos de desenvolvimento”. Portanto, o modo como a sociedade se alimenta, deveria “estar no centro das ações e das políticas públicas”. (MALUF, 2000, p. 54). Para Oliveira (2002, p. 40):

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Concordando com Oliveira (2002), verifica-se essa ênfase na satisfação das necessidades básicas como fortalecedora da ideia de políticas sociais para o Bem-estar. Maluf (2000) afirma serem as políticas sociais, essenciais para se chegar a grandes mudanças nesses âmbitos. Reconhecem assim, que os modelos de desenvolvimento vigentes não estariam

assegurando essa proteção a sociedade, de uma vida digna e justa, e, portanto, as políticas seriam a solução para melhorar o nível de equidade social e talvez, assim, controlar o nível de pobreza de diversos países.

Em sua obra intitulada *Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso*, Siedenberg (2004) faz uma indagação sobre a possibilidade de se provar a ocorrência de políticas ou estratégias de desenvolvimento, e logo em seguida responde de maneira enfática, dizendo que isso irá acontecer caso forem estabelecidas as características, a extensão e o prazo das mudanças advindas pelo desenvolvimento. Só assim, teríamos um parecer final, quanto as políticas desenvolvimentistas e se os responsáveis estão atendendo a certos critérios.

Mesmo que esse debate sobre inclusão social tenha iniciado na ONU, é com a CEPAL que ela ganha grande proporção. Foram diversas críticas propagadas pela Comissão sobre o conceito de desenvolvimento, voltadas para assuntos sociais, pois essa definição estava sempre entrelaçada a questões econômicas, referente a produtividade e acumulação de capital. A partir dessas inúmeras críticas, nações do mundo todo e instituições internacionais como a ONU e a CEPAL adquiriram um modo de mensurar o desenvolvimento social (SANTOS, et al., 2012).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem sido utilizado, desde os anos de 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para medir a atuação dos países sobre as políticas públicas aplicadas em prol do desenvolvimento social (SANTOS, et al., 2012).

A ONU elegeu, desde a década de 1990, o desenvolvimento como o mais importante desafio a ser enfrentado pela raça humana. Apesar das enormes oportunidades tecnológicas criadas pelo século XX, ainda existe mais de 1 bilhão de pessoas, um quinto da população mundial, que vivem com menos de 1 dólar por dia – padrão de vida que a Europa Ocidental e os EUA já haviam atingido há 200 anos. Em *Desenvolvimento com Liberdade*, Amartya Sen (2000) nos mostra que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como alimentação, saúde e educação, mas também as liberdades associadas com a educação, a participação política, a proibição da censura, entre outras. Assim sendo, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das escolhas e das oportunidades do indivíduo, possibilitando uma vida longa, saudável, com acesso a recursos necessários para um nível de existência digno da geração atual e futura (SANTOS, et al., 2012, p. 55).

Como a definição de desenvolvimento passou muito tempo ligada ao lado econômico, de acumulação de capital, realmente é um pouco intuitivo que ao tentar alterar ou mesmo acrescentar outras propriedades a essa definição tenha tido um certo tipo de dificuldade; dificuldade essa principalmente ligada a aplicação da mesma, colocar em prática um objetivo é

sempre mais difícil. É, o que Santos, et al. (2012, p. 55) querem nos mostrar no parágrafo acima, quando dizem que a ONU, nos anos de 1990, aponta esta situação (aplicar desenvolvimento – de modo a atender as necessidades básicas da sociedade) como sendo *o mais importante desafio a ser enfrentado pela raça humana*.

O ponto principal aqui, não é excluir as questões referentes ao lado econômico e deixar somente os aspectos sociais prevalecerem. E sim, fazer com que esses segmentos trabalhem juntos, para que de certa forma eles possam se tornar um só, pois mesmo que a renda monetária não seja um elemento suficiente para medir o bem-estar da sociedade, tem papel fundamental na vida de muitas pessoas, e se complementada a indicadores sociais, se torna essencial (MALUF, 2000). Conseqüentemente, a ideia geral, é mencionar a palavra desenvolvimento e saber que há, também, em sua natureza intrínseca aspectos socioeconômicos ligadas a ela, bem como outras dimensões para além do econômico e social.

Portanto, pensar em desenvolvimento passa a requerer muito mais do que apenas uma análise por meio do crescimento econômico e da equidade social, e, é o que a maioria dos autores citados acima tentam explicar. Há um leque de características para uma só palavra e, a partir dessa reflexão que na subseção abaixo se apresentará o desenvolvimento e a inserção do campo ambiental, a partir da sustentabilidade ambiental.

1.1.3 Desenvolvimento como Elemento de Sustentabilidade Ambiental: o desenvolvimento sustentável

O debate sobre desenvolvimento sustentável se deu inicialmente pela prerrogativa e percepção de que os recursos naturais são limitados, portanto, são finitos. Mas não apenas isso, levaram em consideração as desigualdades causadas pelo modelo de desenvolvimento que estava em andamento em vários países (CMMAD, 1991). Isso fez com que entrasse em pauta as conseqüências deixadas pela industrialização, vulgo, crescimento econômico das nações, principalmente as ditas desenvolvidas. E, portanto, começa-se a pensar na “necessidade de qualificar o desenvolvimento, o que impõe, como efeito imediato, pensar e debater o futuro da humanidade” (VARGAS; ARANDA; RANDOMSKY, 2016, p. 99).

O rápido crescimento e propagação do sistema capitalista no mundo resultou em sérios danos ao meio ambiente, e muito disso deve-se aos múltiplos malefícios que a depredação dos recursos naturais traz consigo. E todas essas conseqüências sofridas são frutos únicos e exclusivos dos interesses do grande capital, que busca apenas as vantagens monetárias que esses bens proporcionam, ou seja, a natureza vinha sendo posta como segundo plano aos interesses e

necessidades do homem. Com o passar do tempo visões divergentes a este pensamento começaram a ganharem destaque nos debates acadêmicos científicos (SANTOS, et al., 2012).

Por volta da década de 1970, o conceito de desenvolvimento começou a ser associado “[...] com maior frequência a adjetivos como humano, social, eco- e sustentável” (SIEDENBERG, 2004, p. 15). Oliveira (2002) traz a concepção de desenvolvimento sustentável, ligadas a essas outras variáveis (humano e social), pois volta-se para a problemática de como as ações ou necessidades do ser humano hoje serão atendidas de modo a não delimitar e/ou afetar diretamente as necessidades da geração futura, com isso, “as nações passam a preocupar-se finalmente com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida” (OLIVEIRA, 2002, p. 38). E, basicamente, dão maior atenção ao problema da escassez.

Esse debate sobre desenvolvimento sustentável entrou em voga nos estudos de Santos, et al. (2012) que denominou esse assunto como o terceiro paradigma base. Mas ele não só debateu sobre sustentabilidade, e sim sobre sustentabilidade socioambiental. Sobre essa discussão, para Oliveira (2002, p. 43):

A história do pensamento sobre desenvolvimento sustentável está diretamente ligada à história do pensamento ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável é parte inextrincável do movimento ambientalista que surgiu na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970. Basicamente, podemos dividir a evolução da preocupação com o desenvolvimento sustentável em cinco temas: 1) preservação da natureza; 2) desenvolvimento da administração (gerenciamento) e da ciência ecológica nos trópicos; 3) ambientalismo e crise global; 4) ecologia global, conservação e meio ambiente; 5) ambientalismo global.

Portanto, toda uma gama de assuntos referentes as questões ambientais passam a afetar diretamente a ideia de desenvolvimento. “Desenvolvimento e meio ambiente tornaram-se indissociáveis” (SANTOS, et al., 2012, p. 56). Dito isso, chega-se à conclusão que a relação sociedade-natureza tem capacidade de ser moldada em conjunto; em concordância. Sendo assim, Santos, et al. (2012) apontou seis aspectos elaborados por Ignacy Sachs que deveriam/devem ser atendidos para conduzir os rumos do desenvolvimento, são eles:

[...] a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e outras culturas e programa de educação (SANTOS, et al., 2012, p. 56).

O desenvolvimento, segundo Reyes (2001 apud GÓMEZ, 2002) está elencado por uma tripla condição. Gómez (2002), ao citar tais condições diz que a primeira volta-se para uma condição social, a qual a sociedade tem direito “a educação, moradia, serviços de saúde, alimentação, uso racional e sustentável dos recursos e respeito da cultura e tradições no seu

entorno social” (GÓMEZ, 2002, p. 04). A segunda, aponta o fator econômico “em relação às oportunidades de emprego, satisfação, como mínimo, das necessidades básicas e uma boa distribuição da riqueza” (GÓMEZ, 2002, p. 04).

E por último, a terceira, dirige-se para o lado político, “a respeito da legitimidade não só em termos legais, mas também em termos de prover à maioria da população de benefícios sociais” (GÓMEZ, 2002, p. 04). Tendo em vista toda essa gama de definições e ramificações do desenvolvimento, o próximo tópico discorre sobre como todo esse processo de desenvolvimento ocorreu e como foi tratado no Brasil a partir do chamado Nacional-Desenvolvimentismo.

1.2 Do Desenvolvimento ao Nacional-Desenvolvimentismo no Brasil

De início, a base desses estudos do desenvolvimento foi composta por dois *vieses*: o pensamento anglo-saxão e o pensamento latino-americano da CEPAL (SANTOS, et al., 2012). Aqui se dará voz as abordagens cepalinas, que foram muito influenciadas pelas as ideias keynesianas que estavam em ascensão (CASSOL; NIEDERLE, 2016). Esta instituição “se constituiria na matriz de um original pensamento econômico latino-americano, crítico do liberalismo, que influenciaria toda uma geração de economistas” (PEREIRA, 2011, p. 123). Foi criada, principalmente, devido ao desagrado dos países latino-americanos com o Plano Marshal.

Sendo, que a CEPAL, não foi mais uma, dentre tantas, que não obtiveram qualquer tipo de produção (PEREIRA, 2011). Uma das principais teses utilizadas pela CEPAL, para justificar o atraso das economias latino-americanas volta-se para o que diversos autores chamaram de concepção centro-periferia. Sobre essa abordagem, Pereira (2011, p. 123) diz que:

A divisão internacional do trabalho produzia efeitos diferenciados entre países ricos (centro) e pobres (periferia). O progresso técnico se expandia de maneira desigual: no centro, foi mais rápido e elevou a produtividade de todos os setores econômicos; na periferia – relegada à função de produzir alimentos e matérias-primas para o centro – a difusão do progresso técnico era restrita ao setor exportador, não se propagando pelo resto do sistema produtivo.

Robilloti, Mello e Cavalieri (2016) em seus estudos mostram o quanto a divisão internacional do trabalho foi injusta com os países menos favorecidos, a qual a América Latina faz parte. Essa divisão só aflorou as desigualdades pré-existentes entres os países ricos e pobres, vulgo centro e periferia. Enquanto as nações desenvolvidas tinham um sistema de crescimento pautado pelo indústria e progresso técnico, as regiões subdesenvolvidas tinham como padrão

de crescimento atividades voltadas para o setor de produtos primários, que posteriormente eram exportados.

Nos Pós-crise de 1929, esse contexto começa a mudar, mesmo lentamente e, a periferia inicia, então, seu processo de transformação com sinalização para a industrialização. O ideário cepalino, teve forte influência no processo de industrialização brasileira. Segundo Silva (2013, p. 20) esse processo era visto “como meio de superar a situação de pobreza e de reduzir a diferença entre eles e os países desenvolvidos” e “o resultado seria atingir a independência política e econômica através do crescimento econômico autossustentado”.

Portanto, esse sistema industrial era visto como indício de mudança, um tipo de desenvolvimento interno (nacional) que deveria ter como base o aumento da produção. Através desse método, os países subdesenvolvidos (caso do Brasil) teriam melhores condições para o aumentar sua produção industrial, e conseqüentemente, substituiria os bens antes importados (SILVA, 2013). No Brasil, diversos autores foram pioneiros em abordagens envolvendo o viés desenvolvimentista, tais como: Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Milton Santos, Paulo Freire etc. (CORDEIRO, 2014).

Sobre esse termo – desenvolvimentismo – Prux e Salomão (2015, p. 06, grifo dos autores) nos diz que ele “assume diversos significados na literatura econômica de acordo com o *approach* teórico em que está inserido; por isso, é preciso, antes de tudo, definir seu conceito”. Desse modo, a partir daqui se dará ênfase sobre o que Fonseca (2015 apud PRUX; SALOMÃO, 2015) apresentou como um subtipo de desenvolvimentismo: o nacional-desenvolvimento. Curiosamente, o viés nacionalista nasceu bem antes do próprio termo desenvolvimento ser inserido dentro da trajetória acadêmica, lá pelo final do século XVII, essa corrente começa a dar seus primeiros passos, mas é no século seguinte que ela ganha certa notoriedade (PRUX; SALOMÃO, 2015).

Apesar desses assuntos serem tratados e debatidos ao longo da história do Brasil, foi só a partir da década de 1930, com Getúlio Vargas no poder, que houve no país incentivos voltados para o desenvolvimentismo. Segundo Cordeiro (2014, p. 232), deu-se início à:

[...] fase nacionalista brasileira, onde uma tentativa de construção de uma nação foi experimentada, em paralelo a um esforço de crescimento econômico focado na industrialização, na substituição de importações e no surgimento de novas classes sociais.

Anos antes do governo de Vargas se estabelecer, a economia brasileira era incorporada basicamente pela produção e exportação de café, sendo este setor o grande responsável por gerar a maior parte da renda nacional. A indústria, se desenvolveu, então,

mediante a esse mercado. O setor agroexportador, foi considerado, na época, o mais importante, pois provocou mudanças estruturais no país, tais como transporte e comunicação em diversas regiões (PRUX; SALOMÃO, 2015).

Após a crise econômica de 1929, a indústria que antes era inclinada para o setor cafeeiro exportador, torna-se bem mais complexa e inicia um processo, mesmo que tímido de diversificação de bens produzidos. Porém, continuando com a produção de bens finais e intermediários voltados para atender a demanda interna e isso afetou diretamente a economia brasileira, de modo que, “o setor voltado ao mercado interno começa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor ligado à exportação, alterando o fator dinâmico principal que passa a ser o mercado interno” (PRUX; SALOMÃO, 2015, p. 13). Houve então uma ruptura de modelos econômicos antes implantados, originando mudanças principalmente no âmbito industrial.

Segundo Prux e Salomão (2015, p. 15, grifo do autor):

A grande depressão resultou na diminuição da importância relativa dos fluxos comerciais e financeiros, ocasionando uma mudança de crescimento “para dentro” em países como o Brasil. A conjuntura afetava diretamente o balanço de pagamentos, uma vez que a queda dos preços das exportações não foi compensada pelo aumento do *quantum* exportado.

Percebe-se que na Segunda Guerra Mundial, a industrialização brasileira continuou crescendo, e de forma exponencial, pois com essa busca da promoção da industrialização nacional o governo proporcionou um *obrigatório processo de substituição de importações*. E além disso, promoveu o acúmulo de reservas cambiais e fez com que o número de indústrias apenas crescesse, assim como seus ramos industriais, o que fortaleceu ainda mais o mercado interno. Mas, mesmo com todos esses esforços para que o Brasil se tornasse país industrializado ainda estava longe de se chegar a essa meta (CRUZ, 2008).

Esse “processo de industrialização acontece de forma não intencional como reflexo da crise do café e das medidas tomadas para a proteção desse setor” (PRUX; SALOMÃO, 2015, p. 15). Ou seja, não foi de forma deliberada que o setor interno acabou se beneficiando, foram apenas algumas ações ou políticas adotadas pelo governo para favorecer a exportação, como a adoção da desvalorização da moeda e a aplicação de uma política monetária expansiva, que acabaram “dando errado”, favorecendo positivamente a industrialização local. Sobretudo, quando o assunto é analisado por meio das instituições implantadas, nota-se um real interesse e preocupação com a industrialização do Brasil (PRUX; SALOMÃO, 2015).

Os próprios discursos de Vargas são pautados por assuntos referentes ao avanço da industrialização conjuntamente com o progresso econômico, e posteriormente com o desenvolvimento, roborando, então, com a percepção da necessidade de driblar o atraso imposto no país, pelo setor agrário. Mas mesmo, com a determinação que o governo tinha de industrializar o país, o setor primário nunca deixou de ter força na economia e, assim o desenvolvimento torna-se gradativamente um sinônimo de industrialização, sem que o Brasil rompa totalmente com suas origens primário-exportadora. E, o governo apesar de não possuir um planejamento referente as questões desenvolvimentistas, apresentou certa harmonia e concatenação em suas propostas referentes a esfera econômica (PRUX; SALOMÃO, 2015).

Internacionalmente, por volta dos anos 1940, a concepção de desenvolvimento foi tratada através de planejamentos (BIELSCHOWSKY, 2000). A própria CEPAL, citada anteriormente, foi uma dentre as cinco comissões econômicas, criadas pela ONU após a Segunda Guerra, para auxiliar a ONU e os governantes da América Latina no pensar e planejar processos que envolvessem planejamento com vistas de auxiliar as economias dos países pertencentes a esse grupo, rumo ao desenvolvimento econômico e social, através de políticas e ações dos governos (CORRÊA, 2013). Essas políticas e ações governamentais voltadas para países latino-americanos tiveram grande importância no decorrer da industrialização e urbanização das mesmas, pois provocaram um crescimento em torno de 5,8% nos anos de 1945 a 1954 (PEREIRA, 2011).

De acordo com Cruz (2008), muitas das análises de Celso Furtado voltavam-se para o processo industrial brasileiro, pois ele via nesse método uma oportunidade ímpar para a ocorrência de mudanças nos modos de produção da sociedade, o que intensificaria transformações nas relações de produção, estrutura social e política. Mas, para que todas essas mudanças ocorressem, e com propósito de uma sociedade igualitária e justa era necessário um estímulo político que partisse dos diversos setores da sociedade, principalmente da classe do operariado e da burguesa, que eram as que tinham mais força nessa fase do capitalismo industrial. Só assim iriam ocorrer grandes transformações em âmbito cultural, social e político.

Segundo Cruz (2008, p. 13-14, grifo do autor):

Furtado desenvolveu propostas de mudanças sócio estruturais associadas ao processo de industrialização e urbanização então em curso para, via participação política das camadas populares, direcionarem a formação de um pacto político “progressista”. Este pacto daria sustentação política às reformas institucionais que norteariam o processo de desenvolvimento nacional. Para isso, criaram métodos de interpretação da realidade brasileira, com o intuito de fornecerem uma visão própria dos efeitos do capitalismo nas sociedades periféricas dependentes que servisse de guia para as

transformações sociais e institucionais necessárias à modernização do país sob um viés igualitário, eleito como novo paradigma da construção nacional.

Foi a partir dos anos de 1950 que se começou a pensar o planejamento do desenvolvimento em âmbito nacional (GÓMEZ, 2002). É interessante notar que, foi nessa década que o conceito de desenvolvimento se consolidou. Para Prux e Salomão (2015, p. 05):

Se o desenvolvimentismo tomou corpo teórico a partir de 1950, sua concepção remonta ao final do século XIX, quando, nos contornos da recém instalada República, passa-se a pensar as formas para superar o atraso e alcançar um futuro desejável para o país nesse novo momento.

Segundo Cruz (2008), o movimento nacional-desenvolvimentista dos anos de 1950 foi muito além do populismo. Viu-se nesse movimento, uma oportunidade única de transformação, mobilização e conscientização contra as forças que defendiam um sistema democrático único (devido a instauração de uma era excludente e desigual, que estava fundamentada na lógica do subdesenvolvimento, advinda culturalmente desde a exploração colonial). Portanto, o desenvolvimento teria que vir para além de uma modernização nas práticas de produção, trata-se de algo mais profundo, como debates e mudanças que vão desde questões sociais a política.

De acordo com Corrêa (2013), a CEPAL forneceu importantes contribuições nas políticas desenvolvimentistas brasileiras, a exemplo disso são algumas das políticas implantadas nos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1961) que visavam a implantação de um núcleo industrial para o país, sustentando assim, as propostas deles baseadas no desenvolvimento nacional. Outra contribuição importante foi, em 1952, a criação, a partir de uma demanda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) à CEPAL, do Grupo Misto CEPAL-BNDE, que foi um grupo técnico, dirigido por Celso Furtado. O Grupo Misto CEPAL-BNDE foi criado “para aprofundar os estudos dos problemas do longo prazo da economia brasileira, o que permitiu colocar em prática a *Técnica de Planificação*” (GUMIERO, 2013, p. 130, grifo do autor), trabalhada por Celso Furtado.

Ou seja, o Grupo Misto CEPAL-BNDE foi criado única e exclusivamente para realizar diversos estudos sobre desenvolvimentismo nacional e dar suporte aos gestores nacionais quanto as técnicas de Planejamento Econômico. Com isso, idealizaram propostas sobre a economia brasileira, mas precisamente em 1953, apresentaram o Estudo Preliminar sobre a Técnica de Planificação do Desenvolvimento Econômico. Essas orientações dadas por membros do grupo expuseram o quanto eles estavam do lado oposto dos ideais liberais

ortodoxos, pois defendiam uma industrialização acelerada e maiores incentivos nesse setor (CRUZ, 2008). Ainda segundo esse autor:

Com o retorno de Vargas, por meio de eleições ocorridas em outubro de 1950, a problemática nacional-desenvolvimentista manifesta-se ainda com certo vigor, consubstanciada em sua política econômica substitutiva de importação sustentada na poupança nacional, com os seus elementos correspondentes a saber, urbanização, proletarização, etc. Isto é, o processo de desenvolvimento econômico baseado, exclusivamente, nas exportações tradicionais e na substituição de importações industriais de consumo, bem como de alguns bens duráveis de consumo e de capital. Com efeito, o País teve grande capacidade para importar e fez investimentos em setores estratégicos, como o foram os grandes projetos: Petrobrás, Eletrobrás e investimento em transporte (CRUZ, 2021, p. 24).

Além disso, o governo de Vargas baseado nesse modelo nacional-desenvolvimentista criticou “o papel periférico reservado ao Brasil na DIT [Divisão Internacional do Trabalho] e a partir disso, fazia a defesa do intervencionismo e do planejamento” (PRUX; SALOMÃO, 2015, p. 19). Todavia, apesar de que pensam, os ideais desse governo não eram contra o capital estrangeiro, apenas defendiam que eles fossem impostos, “desde que estivesse em consonância com o projeto modernizador forjado pelo Estado” (PRUX; SALOMÃO, 2015, p. 19). E, ainda de acordo com Prux e Salomão (2015, p. 20), resumidamente, pode-se dizer que:

Ao longo dos 25 anos da fase nacional-desenvolvimentista, o Brasil vivenciou um crescimento industrial intenso, sem precedentes na América Latina. É no governo Vargas, todavia, que são criadas “as condições institucionais que tornaram possíveis as realizações do decantado Governo JK” (SZMRECSÁNYI, 1986), como a criação da Petrobrás, do BNDE e da Eletrobrás.

No governo de JK, o processo de industrialização foi fortemente relacionado ao capital estrangeiro, em outras palavras, esse capital contribuiu para instaurar um novo modelo de industrialização no país, pois via nesse caminho uma possibilidade de desenvolvimento econômico. Foi necessário, portanto, reestruturar o papel do Estado e assim dar prosseguimento quanto aos ideais desenvolvimentistas ancoradas ao Plano de Metas do Governo. A partir disso, foi possível começar a pensar estratégias para o planejamento econômico.

Sob a prerrogativa de se vencer o subdesenvolvimento em diversos países da América-latina, o governo também recorreu a um projeto chamado Operação Pan-Americana (OPA). Regionalmente, ainda sob o governo de JK, deu-se a criação do Banco do Nordeste em 1952 e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959. Antes mesmo do seu mandato presidencial, JK dava a entender que se eleito, o país iria passar por um

momento transitório – de uma lógica pautada pelo desenvolvimento agrário para um país modernizado –, favoreceria, portanto, o setor industrial e a urbanização (CRUZ, 2021).

Uma de suas promessas estava realmente relacionada ao fortalecimento de uma indústria muito mais avançada, com a “expansão de multinacionais para a periferia, principalmente de empresas norte-americanas e europeias em busca de mercados, matéria prima, mão de obra barata e facilidades fiscais” (PRUX; SALOMÃO, 2015, p. 20). Quando eleito, para que suas promessas fossem cumpridas, uniu “os interesses do capital nacional à penetração do capital estrangeiro” e isso provocou altas taxas de crescimento econômico, “graças aos empréstimos internacionais, mas com a manutenção da taxa de câmbio e os controles de importação, de forma que protegesse também o capital nacional” (PRUX; SALOMÃO, 2015, p. 22).

Nos debates envolvendo temáticas do nacional-desenvolvimentismo, duas escolas brasileiras se destacaram, a Escola da Universidade de São Paulo (USP) ou Escola de Sociologia Paulista e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), juntas elas foram um marco nas discussões políticas e sociais do país (CORRÊA, 2013). Para Cruz (2008, p. 247), os debates entre essas duas escolas foram de fundamental importância, pois apresentaram “métodos diferentes, visões de mundo diferentes e, mais à frente, projetos diferentes para o Brasil”. Foram discussões intelectuais que marcaram a geração dos anos de 1950 a 1970, quando a área do conhecimento das ciências sociais em meio a tantas dificuldades foi institucionalizada no Brasil.

Como dito anteriormente, tanto o conceito de desenvolvimentismo quanto nacionalismo ocuparam um lugar importante nos debates dentro da política brasileira. Esses conceitos foram fortemente inseridos nas narrativas intelectuais, principalmente nos estudos do grupo intitulado como Escola Paulista de Sociologia (BARBOSA, 2011). Essa escola mantinha-se sob as ordens de Florestan Fernandes e estava pautada nas diretrizes políticas e intelectuais para se pensar desenvolvimento sob óticas racionais, democráticas e urbano-industrial brasileira (CORRÊA, 2013).

Segundo Santos (2005, p. 52-53 apud CRUZ, 2008, p. 252, grifo do autor) havia uma diferença entre as duas escolas:

O ISEB, diferente da USP, foi desde o começo mais propriamente uma usina de ideias do que uma “fábrica de ideologias”, convertendo tipos de energia mais do que as produzindo. Um exemplo, entre outros, foi a “conversão” por Paulo Freire do existencialismo e dos conceitos de alienação, cultura, povo, saber popular, etc. em métodos de alfabetização, como mostrou, entre outros, Vanilda Paiva.

O presidente posterior a JK, Jânio Quadro (1961) trouxe em seu mandato um duplo sentido no que tange a política externa. Seu governo utilizou dessa política em prol de vantagens para obter apoio internacional para um possível plano nacional desenvolvimentista (CRUZ, 2021). Como Jânio, não permaneceu por muito tempo no poder por ter renunciado, assume seu vice, João Goulart (1961) que, apesar de muitos conflitos envolta de sua posse, buscou se manter dentro dos procedimentos desenvolvimentistas e, no ano seguinte à sua posse foi “apresentado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por equipe coordenada por Celso Furtado em resposta à aceleração da inflação e à deterioração externa” (PRUX; SALOMÃO, 2015 p. 23).

Com o Plano Trienal tinha intenção de combater a inflação e retomar o crescimento econômico conjuntamente com transformações no âmbito social, mas infelizmente houve apenas uma desaceleração econômica. Nas palavras de Prux e Salomão (2015) não haveria nenhuma tentativa de estabilização imediata para o Brasil, pois elas estariam destinadas ao fracasso, tendo em vista que o país estava passando por uma crise política, o que posteriormente, provocou o Golpe Militar de 1964, a qual proporcionou a derrubada de João Goulart, conduzindo a uma era antidemocrática. Assim sendo, em abril de 1964, Humberto Castelo Branco toma posse.

Um marco em seu governo foi a adoção do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tinha como objetivo:

[...] acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico; conter o processo inflacionário, atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais; assegurar, pela política desinvestimentos, a manutenção do emprego e da mão de obra; e corrigir a tendência aos déficits no balanço de pagamentos. O programa diagnosticou a restrição no balanço de pagamentos como séria limitação ao crescimento, e como forma de superação propunha o incentivo à exportação, a abertura ao capital estrangeiro e o alinhamento à política econômica estadunidense (PRUX; SALOMÃO, 2015, p. 23-24).

Observou-se nos períodos seguintes (1968-1973), que marcam o governo de Artur da Costa e Silva, e posteriormente o governo de Emílio Garrastazu Médici, a adoção de uma política monetária expansiva, resultando em um crescimento da atividade econômica, baixa inflação e desequilíbrio externo, caracterizando por um “milagre econômico”. O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), lançado em 1968, no governo de Costa e Silva, chama atenção por ser considerado como mais desenvolvido que o PAEG, de Castelo Branco. Este, por sua vez, tinha como ponto principal o combate à inflação e defendia políticas voltadas para a recuperação de investimentos privados (PRUX; SALOMÃO, 2015).

Ernesto Geisel (1974), por sua vez, tomou posse da presidência da república quando o cenário estava propício e nos eixos em relação a taxas de inflação que estavam baixas e ao balanço de pagamentos bem estruturado. Mas em relação à indústria, a mesma se encontrava fortemente dependente do exterior, por conta das importações de bens de capital e petróleo, o que resultava em endividamentos. Foi por conta dessa dependência que na primeira crise do petróleo o país teve que enfrentar uma forte redução em sua capacidade de importar (PRUX; SALOMÃO, 2015).

Declinou-se, portanto, o famoso “milagre econômico”. Foi necessário então, pensar em novas formas e estratégias para mudar esse cenário. Uma delas, foi a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que teve como objetivo principal “manter as taxas de crescimento econômico e conduzir o Brasil para uma nova etapa do desenvolvimento; para isso, exigia-se a reorientação do processo de crescimento” (PRUX; SALOMÃO, 2015, p. 25). Porém, mais do que isso, pretendia-se superar o subdesenvolvimento, o que, no geral, os objetivos do plano não foram atingidos

Cordeiro (2014) acredita que houveram muitos desgastes na aplicação do tão famoso modelo nacional-desenvolvimentista, e esses desgastes teriam ocorrido em dois períodos, primeiro na Era Vargas, e mais tarde na época da Ditadura Militar de 1964. Primeiro, porque o modelo desenvolvimentista do país teve um entrelace com essas ditaduras o que “marcou fortemente certo descompromisso democrático desse modelo” (CORDEIRO, 2014, p. 232). Segundo, porque houve uma “alta concentração de renda e acúmulo de dívida externa [...], sem nenhum tipo de política social contra a concentração de renda ou contra a pobreza e a desigualdade” (CORDEIRO, 2014, p. 232).

E este enfraquecimento do desenvolvimento nacional provocado pela Ditadura Militar no Brasil, acaba respingando no ideário cepalino. Segundo Pereira (2011, p. 126):

No decorrer dos anos 1960, quando grande parte do continente latino-americano mergulha nas trevas das ditaduras militares (sobretudo após o golpe de Pinochet, no Chile), a Cepal se desarticula e vai, gradativamente, perdendo importância. Seu legado, contudo, foi lançar as sementes de um autêntico pensamento econômico latino-americano e, por extensão, também brasileiro. O que não é pouca coisa.

Não foram poucas as transformações ocorridas ao longo da história do Brasil, em prol do nacional-desenvolvimentismo. No desfecho do trabalho de Prux e Salomão (2015), eles apontam que nos anos de 1930 a 1954, o modelo base era o agroexportador, voltado para o crescimento da indústria interna e da urbanização. Posteriormente, o Estado começa a pensar

desenvolvimento sem muita ligação ao setor cafeeiro, porém, mesmo com todas as crises a produção do mesmo para exportação não extinguiu.

De 1956 a 1979 houve um vertiginoso avanço da industrialização, por conta de um melhor planejamento governamental. De acordo com Bresser-Pereira (2016), nos anos que se seguem, essa realidade muda, e o Brasil, assim como diversos outros países subdesenvolvidos, apresenta um decrescimento econômico, fortemente ligado ao endividamento externo. Diversos, foram os fracassos apresentados, e foi a partir desse momento que estudiosos buscaram encontrar uma outra teoria, para tentar explicar ou obter algum tipo de resposta sobre os desdobramentos desse novo cenário.

Esta nova conjuntura, vem a ser denominada de novo-desenvolvimentismo, um conceito contemporâneo do desenvolvimento. Sendo ela uma ramificação, é considerada por vários estudiosos como uma nova escola de pensamento desenvolvimentista. Esta, será, portanto, assunto da seção seguinte.

1.3 Do Nacional-Desenvolvimentismo ao Novo-Desenvolvimentismo

Posteriormente, começou uma nova etapa no que tange a democracia, a justiça brasileira, e o fortalecimento do desenvolvimento, é o que Cordeiro (2014, p. 233) chama de terceiro ciclo:

Este terceiro ciclo começa a se configurar no final dos anos 1970 e perdura até os dias atuais, tendo sido fortemente marcado pelo fortalecimento da sociedade civil no Brasil, pela redemocratização do Estado brasileiro, pela construção dos paradigmas iniciais do modelo da democracia participativa e pelas lutas e avanços no campo dos direitos e nas políticas redistributivas do crescimento econômico histórico brasileiro, ainda que com vários percalços e desafios no caminho, como, por exemplo, a onda neoliberal dos anos 1990.

Para se chegar ao terceiro ciclo desenvolvimentista no Brasil, Cordeiro (2014) estipulou alguns importantes fatores-causa. O primeiro fator-causa a ser apontado são voltados para discussões ideológicas sobre o modelo de desenvolvimento econômico a ser seguido. O segundo tem relação com um leque de atores sociais que buscam discutir o desenvolvimento do país, que antes era concentrado apenas na sociedade elitista.

O terceiro, por sua vez, diz respeito a uma gama de significados para o conceito de desenvolvimento. O quarto e último volta-se para o debate ambiental dentro das vertentes do desenvolvimento. Portanto, “o desenvolvimento, antes predominantemente econômico, agora divide o debate com o social, o político e o ambiental” (CORDEIRO, 2014, p. 234).

Vale ressaltar que esse processo se intensifica fora do Brasil, por volta dos anos de 1970, quando começou a surgir questionamentos no âmbito dos movimentos sociais, principalmente eixo Europa e EUA que, acabaram por incidir em processos de pesquisas e discussões técnico-científicas, ao mesmo tempo que alguns organismos internacionais, liderados pela ONU também adentraram na discussão e, inseriram temas como meio ambiente e pobreza, por exemplo (SIEDENBERG, 2004; FOLADORI, 2001; LEÃO, A., 2017). Para Cordeiro (2014) foi em meados dos anos de 1980, que no Brasil, começou a ser levantado questionamentos referentes a outros campos ligados ao desenvolvimento, como desenvolvimento local, sustentabilidade ambiental, gestão pública e social, justiça social, dentre outros assuntos. Por outro lado, em sua tese intitulada *Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930–2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo*, Silva (2013) discorre sobre o terceiro ciclo desenvolvimentista brasileiro, e diferentemente de Cordeiro (2014), ele aponta os anos 2000 como ponto de partida, sendo que nos anos de 1990, se tinha uma pequena faísca.

Esse período ficou, então, conhecido como novo desenvolvimentismo, e mesmo que a palavra implique em algo inovador, diferente do desenvolvimentismo visto no passado, ainda apresentava algumas características semelhantes com esse “passado”. Contudo, foi o momento da retomada dos debates sobre desenvolvimento na esfera da ciência econômica, que até então estava meio esquecido. Essas discussões estão muito em voga nos meios acadêmicos, sendo que muitos dos argumentos dos autores eram pós-neoliberais, e portanto, discutiam esse novo modelo de forma mais abrangente, e muitos deles apontaram o fator crescimento como pré-requisito importantíssimo (SILVA, 2013).

É curioso notar o quanto o conceito de desenvolvimento foi ganhando infinitos significados, sendo eles diversos e controversos, ao longo dos anos, no próprio campo das ciências econômicas (BARBOSA, 2011). Para Siedenberg (2004, 11): “Desenvolvimento continua sendo um conceito ambíguo, difuso, ou seja, um conceito cujos contornos não estão nitidamente definidos”. Ainda segundo esse autor:

Do ponto de vista histórico e semântico, o conceito de desenvolvimento já sofreu diversas metamorfoses e tudo indica que essa capacidade de transformação e de adaptação aos diferentes enfoques é uma de suas principais características, responsável pela sua vitalidade e longevidade como um conceito-chave, ao lado do qual já se perfilaram os mais diferentes adjetivos (SIEDENBERG, 2004, p. 15).

Trazendo essa retórica para o contexto brasileiro, Barbosa (2011, p. 177) concorda, quando diz que ambos os conceitos (nacionalismo e desenvolvimentismo) foram:

[...] submetidos a novos significados e destituídos de outros ao longo da constituição de ao menos três experiências, as quais são diversas e às vezes contraditórias, mas que são também complementares.

As experiências, a qual o autor se refere são: a do golpe militar de 1964, a crítica ao desenvolvimento no regime militar e a redemocratização. Vários anos após a forte inserção do neoliberalismo no Brasil, as discussões sobre o desenvolvimentismo retornam (MOLLO; AMADO, 2015). Segundo Bresser-Pereira (2016, p. 145) pode-se pensar desenvolvimentismo de duas formas: 1ª) “[...] como uma forma de organização econômica e política do capitalismo alternativa ao liberalismo econômico, e o correspondente estilo de gestão econômica desse capitalismo”; e, 2ª) “[...] como uma escola de pensamento econômico”.

O novo desenvolvimentismo nasce para explicar e dar uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento, já que as impostas e adotadas no Brasil, baseadas no viés cepalino falharam na promoção do crescimento econômico (ROBILLOTI; MELLO; CAVALIERI, 2016). De acordo com Bresser-Pereira (2016, p. 146-147), o novo desenvolvimentismo é:

[...] uma teoria histórico-dedutiva que, dentro do quadro de imprevisibilidade e incerteza que caracteriza o comportamento humano, busca compreender como os países da periferia do capitalismo passaram a buscar o desenvolvimento econômico e realizar o alcance depois da Segunda Guerra Mundial. Rejeita, portanto, o método hipotético-dedutivo da teoria econômica neoclássica, o modelo de equilíbrio geral, e a possibilidade de os sistemas econômicos serem simplesmente regulados pelo mercado. Ao invés, afirma a existência de sistemas econômicos nacionais e um sistema econômico mundial em formação, que são regulados por duas instituições fundamentais – o Estado e o mercado – este também regulado pelo Estado.

O novo desenvolvimentismo, “surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto do socialismo” (CASTELO, 2012, p. 624). Portanto, ele nada mais é do que um novo segmento do desenvolvimento estabelecido por uma economia política, que vê o crescimento como um fruto ou mesmo consequência de diversas políticas nacionais, de interações existentes entre as diversas classes e o Estado, ambos desenvolvimentistas (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 03). Essas interações entre Estado e classes desenvolvimentistas que Bresser-Pereira (2016) remete em vários de seus estudos como coalização desses dois setores, tem fundamental importância nos estudos do desenvolvimentismo, assim como as formas do capitalismo.

Sobre esse sistema, ao remeter apenas aspectos econômicos, tem-se que o mesmo é insubstituível porque considera o mercado uma instituição superior ao Estado, quando envolve a supervisão de empresas competitivas. Porém, quando envolve o outro ramo – não

competitivo, o Estado tem controle essencial. Dito isso, tem-se que o mercado competitivo é supervisionado pelo próprio mercado, por se tratar de uma estratégia microeconômica.

Trazendo para o plano macro, o mercado não competitivo (monopolista), tem o controle nas mãos do Estado, pois o mercado não tem, absolutamente como assegurar:

[...] que os cinco preços macroeconômicos permaneçam certos: as taxas de lucro, de juros, de câmbio, de salários e de inflação. Por isso o papel do Estado é também fundamental na política macroeconômica [...] (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 147).

Castelo (2012, p. 625) aponta em seu estudo, um livro intitulado *Novo Desenvolvimentismo*, lançado em 2005, em que o mesmo traz abordagens de autores ditos estruturalistas e keynesianos, e debatem sobre temas envolvendo a relação do Estado e do mercado, com teorias de que “um Estado forte deve regular um mercado forte, estimulando a concorrência e a inovação”, só assim o capitalismo seria mais dinâmico. É interessante notar, que esses autores além de reconhecer a importância das políticas econômicas, voltadas para taxas de crescimento econômico, apostam no desenvolvimento social, ou seja, acreditam no bom desempenho de “políticas macroeconômicas associadas a programas sociais de promoção de igualdade de oportunidades e reformas nos sistemas financeiros, educacionais e de inovação tecnológica” (CASTELO, 2012, p. 625). O desenvolvimento, então:

[...] se coloca como heterodoxia, não apenas por contemplar um papel deliberado do Estado para garantir crescimento e transformação da sociedade, mas também porque apreende os fatores do lado da demanda como os motores do crescimento (MOLLO; AMADO, 2015, p. 02).

Resumidamente Castelo (2012) apresenta três correntes do novo desenvolvimentismo, sendo elas respectivamente, macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo, pós-keynesiana e social-desenvolvimentista. A primeira e segunda corrente tem propostas estreitamente relacionadas ao Estado como regulador do mercado, portanto, sintetizador das incertezas econômicas, favorecendo o setor privado. A terceira, por sua vez, tem o Estado como ator muito mais presente do que nas duas correntes anteriores e se preocupa com o mercado interno.

Mollo e Amado (2015) classificaram em três os níveis desenvolvimentistas: o primeiro eles chamaram de os novos desenvolvimentistas percussores, o segundo de novos desenvolvimentistas pós-keynesianos, e terceiro denominaram de social-desenvolvimentistas. O primeiro, chega a ter uma ideia mais próxima dos neoclássicos, o segundo, é composto majoritariamente por membros da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E, por último, o grupo de número três, tem uma “perspectiva mais próxima dos estruturalistas de

esquerda, contendo ideias pós-keynesianas, em particular sobre o papel mais discricionário do Estado, sendo mais próximo do marxismo” (MOLLO; AMADO, 2015, p. 06).

Os novos desenvolvimentistas percursores adotam a lógica de priorizar o mercado externo, com vista ao crescimento das exportações e, em razão disso, defendem que esse seria um ótimo impulso para o desenvolvimento. Os desenvolvimentistas pós-keynesianos tem certo foco no mercado econômico, mas a principal preocupação está nos países de economia aberta, pois os mesmos ficam sujeitos a entradas e saídas de capital, portanto, a economia fica vulnerável, em um cenário de incertezas. Por outro lado, os sociais-desenvolvimentistas dão ênfase as políticas de distribuição de renda, e tem o mercado interno como promotor do desenvolvimento (MOLLO; AMADO, 2015).

Sobre o papel econômico do Estado, o novo desenvolvimentismo remete que o mesmo tem como obrigação “garantir as condições gerais da acumulação de capital, ou, em outras palavras, é assegurar os meios necessários para que as empresas possam investir e aumentar continuamente a produtividade” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 148). Bresser-Pereira (2016, p. 148) ainda aponta cinco condições essenciais para que isso aconteça:

(1) a ordem pública ou a garantia da propriedade e dos contratos, (2) a educação pública, (3) a promoção da ciência e da tecnologia, (4) os investimentos na infraestrutura econômica, e (5) uma taxa de câmbio que torne competitivas as empresas que utilizam a melhor tecnologia disponível no mundo.

Mas, essa obrigatoriedade do Estado deve ir além de apenas atender o setor econômico, o Estado dito democrático, deve promover e assegurar segurança, liberdade, diminuição das desigualdades e proteção ao meio ambiente” (BRESSER-PEREIRA, 2016). Trazendo agora para uma outra perspectiva do novo desenvolvimentismo, numa visão teórica, Bresser-Pereira (2016) declara que esta surgiu como uma oposição ao pensamento ortodoxo neoclássico. Tinha como proposta explicar as dificuldades que os países, não só pobres, mas de renda média e pré-industriais, estavam encontrando na busca do desenvolvimento.

Mas o autor ainda diz que esse pensamento remete ao que o desenvolvimentismo clássico abordou, com uma industrialização forte, que viria a transformar o modo como a sociedade vinha se organizando. A exemplo dessas dificuldades encontradas ao longo da aplicação dos diversos modelos de desenvolvimento, temos os anos de 1970, que marcam a reabertura dos mercados financeiros para países em desenvolvimento. Muitos deles ao apostar no crescimento por meio do endividamento externo obtiveram apenas retorno no curto prazo devido à crise financeira dos anos 1970 logo bateu em suas portas, provocando aumento considerado na inflação e estagnação econômica (BRESSER-PEREIRA, 2016).

A partir disso, países que estavam vivendo em uma ditadura, logo apostaram numa democracia, a exemplo temos o Brasil, que buscou uma retomada ao desenvolvimento, através dos ideais da macroeconomia keynesiana e desenvolvimentismo clássico, mas mais uma vez fracassaram. Foram esses e diversos outros fracassos enfrentados por muitos países em desenvolvimento, em especial o Brasil, que Bresser-Pereira (2016, p. 152) e demais estudiosos viram que nenhuma dessas teorias do desenvolvimento antes adotadas ofereciam qualquer tipo de resposta ou mesmo “instrumentos teóricos para compreender a quase-estagnação da economia brasileira, e, mais amplamente, das economias latino-americanas – uma semi estagnação cuja natureza é essencialmente macroeconômica”.

A partir disso, surge nos anos 2000, o Novo Desenvolvimentismo, como uma nova escola de pensamento (BRESSER-PEREIRA, 2016). Assim como muitos autores citados aqui, Bresser-Pereira (2016, p. 153), subdividiu esse novo desenvolvimentismo em três subdisciplinas: “[...] uma economia política [...], uma microeconomia [...], e uma macroeconomia que já alcançou um razoável grau de sofisticação”. Bresser-Pereira (2004 apud CASTELO, 2012, p. 624) diz que esse novo modelo desenvolvimentista se diferencia do nacional desenvolvimento em três aspectos: “maior abertura do comércio internacional; maior investimento privado na infraestrutura e maior preocupação com a estabilidade macroeconômica” e, sinteticamente, ele quer dizer que antigamente o setor privado e o próprio mercado não tinham um papel tão relevante, pelo menos não como tem hoje.

No governo Lula, por exemplo, as questões e políticas sociais estavam fortemente envolta do modelo de desenvolvimento adotado na época, bem diferentemente de outras fases do desenvolvimentismo do país. Esse conceito de social-desenvolvimentismo aparece nos trabalhos de Pochmann (2010 apud CASTELO, 2012), sendo um paradigma de desenvolvimento fortemente relacionado com “crescimento econômico, supremacia nacional, reafirmação da soberania nacional [...], reformulação do papel do Estado [...] e choque distributivo” (CASTELO, 2012, p. 627). Concordando com esse enredo, Bresser-Pereira (2009, apud SILVA, 2013, p. 199) nos diz que no ano de 2004, sob o governo Lula, a taxa de crescimento do país melhorou por conta da alta nas exportações de *commodities*.

As questões agrárias no Brasil, que estavam em evidência nesse período de crescimento econômico, por conta também das diversas discussões na área ambiental, ganham ainda mais notoriedade com a implantação do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente (NEA). Subtende-se pelo nome da instituição que ela busca tratar sobre a o espaço rural, sendo um dos seus contrapontos o debate sobre a agricultura familiar. A partir disso, “os resultados dessas pesquisas evidenciam a expansão de novas formas de ocupação no meio rural,

vinculadas direta ou indiretamente às atividades essencialmente urbanas” (SILVA, 2013, p. 218).

O meio rural brasileiro, requer uma definição de estratégias pautadas no desenvolvimento nacional, voltadas para aplicação de políticas não só macroeconômicas – como vem sendo aplicada ao longo dos anos –, mas também setoriais que atendam conjuntamente a fatores como equidade social, onde não só grandes empreendimentos sejam favorecidos, mas sim, sejam simultaneamente favorecidas as pequenas e médias empresas, e a agricultura familiar. O resultado, logo, viria por meio da geração de empregos e consequentemente redução da pobreza (SILVA, 2013). Ressalta-se, portanto, que esse é só um dos muitos exemplos, de que se bem aplicado, o desenvolvimento possibilita infinitos ganhos.

Como estratégia nacional, o novo-desenvolvimentismo surge como um caminho a ser seguido em prol de grandes mudanças, políticas, econômicas e sociais. Sendo que essas mudanças são estreitamente dependentes dos diversos setores da sociedade. Para Silva (2013, p. 201), dentre os aspectos importantes a serem remodelados, estão inclusos:

[...] a expansão dos mercados locais, dos serviços públicos nas pequenas cidades e a expansão simultânea das produções agrícola e industrial, de forma a criar as condições materiais para um crescimento com distribuição de renda.

O crescimento, viria, então, sob pontos fundamentais como “a elevação real do salário mínimo, a universalização da previdência e a expansão das políticas de renda voltadas à população mais pobre (SILVA, 2013, p. 201). Sendo essa abordagem sobre novo desenvolvimentismo muito recente, autores como Bresser Pereira e João Sicsú, se destacaram ao abordar e defender essa categoria como a promessa de ser uma política pós-neoliberal, mesmo reconhecendo que em alguns aspectos eles tenham alguma semelhança com as políticas econômicas neoliberais. É importante ressaltar que esses teóricos têm tanta notoriedade em seus estudos que suas literaturas foram além da academia, alcançaram outros setores como o empresariado (CASTELO, 2012).

Entre os anos de 2007 e 2008, o novo desenvolvimentismo ganha uma nova vertente, a de social-desenvolvimentismo, esta tese traduz-se:

[...] no compromisso fundamental de impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massa, que promovesse a inclusão de milhões de brasileiros, universalizasse as políticas sociais básicas e resolvesse o drama histórico da concentração de renda e riqueza (MERCADANTE, 2010, p. 36 apud CASTELO, 2012, p. 626).

Sobre as principais dificuldades de se aplicar o desenvolvimento, Castelo (2012) nos diz que está vinculada com a crise internacional; a importância do crescimento e preservação do meio ambiente serem vistas como um conjunto; e manter as taxas de crescimento por um longo período de tempo. Como superação a essas dificuldades, têm-se como sugestão a “política econômica de incentivo aos investimentos públicos e privados, [...] constituição de ramos industriais tecnologicamente avançados, mecanismos internos de financiamento de longo prazo e mudança no perfil do consumo popular”. (CASTELO, 2012, p. 628).

Assim como são incontáveis as dificuldades encontradas na implantação do desenvolvimento, se tem inúmeras objeções as definições e ramificações ao redor desse assunto, tanto que a grande maioria dos autores citados neste estudo têm visões diferentes sobre o seu nascimento e seu conceito. Muitos apontam que esse conceito fez aparições nos estudos dos economistas clássicos, assim como outros acreditam que ele começou a ser fundamentado após a segunda guerra mundial. Mas mesmo que esses conceitos ou modelos desenvolvimentistas tenham sido discutidos por um longo período de tempo, há ainda hoje infinitos trabalhos sobre o tema. E ainda assim, com essa imensa magnitude de estudos, tem-se uma grande dificuldade em atribuir uma única definição para a palavra.

É a partir de todas as discussões feitas até aqui que se irá adentrar no segundo capítulo, dando ênfase na região localizada no oeste paraense, denominada Belterra. O capítulo seguinte irá, portanto, abordar como se deu a tentativa de processo de desenvolvimento urbano/industrial na região que engloba hoje o município de Belterra-PA. Inicialmente essa tentativa é por meio da entrada do capital estrangeiro, com ideais de progresso, desenvolvimento e modernização por meio da implantação de uma cidade-empresa na Amazônia, e posteriormente, com a saída desse empreendimento, o governo federal tenta dar prosseguimento, ao que já tinha sido construído até então, com a mesma perspectiva de que a região deveria crescer e desenvolver, mas esse caminho traçado, também, foi de altos e baixos.

2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BELTERRENSE

Este capítulo busca tratar, sob a ótica desenvolvimentista, sobre a trajetória socioeconômica do local onde hoje denomina-se Belterra/PA, nos anos de 1934 a 1990, com a chegada e permanência da Companhia Ford Industrial Brasileira (CFIB). E, para se ter um melhor entendimento de como os ideais de “progresso, modernização e desenvolvimento” chegaram nessa região, primeiro será apresentado uma descrição sobre a chegada da CFIB em Fordlândia/PA, e posteriormente em Belterra. Na sequência será introduzida as descrições acerca de Belterra pós CFIB, até meados dos anos de 1990, com a sua emancipação e o advento da expansão agrícola de grãos na região. Contudo, neste capítulo, a ênfase maior será à CFIB e como esse único projeto acabou afetando e provocando grandes mudanças nesses dois locais – Fordlândia e Belterra.

Para tanto, esse capítulo terá três subseções, onde, na primeira se irá descrever como ocorreu o processo de implantação das Industrias Ford no estado do Pará, mais precisamente em Fordlândia. E como se verá nessa descrição, com o fracasso do projeto da CFIB em Fordlândia, a segunda seção entra em cena para abordar a inserção da CFIB em Belterra, dando ênfase sobre como esse empreendimento ao tomar posse do lugar, promove mudanças estruturais, tanto na esfera econômica como social, momento onde o ideário do “desenvolvimento” toma lugar, mudando as várias formas de se viver na Amazônia. Por fim, a terceira seção irá abordar sobre como essa localidade conhecida como Belterra, se reestruturou com a intervenção do governo federal, inicialmente e, assim como nas seções anteriores, a ênfase se dará nas mudanças que ocorrem na região de Belterra, nos anos que vão de 1945 a década de 1990.

2.1 A Primeira Tentativa de Implantação da Indústria Ford

No âmbito econômico e financeiro, várias foram as consequências deixadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Mas, neste trabalho, o destaque será para aquela que afetou diretamente o setor automobilístico, o preço da borracha, insumo intrinsecamente ligado ao nosso objeto de estudo. Com a Primeira Guerra, inicialmente, houve a queda do preço da borracha, mas os ingleses, por sua vez, como um dos poucos detentores dessa matéria prima, adotaram estratégias de mercado para que o preço desse produto fosse forçado a aumentar. Esse novo contexto, fez com que os consumidores, que estavam insatisfeito com essa situação, buscassem uma solução, ou mesmo encontrassem alternativas para essa dificuldade, chegando

a conclusão, de que a melhor solução seria a autossuficiência, ou seja, ser detentor desse insumo (AMORIM, 1995).

Sob essa prerrogativa, a indústria automotiva norte americana ganhou novos ares, e trouxe consigo um insumo muito importante nessa produção, a borracha. Herbert Hoover, Secretário do Comércio dos EUA, na época, alertou alguns empresários sobre os países da Europa que eram, em sua grande maioria, detentores desse insumo em específico e, aconselhou que os mesmos procurassem uma nova forma de adquirir essa matéria prima. Propôs então, “que os fabricantes americanos investissem na produção de borracha na América Latina e financiassem expedições científicas à Amazônia para compensar os custos de pesquisa” (GRANDIN, 2010, p. 36).

Segundo Grandin (2010), dentre os líderes presentes nessa fala de Hoover, apenas dois deram devida importância para essa recomendação, sendo um deles Henry Ford. Desta forma, houve incentivo, via as Indústrias Ford para que pesquisadores adentrassem na Amazônia para estudar o território, com objetivo único e exclusivo de buscar um local propício para produzir seringueiras em larga escala. Henry Ford, detentor da maior rede de indústrias automobilísticas dos Estados Unidos, objetivava com isso, implantar seu projeto de ter na região amazônica sua plantação de seringueiras.

Almejava, portanto, ser capaz de abastecer suas indústrias do referido insumo, visando tornar as Indústrias Ford, a maior produtora de borracha natural do mundo, para assim servir em abundância o setor automobilístico fordista norte-americano. O Vale do Tapajós foi considerado, então, o local mais promissor. Levou-se muito em consideração, o fato de Henry Wickham, ter contrabandeado para Inglaterra cerca de setenta mil sementes dessa região; sementes essas que deram retorno econômicos inimagináveis para os ingleses (GRANDIN, 2010; FARO, 2021; PEREIRA, 2012).

Esse foi o ponto de partida para Ford, começar a articular com Governo brasileiro e oligarquias da Amazônia sobre seu projeto, para que o mesmo pudesse, então, se firmar no oeste paraense; articulações essas que dão certo. No final dos anos 1920, o empreendimento americano, implanta-se primeiramente no município denominado atualmente como Fordlândia². O referido empreendimento americano chega à Fordlândia com uma estrutura necessária para que o projeto se firmasse, e, foram construídas, desde oficinas, serrarias e depósitos à hospitais, escolas, cinemas, restaurantes, sistemas de abastecimento de água e

² Segundo Amorim (1995), no período que Ford chegou ao local era conhecido como Boa Vista, mas logo depois ganha essa nomenclatura – Fordlândia – em homenagem a Ford.

energia, campo de futebol, igreja etc. (AMORIM, 1995; PEREIRA; LEITE, 2011; PEREIRA, 2012).

Leal (2015, p. 88-89) destaca que: “[...] nem todos os elementos da cidade lá estavam, em 1928; alguns eventos, [...] precisaram ocorrer. No início, a estrutura habitacional e a alimentação eram sobremaneira precárias, e sem direito, a reclamações dos trabalhadores [...]”. É curioso observar o quanto esse novo empreendimento estava pautado no modo de vida norte americano, e mais ainda é pertinente o quanto o empresário responsável por esse empreendimento tinha a crença de que tudo iria ocorrer de modo rápido e fácil, que todo um modo de vida pré-existente iria sucumbir a novos hábitos e se adequar a eles.

Ford acreditou veemente que seu projeto seria grandioso, ou seja, para ele, economicamente viável. Mas essa mera opinião, não fundamentada em estudos ou bases científicas acaba sendo basicamente isso, uma opinião, que de nada serve, se não houver um pré-estudo do local. A partir disso, foi concedido a Companhia de Ford cerca de 1 milhão de hectares, sendo que metade dessas terras seriam dadas pelo governo do Pará e outra metade seria comprada por Henry Ford, no valor de 125 mil dólares. (GRANDIN, 2010).

Ainda segundo Grandin (2010), uma generosa isenção fiscal sobre a importação de materiais e máquinas foi dada à Companhia pelo governo brasileiro. E, sobre o fechamento desse negócio, Grandin (2010, p. 126) ainda aponta, que o mesmo gerou:

[...] muita especulação sobre sua capacidade de reanimar a economia da Amazônia. Os partidários da modernização, tanto de São Paulo como o cônsul Lima, mas também da Amazônia, esperavam que o Plano de Ford, de desenvolvimento industrial associado a altos salários, superasse a pobreza e o atraso da selva, cuja origem muitos pensavam estar na economia extrativista e de endividamento. Jornais nacionais e locais contavam que Ford construiria uma ferrovia ligando o interior ao Atlântico, rodovias que flanqueariam os muitos rios da selva e linhas de bondes elétricos ao longo das margens do Tapajós, todas permitindo fácil acesso ao mercado do Atlântico para os produtos agrícolas do estado. Circularam na imprensa boatos a respeito do tamanho da cidade de Ford (para a maioria, a maior da Amazônia), do volume de dinheiro que ele pretendia gastar (US\$ 40 milhões, segundo um jornal) e de quantos trabalhadores iria contratar (pelo menos cinquenta mil, escreveu outro jornal). Finalmente, a Amazônia se tornava, [...] “o celeiro do mundo”.

Contudo, mesmo com todas essas promessas e especulações, se verá mais adiante que, mais uma vez, o esperado desenvolvimento industrial que a CFIB prometia no meio da Amazônia, não avançou e muito menos trouxe a tão pretendida modernização para a sociedade local/regional.

Os termos do contrato que Henry Ford e o governo federal firmaram negócio, dava a Ford total liberdade para manusear da forma que quisesse o local destinado ao empreendimento (PEREIRA, 2012). Assim, esse projeto tido como modernizador, segundo o

Governo, traria crescimento, progresso e desenvolvimento à uma região de floresta possuidora de um estoque estratégico de recursos naturais. Outro motivo para que o governo concedesse as terras à *Ford Motor Company*, foi a grave crise econômica amazônica, devido à queda do preço da borracha no mercado internacional (AMORIM, 1995).

E, graças aos “bons feitos” de alguns governantes, que receberam ótimas gratificações, a Companhia passou a ter posse da maior área disponível para produção gomífera do mundo (AMORIM, 1995). Sob ótica desenvolvimentista, apresentado no Capítulo 1, diversos foram os discursos para que a Amazônia Brasileira viesse a ser ocupada tendo no ideário desenvolvimentista do governo federal da época o discurso que a região amazônica precisava ser integrada ao país e, ao mesmo tempo, ter investimentos que pudessem equacionar um processo logístico e impulsionador desta como ofertante de recursos naturais. Mas, tudo isso a partir de um imaginário de que “a selva amazônica” precisava ser “conquistada” a partir de projetos que desencadeassem sua “ocupação, integração e defesa” (LEÃO, A., 20017).

São enunciados que “pintavam” a Amazônia como:

[...] uma região selvagem a ser dominada; uma riqueza natural adormecida [...] que precisa ser economicamente valorizada; um lugar despovoado que precisa ser ocupado; um povo destituído da capacidade de usar e transformar em riqueza o patrimônio que detém (PEREIRA, 2012, p. 46).

Uma crença disseminada, principalmente, pelo governo federal da época, que sabe-se hoje, criou um mito da Amazônia ser “um vazio demográfico” que atropelou muitas das tentativas de integração da região ao resto do país algo que até hoje sua população sofre com estradas inacabadas como a Transamazônica e a Rodovia Cuiabá-Santarém e, falta de projetos que realmente reconheçam que essa região está longe de ser despovoada. Ao contrário, é uma região com povo e cultura diversa, que precisa ser reconhecido e respeitado dentro da perspectiva de participarem das escolhas de processos de desenvolvimento, buscando assim, minimizar os erros de projetos e planejamentos que estão fora da realidade da região e que ao longo da sua história se tem relatos. A exemplo do que estamos prestes a relatar nesse capítulo.

Segundo Grandin (2010), deu-se então a largada para a construção do grande sonho de Henry Ford, a plantação de seringa no meio de uma vasta floresta; floresta essa que presenciou para que esse sonho se tornasse realidade, uma enorme devastação da mata nativa, quilômetros e mais quilômetros de terras foram incendiadas. Isso, sem contar os diversos contrabandos de madeira e ouro que eram feitos. Ainda segundo Grandin (2010), os primeiros anos foram bem complicados, havia muita violência, mortes por doenças como febre amarela e malária, picadas de cobra, muitos trabalhadores foram a óbito, e, haviam reclamações quanto

as condições de trabalho, alimentação oferecida – a comida oferecida era estragada e de má qualidade – além de denúncias de que os supervisores eram medíocres e corruptos, pois usurpavam os salários dos trabalhadores.

Sobre essas falcatruas no pagamento de salários aos trabalhadores brasileiros, Grandin (2010, p. 155-156, grifo do autor) relata que:

[...] os jornais de Manaus e Belém acusavam Ford de ter “começado a sujeição e a exploração profetizadas” de trabalhadores amazonenses. Um ex-escriturário de Fordlândia fugiu com vários documentos que, segundo ele, mostravam uma grande diferença entre os salários pagos a brasileiros e a americanos [...]. Era de “comentário geral”, escreveu o cônsul, que os gerentes de Fordlândia pagavam aos trabalhadores apenas trinta centavos de dólar por dia, enquanto registravam oitenta nos livros contábeis, embolsando a diferença.

Contudo, mesmo essas denúncias não foram capazes de desmotivar a ida de pessoas, de todos os lugares do Brasil, que se deslocavam para a região em busca de melhores condições de vida. Antes ou após a chegada era feita uma espécie de alistamento, e a maioria chegava com um emprego garantido, pois em geral eram trabalhadores braçais e a empresa necessitava bastante disso. Ao mesmo tempo que se necessitava de um alto quantitativo de trabalhadores, a admissão para esse trabalho era bastante criteriosa, e um desses critérios obrigatórios era uma espécie de avaliação médica (AMORIM, 1995).

De acordo com Grandin (2010, p. 169, grifo do autor), essa avaliação médica era feita da seguinte forma:

Os funcionários em potencial se despiam diante de um médico da Ford, que examinava seus olhos e ouvidos, anotava seu peso e altura e colhia amostras de urina. A empresa rejeitava cerca de 5 a 10% dos candidatos. Alguns eram rejeitados por doenças que iam de cirrose e bronquite a paralisia, hérnia e lepra. Um era cego do olho direito. Outro do esquerdo. E pelo menos um candidato era baixo demais. Isso não queria dizer que todos os que conseguiam emprego eram saudáveis. Mais de 85% dos candidatos tinham sofrido no passado de pelo menos uma doença: sífilis, malária, beribéri, disenteria, parasitas, micoses, filariose [...]. Mas [...] não podia se dar ao luxo de recusar ninguém que tivesse essas doenças, uma vez que “quase todos as tinham”. [...] um terço da força de trabalho tinha de passar algum tempo no hospital antes mesmo de começar a trabalhar.

Por volta de 1929, o quantitativo de trabalhadores foi “de algumas centenas para mais de mil [...] Contudo, apesar do número de empregados continuar a crescer, vacilava o progresso no sentido de tornar a plantação uma unidade produtiva eficiente” (GRANDIN, 2010, p. 158). A mão de obra era de demasiada importância para que toda a infraestrutura do lugar estivesse o quanto antes montada. E, para além de todo sistema de organização habitacional, era necessário que a estrutura das plantações das seringueiras estivesse muito bem

encaminhadas, sendo, portanto, necessária mão de obra especializada, no caso, extrativistas de látex (GRANDIN, 2010).

Um fato curioso, sobre esses trabalhadores, é que muitos abandonavam seu trabalho, não apenas deixavam o local por conta das más condições de vida, eles abandonavam Fordlândia depois de acumular uma boa quantidade monetária, sendo o suficiente para sobreviver por alguns meses. Uma das teorias para essa situação, é de que ali não havia nada para consumir, portanto, os mesmos saíam de lá para gastar em outros lugares. Foi a partir dessa carência de trabalhadores, que vários recrutadores saíram “rio afora” atrás de mão de obra, mas foi um trabalho realmente lento, por conta dos inúmeros percalços provocados pela própria natureza e das dificuldades em realmente encontrar trabalhadores interessados (GRANDIN, 2010).

Posteriormente, houveram inúmeras pessoas vindas de fora da Amazônia, com a perspectiva clara de trabalho. Com essa numerosa chegada, foram contabilizados, na época, que mais de cinco mil pessoas moravam ali, e isso fez com que a infraestrutura construída até então fosse incompatível com esse grande quantitativo de gente. Para Grandin (2010, p. 166):

Durante 1929 e até em 1930 não havia docas permanentes nem vestíbulos de recepção para os recém-chegados à Fordlândia. Assim, quando as pessoas em busca de empregos desembarcaram dos vapores, espalhavam-se ao longo da margem do rio.

Dessas inúmeras pessoas, apenas alguns foram contratados, pois era necessário somente “cerca de seis mil contratações para manter uma folha de pagamento de dois mil” (GRANDIN, 2010, p. 166). Muitos dos que não conseguiram emprego, acabaram se deslocando e se estabelecendo em regiões próximas de Fordlândia, o que provocou o nascimento de uma pequena economia, a partir da instalação de bares, bordéis, casa de jogos, restaurantes, lojas etc., todos de pequeno porte. Toda essa estrutura, acabou chamando a atenção dos trabalhadores que residiam em Fordlândia; os mesmos se deslocavam de lá até essas pequenas aldeias para se divertirem (GRANDIN, 2010).

Os grandes responsáveis pela construção de Fordlândia, não satisfeitos, “tentaram mandar destruir essas aldeias, mas encontraram resistência” (GRANDIN, 2010, p. 167). Por conta da alta frequência dos trabalhadores de Ford a essas aldeias, inúmeras doenças venéreas foram contraídas por eles, para além das adquiridas ao decorrer do trabalho. Foi então estipulado que o trabalhador que adquirisse qualquer tipo de doença venérea, deveria informar imediatamente a ala médica, e caso fosse necessário seria cobrado um valor simbólico para a

hospitalização, e, no caso de não aviso por parte do trabalhador, a companhia tomaria as providências que achasse necessária (GRANDIN, 2010).

Sobre as construções civis, o segundo gerente de Fordlândia, Einar Oxholm, determinou que fossem montados:

[...] um escritório administrativo, um hospital provisório e de oficinais, esperando estabelecer um assentamento temporário até que boa parte da selva pudesse ser limpa e seringueiras em quantidades suficientes fossem plantadas para satisfazer as condições do contrato (GRANDIN, 2010, p. 159).

Para além dessas construções, foram feitas ruas e casas, porém, enquanto os locais para moradia estavam sendo produzidos, os trabalhadores viviam provisoriamente em barracões mal estruturados, muitas vezes as casas eram confeccionadas apenas com resto de madeira, lonas ou folhas de palmeiras. Tanto é que no final dos anos 1929, Oxholm, admitiu que estavam tendo certas dificuldades para tornar o lugar o mais moderno e habitável possível (GRANDIN, 2010).

O processo de plantação das seringueiras, ocorreram com muitos percalços que acabaram por barrar seu desenvolvimento. Alguns deles foram: “as ameaças de revogação das isenções fiscais, apreensão de sementes, cobranças de impostos sobre importações, trabalhadores revoltados e constante má repercussão na imprensa” (GRANDIN, 2010, p. 174). Com o passar do tempo, e com todo o planejamento em operação, era nítido o quanto esse empreendimento estava apenas gerando custos. Um exemplo disso é que só no início dos anos 1929, “Ford havia gasto mais de um milhão e meio de dólares com poucos resultados. Uma preocupação ainda maior que o dinheiro era a reputação de Ford [...]” (GRANDIN, 2010, p. 174).

Ainda segundo o autor citado acima, muitos desses péssimos resultados, tinham relação com a má estrutura e desorganização. Haviam, por exemplo, inúmeros roubos de materiais devido estes serem advindos de Belém e, não terem nem mesmo local para serem armazenados, fora os que eram desperdiçados. As ruas eram imundas, o hospital apresentava sérios danos e a quantidade de casas não supria as necessidades, pois não eram suficientes.

Fora a plantação, que teve início na pior época do ano (época da seca) para se cultivar seringueiras, e essa primeira plantação foi feita com sementes locais, que não possuía uma boa qualidade, diferentemente das que foram embargadas em Manaus (GRANDIN, 2010). Sobre esse fato das plantações, é relevante apontar que:

[...] o desmatamento da selva tropical deve ser feito na estação seca e o plantio das seringueiras, na estação das águas. Os homens de Ford, tendo iniciado o trabalho na Fordlândia no começo de 1928, tiveram somente uma estação seca (de junho a dezembro de 1928) para preparar 404 hectares para plantar durante os meses chuvosos subsequentes, fato que reduziu o prazo de julho para abril ou maio. O fato de Oxholm estar plantando no início da estação seca não era sua culpa, considerando a bagunça que Blakeley havia deixado, a dificuldade para conseguir uma força de trabalho estável e a apreensão das sementes pelo governo de Manaus. E ele também não podia saber que o uso abundante de gasolina [...], para atear fogo às árvores caídas, tinha queimado o solo do primeiro lote desmatado, afetando sua capacidade de nutrir as mudas de árvores (GRANDIN, 2010, p. 181).

Assim, ainda segundo o autor citado acima, era de se esperar que as pequenas mudas nascessem fracas. Após esse episódio, teve-se um novo recomeço nas plantações, mas estavam com a perspectiva de ter que esperar mais ou menos uns 5 anos antes que pudessem começar a extrair látex. Foi descoberto que, para se chegar a um bom resultado ao se extrair o látex das árvores, era necessário que elas fossem plantadas a uma longa distância, o que forçava muitos trabalhadores à percorrer longas distâncias, mata a dentro, para que a seiva da *Hevea brasiliensis* fosse colhida (GRANDIN, 2010).

Não bastasse isso, ao chegar em suas humildes cabanas, esses seringueiros aqueciam a seiva extraída para que assim ela chegasse a consistência da borracha, era como se eles realizassem uma espécie de processo de produção inicial. Ao realizar esse processo improvisado muitos deles colocavam sua saúde em risco, por causa da fumaça tóxica que esse material liberava, recorrendo assim a técnicas tradicionais para a produção da borracha que nada tinha a ver com as tecnologias e inserção de capital prometida pela Companhia Ford. E, sobre o modo capitalista/industrial em Fordlândia o que se tinha eram práticas visíveis de controle dos trabalhadores, como o apito que foi instalado para que os mesmos pudessem ouvir de onde estivessem, e, para saber a hora de início e fim do trabalho (GRANDIN, 2010).

Colocaram, diversos relógios espalhados pela plantação, e, esse modo de trabalho era muito diferente dos que as pessoas do local estavam acostumadas. Para eles era o sol quem avisava a hora de iniciar, descansar e finalizar. Não bastasse isso, esses trabalhadores tinham por obrigação carregar um distintivo que os identificavam como trabalhadores da Indústria Ford, e quando perdido, tinham que arcar com o prejuízo, tirando o montante do próprio bolso (GRANDIN, 2010).

Havia também inúmeros preconceitos por parte dos americanos para com os brasileiros: preconceitos raciais e intelectuais, que chegava ao ápice dos brasileiros serem taxados de preguiçosos, e afirmavam que o desempenho dos americanos era muito melhor. A partir do momento que Getúlio Vargas (1930-1945) entra no poder, uma nova perspectiva entra em vigor, antes, por exemplo, os gerentes da Companhia encontravam muita dificuldade,

principalmente quando o assunto envolvia tarifas de exportação e importação; tarifas essas que eram sempre impostas pelos governadores de Belém, Manaus e Rio de Janeiro. E, embora esse novo governo tenha entrado através de uma revolução (Revolução de 1930) de ideologias fortemente nacionalistas, acreditou nesse grande projeto em Fordlândia (GRANDIN, 2010).

Portanto, para a surpresa de Henry Ford, essa mudança governamental não trouxe desvantagens para seu negócio, muito pelo contrário, trouxe apenas vantagens (GRANDIN, 2010):

Embora os revolucionários fossem nacionalistas e, portanto, suspeitassem do capital estrangeiro, também eram modernizadores e hostis aos oligarcas regionais que governavam cada estado como se fosse seu feudo pessoal. Ford representava uma questão particular. Ele era ao mesmo tempo um modernizador que prometia trazer desenvolvimento para a atrasada Amazônia e um homem que queria dirigir a propriedade que levava seu nome com autonomia soberana, como os senhores da borracha que não queriam o Rio se metendo em seus negócios. Vargas acabou com esse dilema. Pouco depois de subir no poder, substituiu Valle por uma pessoa que simpatizava com a causa Ford. E também confirmou a concessão das terras a Ford, um bom sinal, considerando que ele cancelou todos os contratos estrangeiros no Pará, com exceção do contrato de Ford e de mais um outro. Levou mais tempo para resolver as questões relativas a impostos, uma vez que os advogados da Ford continuaram a debater com funcionários do governo a interpretação de minúcias leis aduaneiras do Brasil. Finalmente numa série de decretos em 1932 e 1933, Vargas concedeu à Fordlândia as tão esperadas isenções fiscais para importações e exportações – de forma retroativa, o que era vital, porque, de acordo com Cowling, quando Vargas concedeu a isenção, a empresa tinha um passivo de “uns dois milhões de dólares em cobranças” contra ela. Num futuro possível, Ford poderia contar com um governo relativamente favorável e uma estrutura fiscal confiável (GRANDIN, 2010, p. 187).

Pautados por esse argumento desenvolvimentista, e pela lógica de tornar a Amazônia Brasileira um local moderno, o empreendimento fordista toma novos rumos. Fordlândia haveria então, de entrar nos eixos e, no final da década de 1930, por exemplo, a situação antes alarmante de encontrar mão de obra foi se estabilizando, foram empregados mais ou menos quatro mil pessoas. O local foi tomando forma e perdendo aquele ar de acampamento de início (PEREIRA, 2012).

Com essa retórica, advinda principalmente do governo federal da época, acabou por tornar um pretexto que esse dito governo se colocasse como principal articulador desse processo de implantação da CFIB na Amazônia em prol do crescimento do capital. Está aqui se falando do governo de Vargas, que tinha como principal justificativa a ocupação da Amazônia, pois a consideravam uma região selvagem que precisava ser ocupada, como um todo, rica em recursos naturais, porém pouco valorizada e sem utilidade até então, desconhecendo sua diversidade e potencial.

Portanto, por um longo período registrado na história brasileira, a Amazônia foi considerada um “vazio demográfico” que precisava ser ocupada por processos civilizatórios.

Acreditavam que os poucos que aqui viviam não teriam capacidade de usar e transformar seus recursos naturais em riquezas monetárias (PEREIRA; LEITE, 2011). Porém, essa fala acaba desconsiderando toda uma população pré-estabelecida na região. Segundo Leão, A. (2017, p. 51, grifo da autora), “[...] ao disseminar nacionalmente a Amazônia como um “vazio demográfico”, o governo federal incentiva a ocupação de uma região ocupada por povos indígenas gerando dizimação e/ou diminuição desta população, conflitos agrários e sociais”. Uma realidade que impactou por décadas e ainda vem impactando o olhar que os gestores federais tem sobre a Amazônia e seu povo.

Posteriormente, na região de Fordlândia aos poucos foram sendo instalados sistemas elétricos, de água e esgoto, construídos refeitórios, um novo hospital etc., preconizando uma superação dos tempos iniciais difíceis (GRANDIN, 2010). Ainda segundo esse autor, “a maior parte das instalações físicas estava construída e equipes trabalhavam na selva, limpando mais terras, plantando mais seringueiras e construindo mais estradas” (GRANDIN, 2010, p. 231). Mesmo tendo passado três anos da chegada da Companhia em Fordlândia, algumas situações ainda não haviam mudado: os locais onde os trabalhadores residiam ainda eram bastante precárias, os trabalhadores que eram solteiros ainda moravam em galpões junto com outros de mesma situação civil, os casados tinham bangalôs de cômodo único, porém muito precários (GRANDIN, 2010).

Os trabalhadores da Companhia Ford em Fordlândia, viviam de modo insalubre, e em sua grande maioria eram aqueles que trabalhavam de forma braçal, nas plantações. Outros, que tinham uma melhor remuneração, viviam um pouco melhor, em casas mais estruturadas. E, os trabalhadores mais qualificados, que na realidade eram sempre os americanos, viviam em casa muito mais modernas, as mesmas possuíam varandas, jardins, tinham boas ruas, calçadas e iluminação em frente as residências (GRANDIN, 2010).

Envolta delas foram planejados um clube, um hotel para convidados, uma quadra, uma piscina e um campo de golfe. Muitos desses estrangeiros, não aprenderam o idioma português, poucas eram as palavras proferidas por eles. As mulheres que vinham acompanhar seus maridos não se acostumavam com o novo modo de vida, e, suas crianças achavam uma aventura demasiadamente divertida viver sob a selva amazônica (GRANDIN, 2010).

No campo social, por conta de inúmeros descasos com os trabalhadores, sindicatos foram surgindo. Ford, claro, odiava a representação que os coletivos tinham, principalmente a trabalhista e, mandava ordens concretas para que seus supervisores não aceitassem qualquer tipo de baderna ou mesmo qualquer tipo de greve. Os responsáveis pela Companhia diziam não

aceitar os pedidos dos grevistas, e foram ordenados a mandar embora os trabalhadores que insistissem em ditar ou impor quaisquer que fossem as regras do negócio (GRANDIN, 2010).

Para dar exemplo, Grandin (2010) relata que foram mandados embora os habitantes das aldeias que viviam ao redor de Fordlândia, aqueles que tanto incomodavam, e por fim, destruíram tudo o que os humildes moradores construíram ali. As consequências da Grande Depressão demoraram a chegar em Fordlândia, mas quando chegou, provocou inúmeros danos. Um dos gerentes foi incumbido de demitir a maior parte da força de trabalho restante e, “Com Fordlândia em ruínas e danos estimados em mais de 25 mil dólares [...]” o responsável na época aguardou novas instruções (GRANDIN, 2010, p. 239).

Haviam muitas especulações por parte dos jornais de que Ford iria mesmo abandonar seu empreendimento no Brasil. Mas mesmo em ruínas, Ford estava mantendo o local, mandando recursos para que a situação não piorasse, pois estava com intuito de venda. Mandou vários homens na surdina averiguarem se havia alguém interessado em comprar as suas terras, porém muitos deles avisaram que possivelmente não haveriam compradores por não haver perspectivas de retornos imediatos (GRANDIN, 2010).

Um dos motivos para que talvez Ford não tenha deixado de investir em Fordlândia, foi a contratação de Thomas Edison que no período garantiu que a borracha sintética produzida através do petróleo era inviável. Ford, portanto, concluiu que seu negócio daria certo, mantendo Fordlândia em operação. Mas, os seringais iam de mal a pior e, em 1933, foi contratado mais um especialista para tentar dar uma resposta concreta do que se fazer para que as doenças nas plantações pudessem deixar de existir (GRANDIN, 2010).

Utilizaram todo o conhecimento do então contratado, James R. Weir, patologista botânico, que vinha estudando as técnicas modernas de plantações de seringueiras que eram feitas na Ásia. Weir levou para a Amazônia as espécies de plantas enxertadas que eram utilizadas nas colônias Asiáticas; espécies essas que foram contrabandeadas do Brasil anos antes. Mesmo que no início tenha elogiado as plantações em Fordlândia e dito que ao utilizarem as mudas enxertadas o negócio iria obter retornos imediatos, o botânico mudou de ideia e aconselhou que cidade-empresa fosse transferida para outro lugar, mais precisamente para Belterra, com a justificativa de que esse novo local seria mais propício as plantações (GRANDIN, 2010).

Mesmo que isso significasse um recomeço, Ford resolveu levar em consideração o conselho desse tão renomado patologista botânico e, em maio, de 1934, trocou-se, então, uma parte de Fordlândia ainda inexplorada por terras em Belterra. As plantações de Fordlândia, a partir desse momento serviriam para estudos e pesquisas de Weir, para que fossem produzidas

mudas que seriam utilizadas no novo local. Deu-se a largada para suas diversas pesquisas, mas no ano de 1935, diversas pragas atingiram os cultivos de clones e mudas que estavam em processo fazendo com que suas tentativas de produção de mudas mais fortes, fracassasse (GRANDIN, 2010).

Mais tarde, naquela mesma época, um dos encarregados de Ford, descobriu que Weir, mentiu sobre suas qualificações, e o que ele estava fazendo eram apenas experiências, nada ele sabia de concreto sobre como manusear as plantações do Tapajós e: “Em meados de 1936, a Fordlândia continuava incompleta, exatamente quando deveria começar a produzir látex para exportação” (GRANDIN, 2010, p. 318-319). Apesar de toda uma série de investimentos para que o projeto se firmasse em Fordlândia, ele fracassou, “[...] em pouco tempo a cidade começou a adquirir um ar fantasmagórico” (GRANDIN, 2010, p. 319). Amorim (1995) aponta que as causas são devido a inúmeros problemas que levaram a baixa lucratividade da empresa, muitos deles relacionados a longa distância do porto do município de Santarém-PA, dificuldade de comunicação, dentre outros fatores, mas principalmente a fertilidade do solo.

Pereira (2012) aponta alguns outros fatores como: restrições do governo com uso de algumas espécies de árvores e altos custos de produção, devido ao local de plantação ser repleto de áreas de morros, dificuldade de tráfego de navios de grande porte durante o período de seca e, principalmente da doença denominada “mal das folhas” que atingiu os seringais. Pereira e Leite (2011) sugerem, dentre essas causas estavam, também, o desconhecimento dos técnicos quanto ao clima, solo e rios. A CFIB concluiu, portanto, que as plantações em Fordlândia não deram retorno econômico, e por isso resolveram deslocar-se para Belterra-PA.

Segundo Amorim (1995), foi através da intervenção de Magalhães Barata, em 1934, que a Comissão Administrativa de Ford adquiriu autorização para fazer a troca de locais (Fordlândia-Belterra). Foi basicamente uma permuta, com Ford decidindo trocar uma parte dos terrenos de Fordlândia por Belterra. E essa prerrogativa, de mudança de locais, será apresentada na próxima seção onde se irá abordar sobre quais foram os rumos do projeto Ford a partir da implantação da Companhia na região paraense, denominada Belterra.

2.2 Da Segunda Implantação da Companhia Ford Industrial ao Fracasso do Projeto Ford em Belterra

A trajetória histórica de Belterra ganhou forças no início do século XX, quando o Estado Brasileiro decide intervir, através de políticas e planos de desenvolvimento na Amazônia. Esses projetos acarretaram em grandes transformações culturais e socioeconômicas.

A primeira grande mudança volta-se para a entrada e permanência da CFIB (AMORIM, 1995; PEREIRA; LEITE, 2011).

Inicialmente, como apresentado na seção anterior, a CFIB foi instalada em Fordlândia e, com o fracasso do projeto, por volta de 1934, ela instala-se em Belterra e traz consigo novamente todo um ideal de desenvolvimento. Esse deslocamento foi uma forma de superar o imenso fracasso econômico ocorrido em Fordlândia. Com a contratação de verdadeiros especialistas, pois os que tinham em Fordlândia não atenderam às expectativas devido à falta de conhecimento sobre as seringueiras, foi realmente possível dar prosseguimento a plantação das seringueiras. Ou seja, levaram mais a sério questões que antes eram consideradas banais por puro desconhecimento.

Segundo Pereira (2012, p. 65), a partir desse momento, a CFIB mudou sua perspectiva e,

[...] realizou a plantação em áreas mais planas, importou um novo tipo de seringueira e usou enxerto nas mudas para torna-las mais resistentes às pragas. Construiu um porto em águas mais profundas e se localizou mais próxima à cidade de Santarém.

Diferentemente de Fordlândia, em Belterra foi desmatado cerca de 5 mil hectares de terras e, havia ali um trabalho sistemático nos viveiros para que fossem criadas seringueiras muito mais fortes, sendo que a técnica utilizada ali era a mesma que utilizaram nas plantações de Fordlândia, enxerto. Mas, queriam que dessa vez, ao produzirem uma espécie resistente as pragas que acabaram com plantações de Fordlândia, tudo ocorresse conforme o planejado (PEREIRA, 2012).

Pereira e Leite (2011), afirmam que mudar o empreendimento de local foi uma tentativa de superar o fracasso ocorrido na primeira região. As plantações em áreas mais propícias e técnicas apropriadas deram início, então, em Belterra. Um destaque importante à citação anterior foi a construção, em Belterra de um novo porto localizado próximo à cidade de Santarém, o que atraiu mão de obra.

Outro fato curioso, é que foi permitido desenvolver, pelos funcionários, em suas terras, atividades voltadas à agricultura e criação de animais, confirmando algumas mudanças de atitudes e organização de Fordlândia para Belterra no que se refere a implantação da CFIB. Mas, apesar de toda essa estrutura montada e mudanças, Pereira e Leite (2011, p. 203-204) apontam que o empreendimento americano afetou:

[...] grupos sociais que até então viviam da extração de frutos da floresta, da pesca e da agricultura às margens dos rios Tapajós, Arapiuns, Amazonas e

Lago Grande, deslocando-os do lugar do trabalho (o campo, os rios, a floresta) e das relações socioculturais que os envolviam (o rural e a natureza). A caça, a pesca, o cultivo da terra, a brincadeira com as crianças na praia, a lavagem de roupa, o passeio de canoa e o banho de rio deixaram de ser parte de seu cotidiano, quando o barco da CFIB passou nas localidades recrutando mão de obra para levá-la até o acampamento provisório da empresa, na localidade de Porto Novo, em Belterra, onde se iniciou o projeto.

É notório, portanto, a partir dos autores que se está utilizando para descrever esse momento, o quanto o modo de vida dessa sociedade toma uma outra forma; um novo rumo. Seus hábitos passam a não ser mais os mesmos, eles são moldados a partir do que a Companhia acha e designa como correto. E, não só o modo de viver é quase que totalmente alterado, por conta da implantação da CFIB, toda a infraestrutura local é mudada.

Foi a partir da análise dos responsáveis pela implantação da CFIB em Belterra de que o local era verdadeiramente precário, que mudanças na infraestrutura foram realizadas, no sentido de possibilitar aos que iriam trabalhar na CFIB uma infraestrutura e serviços de qualidade para que pudesse se desenvolver em meio a floresta uma cidade-empresa. E, foi a partir dessa concepção, que o capital estrangeiro começou a de fato investir no desenvolvimento local, com fins de atender a demanda da empresa (PEREIRA, 2012).

Começa-se a pensar em toda estrutura da nova cidade que irá emergir no Tapajós. Desse modo, percebe-se, como dito acima, que a vida pré-existente foi demasiadamente afetada pela inserção do poderio econômico americano, e não foi de uma maneira positiva. Esse capital mudou toda a estrutura socioeconômica desse lugar, principalmente o modo de vida das pessoas, “[...] (re)socializou a população do campo na cidade, os converteu em trabalhadores assalariados e impôs uma nova forma de uso da natureza em base intensiva, industrial e predatória” (PEREIRA, 2012, p. 73).

Segundo Pereira (2012), o modo de vida dos habitantes que viviam ali, era, portanto, simples. Não necessitavam, por exemplo, de um sistema monetário de troca, dinheiro ali pouco circulava. Mas a partir do momento que a CFIB passa a oferecer “bons” salários, muitos veem uma possibilidade de mudança de vida, e acabam aceitando se deslocar junto ao empreendimento. Houve a partir desse momento, uma “reestruturação da vida social” ou “(re)socialização”, a qual as pessoas agora tinham que se adaptar aos novos modos que o sistema capitalista exige, as tarefas eram pré-estabelecidas e sistemáticas, haviam treinamentos e horários estabelecidos, a produtividade era controlada dia após dia.

Estava sendo construído um “novo tipo humano exigido pela racionalidade econômica, uma vez que adequado às novas formas de trabalho e produção” (PEREIRA, 2012, p. 70). Essa nova personalidade foi sendo construída e moldada pelos hábitos e costumes de

uma outra sociedade, e a consequência desse feito é que a sociedade local acaba deixando um pouco de lado sua cultura, técnicas de trabalho e produção que antes eram utilizadas por elas aos poucos vão deixando de existir. As contratações assim como em Fordlândia, eram feitas por meio de contratos (PEREIRA, 2012).

Além de receberem um salário mensal, se o trabalhador tivesse família, seus familiares recebiam assistência médica. Caso o contrato fosse rompido por uma das partes, o trabalhador tinha um prazo de até três dias para sair das dependências da CFIB conjuntamente a sua família, se este tivesse. Os funcionários que ficavam com o cargo de quadreiro³, eram um dos menos desfavorecidos, pois lhe eram dado algumas terras para ele manter em pleno funcionamento, caso isso não acontecesse num período de quinze dias, era mandado embora sem nada receber (AMORIM, 1995).

Essas e outras diversas formas padronizadas de trabalho, tinha como objetivo único de enquadrar os moradores do lugar “às normas do trabalho cotidiano e rotineiro, exigências da produção em escala” (AMORIM, 1995, p. 42). Não era novidade que Ford se opunha a negociações coletivas e, assim como em Fordlândia, ele não aceitava que sindicatos fossem criados em Belterra. Segundo, Grandin (2010) o filho de Ford, Edsel Ford, não compactuava com essa crença, pois dizia que a criação dos mesmos era inevitável.

Vale ressaltar que, com Getúlio Vargas como presidente do Brasil na época, foram criadas diversas leis trabalhistas “[...] que facilitavam a sindicalização por parte dos trabalhadores e exigiam que as empresas dessem férias remuneradas, indenizações por demissão e pensões” (GRANDIN, 2010, p. 334). E, desta forma, os trabalhadores da CFIB estavam resguardados por lei, tanto que, em 1937, eles então se organizaram para formar um sindicato e registraram inúmeras reclamações (GRANDIN, 2010).

Logo, os fiscais do governo começaram a aparecer nas plantações para averiguar e colher informações. Sendo assim, conforme Grandin (2010, p. 344):

[...] um juiz decidiu que a empresa estava sujeita à jurisdição do Ministério do Trabalho – e não ao Ministério da Agricultura, como tentaram conseguir os advogados da Ford para isentá-la do novo código trabalhista.

Em 1939, foi criada uma nova lei federal, que garantiu aos diversos trabalhadores o direito de se organizarem em sindicatos. Logo no início, o responsável por Belterra, Archie Johnston, tentou boicotar o Sindicato dos Trabalhadores de Belterra, porém, mesmo que

³ Segundo Amorim (1995) quadreiro é o trabalhador encarregado de zelar e conservar as terras que lhes eram destinadas.

forçadamente, aceitou, em respeito ao governo brasileiro, a nova legislação trabalhista. Portanto, “[...] uma vez estabelecido que as plantações de Ford estavam sujeitas à nova legislação de trabalho e bem-estar social, os árbitros do governo em geral deixavam de lado a maior parte das reclamações específicas contra a empresa trazidas pelos empresários” (GRANDIN, 2010, p. 335).

Os funcionários da CFIB iniciavam seu trabalho às 6:30 horas da manhã, no ressoar da sirene que era o alerta para o início aos trabalhos. Encerravam as 15:30 horas e tinham um intervalo de almoço de meia hora apenas. Seus trabalhos eram constantemente fiscalizados para que as metas diárias fossem cumpridas (PEREIRA, 2012).

Como os fiscais não sabiam o nome dos trabalhadores e nem procuravam saber, o controle de tarefas feitas era por meio de uma numeração que cada trabalhador recebia em forma de placa de metal que eles carregavam para qualquer lugar que fossem. E por fim, para que o ritmo de trabalho não fosse comprometido, se quebrado alguns dos instrumentos de trabalho, por exemplo, o mesmo era rapidamente substituído. Os subordinados tinham então que obedecer à risca os mandos e desmandos dos gerentes ou responsáveis pelo andamento do sistema de trabalho (PEREIRA, 2012).

Nas propriedades da CFIB, era terminantemente proibido o uso de bebidas alcoólicas, e qualquer erro, como esse, por parte dos funcionários causaria demissão. Tanto é que havia constante controle de entrada e saída de pessoas e automóveis, tudo era minuciosamente vistoriado. Não era tão fácil entrar nas terras de Ford, mas, mesmo com algumas proibições, ainda era possível que os trabalhadores se deslocassem aos finais de semana para se divertirem, porém, ao voltar, o ritmo de trabalho não poderia ser afetado, o sistema fordista de produção⁴ teria que sempre funcionar a pleno vapor (PEREIRA, 2012).

Sobre os salários, segundo Pereira (2012), os valores que eram pagos a menores de idade eram bem mais baixos se comparado a dos adultos; eram definidos por produtividade e se por ventura alguém viesse a ser demitido por descumprimento de acordos feitos entre contratante e contratado, o contratado seria mandado embora sem qualquer indenização paga. Capataz era o nome dado aquele que avaliava se o trabalhador estava ou não cumprindo com suas atividades, se caso alguém viesse a ser demitido, o mesmo teria que devolver todos os pertences dados pela empresa, se por um acaso essa pessoa perdesse qualquer que fosse o instrumento de trabalho, seria descontado de seu salário.

⁴ O sistema fordista de produção ou fordismo foi criado pelo norte-americano Henry Ford, em 1914. Como o próprio nome diz, é um sistema de produção, e tem como principal característica a fabricação em massa. Ford criou esse sistema basicamente para favorecer sua indústria de automóveis.

Sobre a presença de mão de obra infantil, a mesma foi utilizada devido a carência de contratação de trabalhadores adultos, mas, como tinham um certo receio em fazer isso, a CFIB era respaldada por documentos formais que eram assinados por pais ou responsáveis dos menores de idade, por duas testemunhas e lavrados em cartório. Como dito anteriormente, o salário pago as crianças e adolescentes eram muito inferiores à de um adulto. E, por conta desse baixo índice de funcionários, a Companhia se viu obrigada a utilizar de meios de comunicação para que a procura de trabalho retornasse na região (AMORIM, 1995).

Assim, resolveram anunciar, como modo de atrair funcionários, as vantagens que a empresa iria oferecer aos mesmos e os salários iniciais, que iam de Cr\$9,00 (nove cruzeiros) por dia de serviço para aqueles que não possuíam especialização, e mulheres receberiam Cr\$6,00 (seis cruzeiros). Para os seringueiros seria pago Cr\$11,00 (onze cruzeiros) e enxertadores⁵ Cr\$10,00 (dez cruzeiros), sendo esses valores pagos em diárias. Outro benefício que anunciaram era voltado para a garantia de saúde para o trabalhador e sua família (AMORIM, 1995).

Inúmeras eram as manchetes de que Ford, ao empreender na Amazônia havia não só melhorado a vida dos diversos habitantes dali, mas de outras partes do Brasil. Com essas informações, cada vez mais havia pressão para que Ford viesse ao Brasil conhecer o projeto que levava seu nome, e, mesmo que tenha recebido formalmente diversos convites, Ford os recusou e nunca chegou de fato a conhecer o Brasil, que dirá a Amazônia (GRANDIN, 2010).

No início da CFIB em Belterra, diversos trabalhadores foram contratados para “abrir caminho” para a chegada da sua equipe. Além de desmatar a floresta nativa, construíram as primeiras instalações para abrigar os empregados que foram transferidos de Fordlândia. Enquanto que a primeira grande mudança estava voltada para questões econômicas, outras englobaram questões sociais (AMORIM, 1995).

Essa última, por sua vez, foi composta por uma hierarquia fortemente marcada pelo não convívio dos americanos com os brasileiros, visivelmente demonstrada pela construção de espaços exclusivos e distintos para ambos, sendo que os primeiros tinham bem mais privilégios do que os últimos. Os estrangeiros que ali viviam eram um grupo composto por pessoas do mundo todo, nele continham holandeses, italianos, russos, japoneses, chilenos, chineses, peruanos, portugueses, barbadianos, alemães e sul-africanos. Esse grupo era formado apenas por técnicos especializados e peões, e a direção era composta apenas por americanos (PEREIRA; LEITE, 2011).

⁵ Aqueles que trabalhavam com a técnica de enxerto de mudas de seringas.

Segundo Santos e Matsunaga (2019), para que os brasileiros que viviam aqui não tivessem contato com as demais pessoas, vindas de fora, houve uma divisão de espaços denominados: Vila Americana, Vila Mensalista, Vila Operária, Vila Viveiros I e II, e Vila 129. Na primeira, era onde viviam os coordenadores do projeto Ford, na segunda, viviam os trabalhadores envolvidos nos cargos de chefia, na terceira, moravam os trabalhadores que tinham algum tipo de especialização, na quarta, viviam aqueles que cuidavam do plantio das mudas de seringueiras. E, na quinta, era onde ficavam os trabalhadores que desenvolviam as atividades braçais.

Foi necessário que toda essa estrutura fosse montada (uma cidade-empresa no meio da floresta) para que a produção conseguisse de fato se desenvolver. Muito do que acontecia em Belterra era pautado pelas experiências trazidas dos EUA, por exemplo, esse padrão de cidade-empresa era utilizado pelos americanos. Esse parâmetro de infraestrutura urbana foi então seguido à risca, com inúmeras construções como: estradas, residências, escolas, hospitais, galpões de armazenagem, oficinas mecânicas, portos, trapiches, clubes e praças, além disso, havia também serviços de abastecimento de água e energia, segurança etc. (PEREIRA, 2012).

A região foi equipada com o que se tinha de melhor na época, tornando-se verdadeiramente um local de primeiro mundo (SANTOS, 2004). Mas, de acordo com Amorim (1995), essa infraestrutura que foi levada de Fordlândia à Belterra, não se comparava com as implantadas na primeira região, com a euforia da construção de um grande empreendimento, que nas idealizações de Ford iria dar certo, Fordlândia teve investimentos muito maiores se comparados aos de Belterra, e isso era nítido ao comparar a qualidade das construções. Pereira (2012) afirma que o investimento de Fordlândia e Belterra chegaram num total de 20 milhões de dólares, o patrimônio da empresa era avaliado em US\$8 milhões e o prejuízo arrecadado, posteriormente, foi um pouco mais que US\$9 milhões.

Assim como diversas outras atividades que ocorriam em Belterra eram fiscalizadas e controladas pela CFIB, os serviços prestados por terceiros (de nome mercadores) também eram. Desde os produtos aos preços que iriam para o mercado, eram inspecionados e ditados pela Cia. Ford. O argumento que usavam para a entrada de alimentos, por exemplo, era de que eles enquanto empregadores, zelavam pela saúde de seus funcionários (PEREIRA, 2012).

No ano de 1940, Vargas tinha planos de visitar o norte do Brasil com o intuito de promover o desenvolvimento da região. Edsel Ford ao ficar sabendo dessa notícia convidou-o a conhecer Belterra e nomeou Harry Braunstein, gerente executivo da linha de montagem da Ford no Rio de Janeiro, para recepcionar o presidente em seu nome e de seu pai. Vargas então percorreu diversos lugares dali, e tudo que via o agradava, desde a comitiva que o recebeu as

diversas infraestruturas locais, que foram fortemente elogiadas pelo mesmo (GRANDIN, 2010).

Em sua visita à Belterra, o presidente Vargas fez um discurso em praça pública, a qual garantiu que o objetivo principal de seu governo era criar leis sociais em prol dos empregados e empregadores, não fazendo distinção ou dando melhores benefícios para um ou para outro. Elogiou Henry Ford e todo seu empreendimento e por fim saudou filho e pai. Foi um verdadeiro discurso desenvolvimentista, considerado um marco na história da Amazônia, pois, assim como expresso, foi um governo que buscou de todas as formas povoar e industrializar/modernizar essa região (GRANDIN, 2010).

Mencionou ainda que a empresa de Ford e o trabalho desenvolvido por ele eram muito importante para o “ressurgimento econômico da Amazônia. Elogiou a disciplina, a organização e os processos modernos encontrados na plantação, [...] e o esforço de estrangeiros e brasileiros para assegurar o sucesso do projeto e engrandecer o Brasil” (PEREIRA, 2012, p. 109). Para Leal (2015, p. 101):

[...] a nova cidade do Tapajós, tornar-se-ia ainda mais moderna que Fordlândia, com um hospital equipado com raio-X, lojas, escolas e bangalôs que simulavam o subúrbio do meio oeste americano [...]. A usina de força era capaz de gerar 80 000kw, e o porto permitia que os navios atracassem por todo o ano. Era muito mais fácil sincronizar as emissoras de rádio locais, e os jornais de Santarém chegavam com rapidez, o cinema era moderno, e, como em Fordlândia, também era sede do grupo de dança. Nos fins de semana, alguns operários costumavam jogar futebol, enquanto os americanos se distraíam no clube para graduados, nadando na piscina ou jogando sinuca. As calçadas, com hidrantes e árvores de copas largas proporcionavam sombra e uma leve brisa batia em meio ao calor da Amazônia. Uma vez seguidos os padrões sanitários, não voava pela cidade um único mosquito.

Grandin (2010) concorda quando diz que em Belterra a vida dos habitantes era muito melhor, em termos de qualidade de vida, tendo como parâmetro a qualidade de vida defendida e projetada por e para uma sociedade capitalista se comparado com outras localidades tradicionais da região do entrono de Belterra, tanto por conta de sua boa logística como estruturalmente. Foi uma mudança repentina de padrões sociais, econômicos e culturais, conforme Pereira (2012, p. 72):

Em lugar da floresta a cidade-empresa. Ao invés de uma relação equilibrada com a natureza, os desmatamentos e queimadas para limpar o lugar onde cresceriam os seringais. O mesmo fato se refere aos trabalhadores livres que são convertidos em trabalhadores assalariados com base no contrato de trabalho, no disciplinamento e no controle, ao serem expropriados de suas terras. Assim, a mecanização da vida e da natureza preside a ação fordista do grande capital na região do Tapajós [...].

É notório o quanto a população tradicional dessa região da Amazônia foi fortemente ameaçada e afetada pela crescente inserção do modelo capitalista. Foi uma mudança drástica de costumes e valores, como o próprio Pereira (2012) ressalta no parágrafo acima. E não só a sociedade local foi afetada, o crescente “progresso” acabou provocando diversas degradações ao meio ambiente. Mas vale ressaltar que ninguém tem o direito de ditar qual a melhor ou a correta forma de se viver.

Quanto a lazer, eles possuíam diversas atividades, que iam do golfe ao bilhar, além de muitas festas a base de uísque. Assim como as residências tinham um padrão das pessoas que iriam habitá-las, nesses locais não era diferente, pois eram limitadas apenas aos estrangeiros. Brasileiros não tinham permissão de frequentar, a não ser em situações onde os mesmos teriam que trabalhar, carregando os sacos de golfe, por exemplo (PEREIRA, 2012).

Estrangeiros evitavam brasileiros o máximo que podiam, era realmente uma recusa de convivência. Se não tinham a mesma nacionalidade, cor, condição de moradia, profissão, salário, nível de renda, e de escolaridade, não podiam ser considerados iguais para se relacionar. Outro fato interessante do modo de vida desses habitantes vindos de fora, eram os padrões de vestimenta, a qual eles se baseavam, até alfaiate foi contratado para que sua vestimenta fosse mais refinada (PEREIRA, 2012).

As dificuldades começaram a aparecer, no final do ano de 1936. As plantações, primeiramente começaram a apresentar a mesma doença das seringueiras de Fordlândia, mas, devido estarem em um *habitat* mais propício, dessa vez foi possível controlar. Contudo, posteriormente, as mesmas começaram a sofrer ataques de insetos e, logo no início foi possível erradicá-los, fizeram drenagem nas áreas onde eles se proliferavam e mesmo assim, não conseguiram exterminar por completo, o número de árvores era tamanho que não se tinha como conter essa infestação (GRANDIN, 2010).

Algumas atitudes drásticas foram tomadas para tentar conter esse problema, chegaram a ordenar que todos os trabalhadores, sejam eles, mulheres ou homens que tirassem lagartas com suas próprias mãos. Assim como foram criados diversos tipos de inseticidas e jogados ali. Tempos depois as plantações conseguiram se manter, os insetos não foram exterminados, mas sim controlados (GRANDIN, 2010).

Diversos foram os estudos feitos para que novas espécies de seringueiras fossem criadas, pois as que tinham, quando obtinham alto rendimento, produziam bastante látex, mas, tinham baixa imunidade para doenças e pragas e, as que não obtinham bom rendimento tinham uma boa resistência. As pesquisas com espécies híbridas não deram muito certo, portanto, partiram para o famoso enxerto, que deu certo por um período de tempo. E mesmo com todas

essas tentativas, ainda assim as plantações eram sempre atacadas por infestações de insetos (GRANDIN, 2010).

Amorim (1995) concorda quando relata que a empresa sabendo dos diversos problemas que Fordlândia enfrentou com suas plantações, utilizou de técnicas e mudas diferentes em Belterra. Posteriormente, por volta dos anos 1941, a praga das folhas retornou, tornando-se uma epidemia. Foi ordenado que as árvores fossem enxertadas, mas mesmo assim a situação, alarmante, não foi resolvida e, 70% da plantação foi infestada por insetos.

O ano de 1942 foi realmente desesperador, os insetos acabaram com praticamente tudo. As lagartas que antes eram arrancadas dali a mão, agora estavam no topo das seringueiras, tornando a atividade de tira-las dali impossível. Não havendo possibilidade de recuperação, pois as árvores não tinham forças e começaram a morrer (GRANDIN, 2010).

Edsel Ford, tentou ainda vender as plantações para um antigo amigo de seu pai, mas claramente não obteve sucesso. Essa procura, foi devido à conclusão de que os custos operacionais do empreendimento estavam cada vez maiores se comparados ao preço de venda no mercado internacional⁶. Posteriormente, mesmo que Henry Ford tenha lutado veemente para que isso não acontecesse, os dois empreendimentos (Belterra e Fordlândia) acabaram sendo praticamente subsidiados pelos EUA (GRANDIN, 2010).

Grandin (2010, p. 342) dá mais detalhes quando afirma que:

A Amazônia brasileira, apesar dos milhões de dólares investidos por Ford, estava fornecendo menos de 1% do látex mundial. Em troca de um empréstimo de US\$100 milhões, que incluía US\$5 milhões para investir na Amazônia, Vargas prometeu vender toda a borracha exportável de seu país para o Estados Unidos a um preço fixo até dezembro de 1946.

Esse acordo, liderado por Getúlio Vargas, veio no bojo do que se convencionou à época ser chamado de Acordo de Washington resultou numa sobrevida da produção de borracha da região amazônica e do Brasil. Apesar de todas as dificuldades que assolavam esse empreendimento, com a Segunda Guerra (1939-1945) iminente, foi dada a largada para que a Amazônia brasileira produzisse borracha, mesmo que em pequena escala. Mas mesmo que tenham implantado novamente as técnicas de enxerto, as seringueiras de Belterra não estavam produzindo o suficiente (LEÃO, A., 2017; GRANDIN, 2010).

Após a morte de Edsel Ford, foi Henry Ford II quem assumiu os controles da empresa de seu avô, Henry Ford e, ao ser nomeado presidente da *Ford Motor Company*, uma

⁶ Com a praga que assolou as plantações de Belterra, não estava sendo extraído um número significativo de látex. Extraía-se apenas 178 quilos por hectares, resultando, então em rendimentos baixíssimos, levando em consideração os custos de investimentos (GRANDIN, 2010).

de suas primeiras ações foi vender os empreendimentos de Fordlândia e Belterra para o governo brasileiro por US\$244.200 (duzentos e quarenta e quatro mil e duzentos dólares). Vale destacar que esse valor cobriria apenas as indenizações que Ford devia aos trabalhadores, segundo as leis trabalhistas de Vargas. A Companhia Ford Industrial Brasileira, deixa a Amazônia, em novembro de 1945 (GRANDIN, 2010).

Um tempo depois da venda dos empreendimentos Fordlândia e Belterra, estes foram entregues ao Instituto Agrônomo do Norte (IAN), empreendimentos avaliados na época em mais ou menos US\$8 (oito) milhões, com US\$20 (vinte) milhões nelas investidos. Porém, os relatos dos moradores colhidos por Pereira (2012), em sua tese intitulada “*Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia*”, dizem que a Indústria Ford não saiu da região de “mãos abanando”, muito pelo contrário, muitos dos minérios como ouro e prata e recursos naturais como madeira foram explorados e levados, durante a saída dos navios com a mudança da CFIB. Não é novidade que o Projeto de Henry Ford apenas adentrou ao vale do Tapajós com o intuito de exploração.

Porém, assim como em Fordlândia, a região denominada pelo proprietário da companhia como “Bela Terra” também fracassou, mesmo vivendo, nos anos de 1938 a 1940, um período vantajoso, tendo não só investimentos americanos, mas apoio nos níveis estaduais e federais, sendo uma forma não só de obter lucros, mas reerguer a economia da Amazônia, que após o “boom” da borracha sofreu grandes danos. O final dos anos 1945, marca então, a desocupação do local e o projeto realmente tem seu fim. As causas foram: o fim da Segunda Guerra Mundial, a morte do filho de Ford, o alto número de incidências envolvendo doenças adquiridas nos seringais e a descoberta da borracha sintética que fez com que o preço da borracha diminuísse consideravelmente, provocando em Belterra um alto custo para se produzir a mesma sem muitas taxas de lucratividade (PEREIRA, 2012; LEAL, 2015; IBGE, 2017).

Depois disso, a área passa novamente para as mãos do Governo Federal, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura com caráter de Estabelecimento Rural do Tapajós (ERT), por 39 anos e, durante muito tempo é ignorada (LEAL, 2015; IBGE, 2017).

Toda essa estrutura urbana que vem se formando desde 1920, na região, dão suporte e margem para que a própria Amazônia seja palco de diversos outros empreendimentos, que vem a ser conhecidos, posteriormente como “Grandes Projetos”. Um deles abordarei no capítulo seguinte que é a abertura da Rodovia BR-163, conhecida como a Rodovia Cuiabá-Santarém. Mas para se ter um melhor entendimento desse contexto e para que as ideias sejam encadeadas, na próxima seção, será apresentada as mudanças que ocorreram na região de Belterra após a total desvinculação da Companhia Ford (PEREIRA, 2012).

2.3 A região de Belterra após a Desocupação Norte-Americana

Logo após a saída da CFIB de Belterra, o governo federal toma posse do local e o entrega ao IAN, comandado pelo agrônomo Felisberto Camargo. Em 1946, “sob nova administração, Fordlândia e Belterra passariam a ser conhecidas como Plantações Ford de Belterra e Fordlândia” (SANTOS, 2004, p. 55), com objetivo único de gerenciar todo o acervo que foi deixado pela Companhia. Acervo esse que segundo Pereira (2012), permanecem o mesmo por um bom período de tempo, dando um contraste entre presente e passado.

Tanto as terras como toda a estrutura montada por Ford foram entregues ao governo federal brasileiro, por um valor estimado de mais de 240 mil dólares. O Governo então tomou todas as providências para que responsabilidade do local recaísse ao Ministério da Agricultura, que deu continuidade as atividades relacionadas a extração da borracha. A partir disso, o próprio Ministério da Agricultura incube o IAN a coordenar e administrar o local; local esse que em 1958 passa a se chamar ERT (PEREIRA, 2012).

Assim, “recursos públicos foram investidos para manter economicamente o empreendimento e parte dos ex-funcionários da CFIB foram transformados em servidores públicos federais. Outros continuaram produzindo sem vínculo empregatício [...]” (PEREIRA, 2012, p. 122), e mesmo assim esses ainda recebiam salários mínimo regional. Em Belterra, Felisberto Camargo aproveita os 12 mil hectares de terras com diversas seringueiras plantadas que os trabalhadores de Ford deixaram para que mais tarde o produto extraído delas possa ser comercializado. Seu trabalho era basicamente “[...] elevar a produção agrícola da Amazônia e também derrubar sua estrutura social ‘semifeudal’ ” (GRANDIN, 2010, p. 352) e, ele propôs que fosse fundada e apoiada uma espécie de cooperativo de seringueiros para que eles pudessem vender seus produtos no mercado internacional (GRANDIN, 2010).

Mas com a derrubada de poder de Vargas, diversos comerciantes partiram para uma ofensiva e defenderam a volta dos extrativistas individuais, ou seja, independentes. Por volta do ano de 1949, o IAN se torna o Instituto de Pesquisas Experimentais Agronômicas do Norte (IPEAN). Essa mudança, afeta Belterra, pois a produção de látex começa a ganhar novamente visibilidade (SANTOS, 2004).

Ao começar a produzir em larga escala, acaba chamando atenção de empreendedores de pneus do sudeste do Brasil. Foi em 1955 que começou a haver mudanças estruturais no IPEAN, e, Felisberto Camargo, por exemplo, viria a ser demitido. Inúmeras articulações foram feitas para que Belterra desse certo, de acordo com Pereira (2012, p. 123):

Na I Conferência Nacional da Borracha, realizada no estado do Rio de Janeiro, em 1946, discutiu-se a ampliação das funções do Banco da Borracha de Crédito da Borracha S. A. para financiar atividades produtivas na Amazônia; o desenvolvimento de atividades florestais em bases científicas e econômicas; a política de alimentação racional para o trabalhador; o abastecimento de suprimentos dos seringais; a redução de impostos e a efetivação da posse da terra para o ocupante que a explora. Propunha-se a assistência educativa para o trabalhador e seus descendentes, através de instalação de universidades e escolas agrícolas.

Mas claro, acompanhando o autor citado acima, inúmeros problemas não foram resolvidos. Segundo Grandin (2010, p. 353), nos anos de 1950, “[...] Fordlândia e Belterra, foram abandonadas pela segunda vez, passando de uma agência de governo para outra, cada uma menos comprometida que a anterior com seu agenciamento e sua manutenção”. E por volta dos anos de 1960, as diversas experiências político-administrativas realizadas *in locu* começaram a apresentar fragilidade (PEREIRA, 2012).

Segundo Santos (2004, p. 75), dois anos antes, a Lei nº 3.431 de 18 de julho de 1958:

[...] criou, sob a jurisdição do Ministério da Agricultura e com sede no município de Santarém, o Estabelecimento Rural do Tapajós (ERT), formado pelo conjunto de propriedades rurais até então denominado de Plantações Ford de Belterra e Fordlândia. (SANTOS, 2004, p. 75).

Neste mesmo ano, o diretor do ERT atuante, Abnor Gondim, idealizou uma grande obra rodoviária, que abriria caminho entre Belterra e Fordlândia, mas o projeto foi abandonado logo no início. Sob essa nova roupagem, por volta de 1959, os diretores do ERT, além de pensarem nas estruturas rodoviárias, tinham a preocupação com questões ligadas à saúde da população local. O Hospital de Belterra chegou, na época, a ser referência em saúde na América Latina, por conta dos ótimos serviços prestados; serviços esses que eram prestados para além de clínicos gerais e, o município chegou a possuir até mesmo serviços odontológicos (SANTOS, 2004).

Através das eleições de 1962, foi eleito em Santarém/PA, o primeiro vereador belterrense Manoel Pereira Motta, do Partido Social Democrata (PSD) passou a defender aos anseios da sociedade local dentro da Câmara Municipal (SANTOS, 2004). No segundo semestre desse ano, sob o governo de João Goulart “novos atos do governo federal atingiram Belterra. O mais importante deles foi a incorporação definitiva do ERT pela Superintendência da Política Agrária (SUPRA), fruto da Lei Delegada nº 11, de 10.12.1962 (DOU [Diário Oficial da União] de 12.10.1962)” (SANTOS, 2004, p. 85).

Mas no ano seguinte, 1963, o governo federal fecha essa Superintendência, e em 1966, o Ministério da Agricultura fica responsável pelo ERT, novamente (SANTOS, 2004). No

bojo da ditadura, em 1968, o governo militar, tentou encontrar novos rumos para Belterra e outras localidades da região, e contratou uma comissão para fazer um estudo e detalhar em um relatório tudo o que estava se passando ali, principalmente assuntos de natureza econômica, que detalharia as causas da decadência do local. Acreditava-se que esses estudos, que foram descritos em relatório, iriam dar uma resposta para que o Ministério da Agricultura pudesse tomar certas atitudes em prol da economia local (SANTOS, 2004).

Basicamente, o referido relatório enfatizava que mesmo que o empreendimento de Ford continuasse ali, não haveria de obter retornos econômicos, concluindo que o empreendimento estava fadado ao fracasso. Posteriormente, foi criada uma outra comissão para produzir trabalhos mais completos sobre o desenvolvimento econômico e social de Belterra e Fordlândia, mas, infelizmente, nenhuma das ações propostas por esse grupo foram aplicadas pelo Governo Federal (SANTOS, 2004).

Portanto, permaneceu “o quadro de incertezas que afligia tanto funcionários como administradores”, por não saberem que rumo tomar, por conta dos descasos por parte do governo (SANTOS, 2004, p. 97). Os seringueiros eram os que mais sofriam com o total abandono governamental. Enquanto as terras estavam tendo altos rendimentos em sua produtividade, e conseqüentemente, favorecendo o governo brasileiro tudo era encaminhado “as mil e uma maravilhas”, e, os trabalhadores eram nitidamente explorados, porém, não havia reconhecimento quanto a isso (PEREIRA, 2012).

Segundo o Ministério da Agricultura (1974 apud PEREIRA, 2012, p. 124): “Entre 1968 a 1974 foram comercializados 3.980.288 quilos de látex [...], que renderam ao governo o valor de CR\$12.428.723,86. Desse total, foi repassado para os seringueiros apenas a quantia de CR\$3.102.533,39 [...]”, ficando sob posse do governo CR\$9.326.190,47. Toda essa novela, apenas provocou um desestímulo no trabalho do seringueiro, e essa situação só se agravou devido à crise automobilística de 1982, resultando numa menor procura do insumo borracha (PEREIRA, 2012).

Em 1969, mais precisamente em 12 de março, o ERT foi transformado mais uma vez, tornando-se “Bases Físicas Operacionais, subordinando-as à Delegacia Federal do Ministério da Agricultura no Pará com Belterra, Fordlândia [...] passando a ser dirigidas por administradores nomeados pela DEMA/PARÁ” (SANTOS, 2004, p. 99). E, em 1971, mesmo com a Delegacia do Ministério da Agricultura (DEMA), sendo contra a abertura da estrada BR-163, começa-se a sondagem para que a mesma seja o quanto antes construída. Com o início dos trabalhos para que a estrada fosse aberta, viu-se uma esperança de desenvolvimento para a região (SANTOS, 2004).

O próprio Oti Santos, que virá a ser vereador de Santarém e posteriormente, prefeito de Belterra, adentra nas instituições políticas sob a prerrogativa de buscar esse famoso desenvolvimento para Belterra (SANTOS, 2004). Em meio a todas essas situações, em 1972, sobre a prerrogativa do Plano de Integração Nacional (PIN):

O governo abre a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e o [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] INCRA instala 3 400 famílias como parte de uma estratégia geopolítica de ocupação de vazios territoriais, mas muitos dos assentados, por falta de subsídios, logo abandonam o local. Uma parte da antiga concessão passa a ser área de jurisdição da Floresta Nacional do Tapajós, enquanto outras servem à expansão desenfreada da soja. Tal commodity homogeneiza a paisagem local engolindo todas as infraestruturas que se lhe apresentem como estorvo (LEAL, 2015, p. 116).

A partir do momento, que o governo do General Emílio Garrastazu Médici inicia a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém, sob a famosa propaganda “integrar para não entregar”, pessoas de todas as partes do país se deslocam para a Amazônia em busca de melhores condições de vida. Mal sabiam elas que as diversas promessas do governo, eram nada mais nada menos do que promessas não cumpridas. Sendo assim, diversas famílias que foram em busca de uma melhor condição de vida, acabaram se firmando na própria localidade ou nos arredores, por não ter condições de voltar de onde vieram, e fizeram surgir, com o tempo, diferentes cidades e comunidades (SANTOS, 2004).

Em novembro de 1976, mais um grupo de trabalho é montado para formular relatórios, com o intuito de dar um novo rumo para a região de Belterra. Após diversos levantamentos de viabilidade econômica e social muito bem concatenadas, o governo federal, sob o comando de Ernesto Geisel, decide apenas extinguir o ERT. A década de 1979, é marcada por ter em sua administração uma pessoa dinâmica, que mudou um pouco o estado lamentável em que se encontrava Belterra o engenheiro agrônomo Walmir Hugo Pontes dos Santos (SANTOS, 2004).

Walmir dos Santos, levou para Belterra diversos serviços, como energia elétrica fixa, telefonia e saúde, que nesse tempo era bastante precária. A grande dificuldade do agrônomo foi em lidar com as extensões de terras que eram cedidas a instituições como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA), ao Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), atualmente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), além da dificuldade de conseguir mão de obra. Nesta década, os debates ambientais e ecológicos ganham notoriedade mundial (SANTOS, 2004).

Portanto, tem-se uma preocupação com a Amazônia, com seus grandes índices de desmatamento e degradação ambiental, provocados pelo grande capital e sua busca desenfreada pelo desenvolvimento econômico. A partir disso, o governo nacional busca criar áreas de conservação ambiental, a exemplo da criação da Floresta Nacional do Tapajós (FLONA Tapajós), que tem uma parte de sua área em Belterra (SANTOS, 2004).

As situações de descaso governamental que ocorriam na região, provocaram em 1979 “a ideia de emancipação política das bases físicas de Belterra” (PEREIRA, 2012, p. 126). Essa proposta de emancipação visava basicamente criar condições necessárias para se viver melhor, de forma digna (PEREIRA, 2012). Em 24 de outubro de 1980, Belterra passa para a jurisdição do INCRA, e a FLONA Tapajós tem sua administração comandada pelo IBAMA⁷ (SANTOS, 2004).

O governo federal, por vários anos, tentou manter vivo os ideais do projeto de Henry Ford, mas fracassou. Por volta dos anos 1980, declarou a inviabilidade econômica local e resolveu ajudar na emancipação local. Belterra era considerada distrito da cidade de Santarém-PA, na época (PEREIRA, 2012). Foram quase 50 anos sendo subordinado ao município de Santarém (SILVA, 2012).

Medidas foram então necessárias para que a situação de Belterra fosse mudada, a primeira seria a mobilização da população em prol de um plebiscito. A partir disso, foram instauradas comissões para criar legislações municipais (PEREIRA, 2012). Para se tornar, de fato, cidade, Belterra passou por inúmeros embargos legais, chegaram até a arquivar o projeto de emancipação, mas mesmo em meio a tantas dificuldades, a população não desanimou na luta dessa grande causa (SANTOS, 2004).

O projeto é então desarquivado, e em abril de 1995 é aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado. Sendo assim, é solicitado junto à Justiça Eleitoral uma Consulta Pública (SANTOS, 2004). Segundo Santos (2004, p. 148):

No dia 28 de dezembro, diante dos resultados apurados na consulta plebiscitária, o Governador Almir Gabriel concretizou o grande sonho dos belterrenses, sancionando a Lei 5.928, que criava o município de Belterra.

Para Pereira (2012, p. 27), foi através de articulações e “negociações envolvendo governo, lideranças políticas da cidade e parlamentares tornaram esse sonho possível”. Em 1997, Belterra torna-se um município do Pará, com Oti Santos eleito o primeiro prefeito da

⁷ E, nos dias atuais, essa administração da FLONA Tapajós está sendo feita pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) que atualmente é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

cidade. Por consequência, o Ministério da Agricultura é afastado de Belterra, e a prefeitura a partir desse momento é quem detém a posse de todos os bens (SANTOS, 2004).

Belterra, no final da década de 1990, inicia um novo contexto, de muitas mudanças em níveis territoriais e socioeconômicos, o que gerou e vem gerando até hoje diversos conflitos. Como exemplo e destaque desse trabalho, tem-se, a partir da entrada e permanência da monocultura de grãos na região, muitas disputas dos “de fora” para com os “de dentro”, e vice-versa como muito bem destaca Pereira (2012). Portanto, nesse período, essa nova forma de desenvolver a região Belterrense, foi colocada para a cidade e região do Oeste do Pará como uma alternativa de desenvolvimento pautada no avanço da fronteira agrícola de grãos para a região amazônica, no sentido Mato Grosso – Pará, via a Rodovia Cuiabá-Santarém.

Essa nova dinâmica e proposta, pautada sob a égide do capitalismo, com seu sistema de exploração desenfreada da natureza, será tratada no capítulo seguinte, como um segundo movimento macro de tentativa de processo de viabilização de um projeto que traz a retórica do desenvolvimento. E, ficam aqui duas indagações sobre essa transformação: O que esses novos empreendimentos têm a oferecer? Será mais um projeto fracassado como o de Henry Ford? Desenvolvimento para quem?

O capítulo a seguir abordará as nuances da região de Belterra, no contexto atual e sob uma nova forma de desenvolvimento, pautada pelos ideais de grandes empreendimentos primário-exportador. A partir deste momento, dá-se então, a entrada e permanência de grãos nessa região; a nova fronteira agrícola.

3 EXPANSÃO AGRÍCOLA DE GRÃOS EM BELTERRA: UMA NOVA FORMA DE DESENVOLVIMENTO?

O objetivo deste capítulo é apresentar Belterra e como se deu a expansão agrícola de grãos em seu território. Para tanto, se faz necessário continuar descrevendo a trajetória socioeconômica do município a partir dos anos 1990, através do incentivo tanto de políticos locais como do Governo Federal, que decidem mais uma vez, interferir nas dinâmicas territoriais, através de ações que tem na base de seus discursos essa expansão como processos de desenvolvimento. Para tanto, o capítulo foi dividido em três seções.

A primeira seção, busca fazer uma caracterização do município de Belterra, onde está localizado, suas intermediações, atividades econômicas desenvolvidas atualmente, etc. E, caracteriza-se a FLONA Tapajós, como uma importante parte do território belterrense. A segunda seção, adentra mais profundamente no contexto de introdução e expansão do mercado de grãos no município, sob a perspectiva do Estado disseminar tal expansão como alternativa de progresso, modernidade, crescimento e desenvolvimento.

Por fim, a terceira seção, tenta fazer um diálogo entre os dois processos de desenvolvimento de Belterra: a implantação das Industrias Ford e a Expansão Agrícola de Grãos. Esses modelos adotados no mesmo lugar, mas em épocas distintas, possuem quase que os mesmos ideais de desenvolvimento, pois acreditam única e exclusivamente na transformação via a capitalização de recursos naturais como forma de alcançar seus ganhos econômicos, não importando o que ou mesmo quem seja empurrado no caminho e, portanto, um processo que, mesmo com passar dos anos, de novo não tem nada.

3.1 Caracterização do Município de Belterra

O município de Belterra, está situado no estado do Pará, na mesorregião do Baixo Amazonas, no norte brasileiro, a uma latitude 02° 38' 11" sul e longitude 54° 56' 14" oeste. Faz limite “[...] ao norte com o distrito de Alter do Chão em Santarém, ao sul com Igarapé da Onça, a leste com Santarém e a oeste com o rio Tapajós” (LEÃO, A., 2017, p. 42). Possui uma área de cerca de 4.398 km², fazendo parte da região metropolitana de Santarém/PA que se encontra distante cerca de 45 km (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA, 2020; PEREIRA, 2012). O acesso à cidade se dá por duas vias: a fluvial e rodoviária, respectivamente, o primeiro se dá pelo rio Tapajós, e o segundo pela rodovia BR-163 (SILVA, 2012).

A rodovia BR-163, além de ser um dos caminhos para se chegar ao município de Belterra, é atualmente o acesso e passagem para o escoamento de grãos (PEREIRA, 2012). Segundo Silva (2012), também fazem parte da área territorial do município as Unidades de Conservação (UC) FLONA Tapajós e a Área de Proteção Ambiental do Aramaná (APA Aramaná), a primeira federal e a segunda municipal.

Além das UC's em destaque, segundo o INCRA (2017), Belterra possui 02 Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) Bela Terra I e PAC Bela Terra II; e, 02 Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) Aramaná e PAE Pindobal, todos criados em 2006. E, de acordo com o Despacho da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 2009, em Belterra encontra-se a Terra Indígena Bragança/Marituba de aproximadamente 13.515 ha, vivendo nesta terra a sociedade Munduruku, com uma população estimada em 2008 de 231 habitantes (NORMAS BRASIL, 2022). Para Silva (2012) o município de Belterra pode ser caracterizado como um município de médio porte, se comparado a outros do Pará.

Abaixo a **Figura 01** com o Mapa localizando Belterra no Pará.

Figura 01 – Mapa de Localização de Belterra no Estado do Pará



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022a).

Segundo Nóbrega (2012, p. 204):

As principais atividades econômicas do município estão pautadas na cultura extensiva (soja, arroz, milho). Além destes três produtos, destaca-se na produção agrícola o feijão, tomate, mandioca, café, urucum, pimenta do reino (produção familiar) e frutas como coco, tangerina, banana, abacate, laranja, limão se destacam na fruticultura local. A pecuária também tem um papel importante no município, com rebanhos de

bovinos, bubalinos, equinos, galos, frangas, pintos, asininos, muares, ovinos, caprinos e vacas ordenhadas [...].

Para reforçar a citação acima, segundo Silva (2012) as atividades econômicas, que se destacam em Belterra são as atividades agrícolas, realizadas por agricultores familiares de pequeno e médio porte, além dos grandes produtores agrícolas e pecuaristas. Este autor informa que, em termos de atividades desenvolvidas na zona urbana e rural de Belterra, aproximadamente, 1,3% são empreendimentos de bens e serviços situados na zona urbana e 98,7% das atividades econômicas encontram-se na zona rural sendo que esse percentual é distribuído entre: “[...] as culturas temporárias (83,2%), seguido da pecuária (11,3%), culturas permanentes (3,8%) e extrativismo (0,4%)” (SILVA, 2012, p. 81).

Para além, das atividades destacadas acima, Leão, A. (2017, p. 43) chama atenção para o crescimento em Belterra da atividade turística:

[...] em função do legado histórico existente no município, datado do período Ford, da FLONA do Tapajós e das belíssimas praias de rio. Com relação à FLONA do Tapajós, suas comunidades desenvolvem atividades ligadas ao ecoturismo. E, no caso das praias de rio destacam-se as situadas na APA Aramanaí

Assim sendo, as atividades aqui relatadas para o município de Belterra, situam-se como sua base de sustentação econômica. Para além do econômico, pode-se destacar ainda que a estruturação municipal de Belterra, segundo o Plano Diretor Participativo de Belterra (2007), pautado pela Lei nº 131, de 22 de fevereiro de 2007, está organizada por distritos administrativos, tendo um na área da sede municipal e seis na zona rural. Cada distrito da zona rural é constituído de uma vila sede e, segundo o levantamento do censo do IBGE de 2010, Belterra tinha uma população de 16.318 habitantes, sendo que a população urbana chegava a 6.852 habitantes e a população rural era equivalente a 9.466 (SILVA, 2012).

O IBGE (2021a) registra atualmente para o município de Belterra, uma população estimada em 17.944 pessoas e, fazendo uma comparação entre os censos de 2010 e a estimativa do IBGE, pode-se dizer que a população estimada do município poderá aumentar em média 1.626 pessoas em 11 anos. Ainda de acordo com o IBGE (2022b), em 2010, 42% da população residia em espaços urbanos e 58% em espaços rurais, demonstrando a predominância de uma população rural no município. Para fins de conhecimento, vale destacar que o Plano Diretor Participativo de Belterra (2007, p. 12), apresenta no artigo 7, incisos 1 e 2, a seguinte conceituação para área urbana e rural:

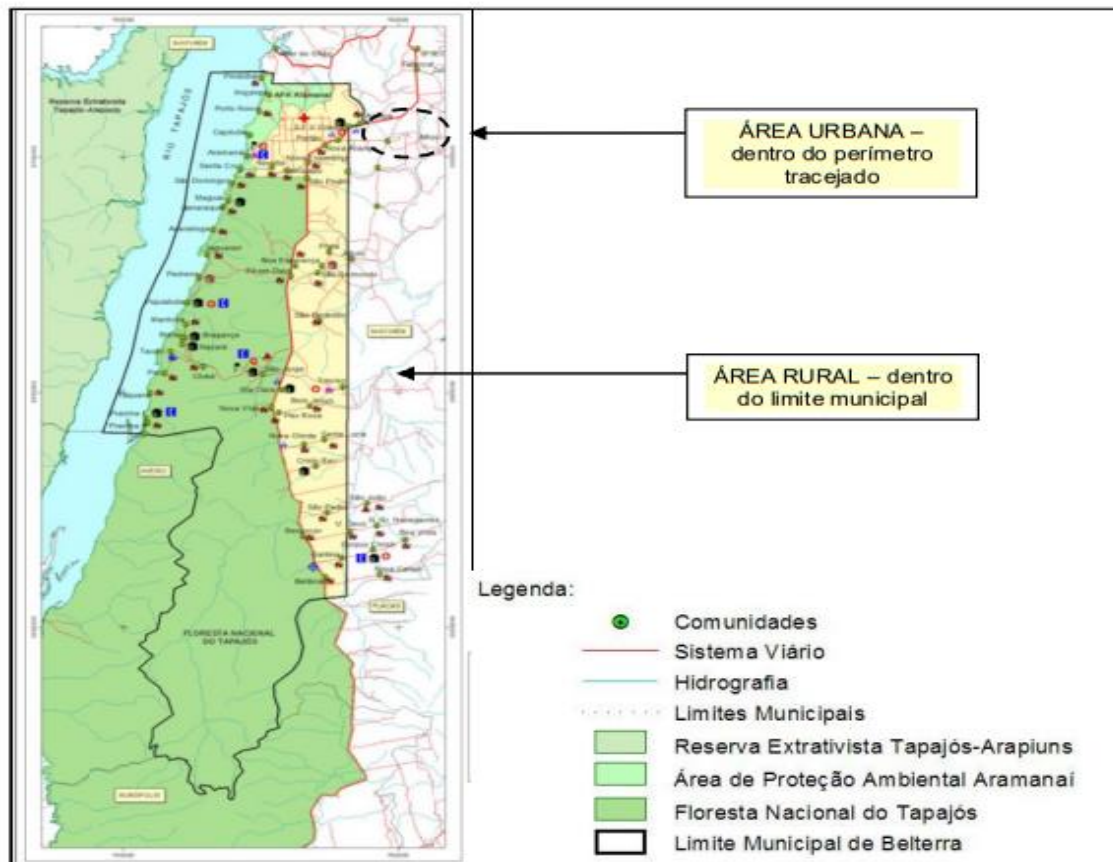
§ 1º. As Zonas urbanas correspondem à porção urbanizada do território, e abrangem a sede municipal e as vilas sede de distrito [...], sujeitas à estruturação urbana de

acordo com os parâmetros definidos na Legislação de Uso e Ocupação do Solo e instrumentos da política urbana instituídos neste Plano Diretor.

§ 2º. As Zonas rurais correspondem às áreas não urbanizadas do município incluindo Unidades de Conservação, tais como APA e FLONA [...] e outras que vierem a ser constituídas, e áreas destinadas ao desenvolvimento de atividades produtivas voltadas à agricultura, ao extrativismo, à aqüicultura, objeto da política de desenvolvimento econômico identificadas neste plano diretor.

E, a **Figura 02** apresenta o mapa da área urbana e rural do município de Belterra como forma de ilustrar o que está contido na citação acima.

Figura 02 – Mapa da Área Urbana e Rural do Município de Belterra



Fonte: SILVA (2012, p. 80).

Como dito anteriormente, a área considerada rural, engloba, além de outras, a FLONA Tapajós. Portanto, na próxima subseção será apresentado esta UC, sendo que o destaque, justifica-se por esta deter a maior parcela territorial do município e, ser hoje considerada uma zona tampão para a expansão agrícola no município.

3.1.1 Floresta Nacional do Tapajós (FLONA Tapajós)

Conforme os dados disponibilizados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2021), o município de Belterra tem hoje localizado em seu espaço territorial a FLONA Tapajós, uma UC que possui 527.319 hectares (ha). Essa área foi delimitada após a publicação da Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012⁸, que prevaleceu o Decreto nº. 73.684 de 19 de fevereiro de 1974, que atribuía a essa UC uma área de 600.000 hectares (PLANO DE MANEJO FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, 2019). Além de Belterra, fazem parte da FLONA Tapajós parte dos municípios de Aveiro, Placas e Rurópolis.

Essa UC foi criada em 1974, e desde então, vem impulsionando moradores ao uso sustentável dos recursos naturais, tais como: manejo florestal, extração do látex, óleos, produção de couros ecológicos etc. (ICMBio, 2021). O **Quadro 01** abaixo mostra as delimitações de áreas que cada município possui dentro da FLONA Tapajós.

Quadro 01 – Área dos Municípios Abrangidos pela FLONA Tapajós

Município	Área total do município (ha)	Área do município na Flona do Tapajós (ha)	% da área do município na Flona do Tapajós
Aveiro	1.707.405,20	132.611,811	7,77
Belterra	439.841,80	248.389,28	56,47
Placas	717.319,40	195.098,30	27,20
Rurópolis	702.132,10	124.773,41	17,77

Fonte: PLANO DE MANEJO FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS (2019, p. 31).

Através do **Quadro 01**, nota-se que a maior área da FLONA Tapajós se encontra no município de Belterra, que detém 248.389,28 ha da UC em seu território, perfazendo aproximadamente 56,47%, o que equivale mais da metade da área municipal. De acordo com Santos (2014), quanto a criação da FLONA Tapajós, em 1974, sua jurisdição era da responsabilidade do IBDF que, em 1989 foi um dos órgãos que se fundiram para dar origem ao IBAMA, que seguiu responsável pelas UC's federais até a criação, em 2007, do ICMBio. A

⁸ Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012 - Art. 16. Ficam excluídas da Floresta Nacional do Tapajós, criada pelo Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974, duas áreas totalizando aproximadamente 17.851 ha, sendo a primeira dessas áreas no Município de Belterra, Estado do Pará, onde estão situadas as comunidades de São Jorge, Nova Vida, Nossa Senhora de Nazaré e Santa Clara, na margem da rodovia BR-163, totalizando 11.990 ha; e a segunda, no Município de Aveiro, Estado do Pará, onde se localiza a sede do Município e seu aglomerado urbano da margem direita do rio Tapajós, bem como parte da área rural do seu entorno, totalizando 5.861 ha.

partir da criação do ICMBio e até os dias atuais, a FLONA Tapajós está sob a responsabilidade deste órgão ambiental federal.

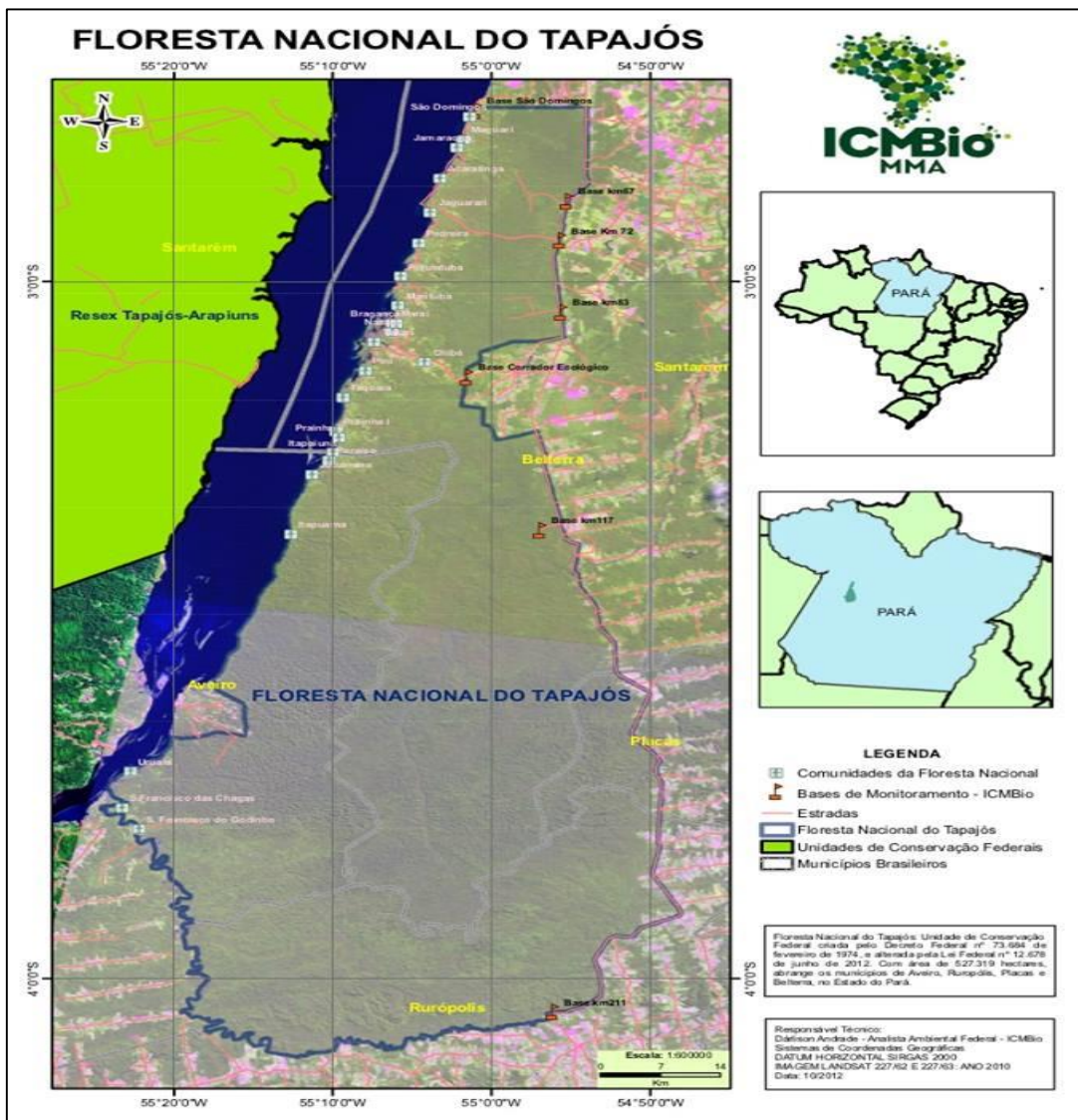
Seus limites e fronteiras territoriais se dão da seguinte maneira:

Ao norte a Flona do Tapajós está localizada num paralelo que liga o km 50 da BR-163 até o rio Tapajós.

A oeste a UC tem como principal marco geográfico o rio Tapajós, e ao sul o rio Cupari. No limite leste a Flona do Tapajós é limítrofe a BR-163, entre o km 50 até o rio Cupari (PLANO DE MANEJO FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, 2019, p. 29).

E, a **Figura 03** apresenta o mapa das Unidades de Preservação Ambiental contidas no município de Belterra como forma de ilustrar as informações acima.

Figura 03 – Mapa das Unidades de Preservação Ambiental de Belterra



Fonte: ICMBio (2022).

Sobre o modo de produção dos moradores da FLONA Tapajós, são voltadas para atividades de roçado, caça, pesca, extrativismo não madeireiro, criação de gado, dentre outros animais. Um fato curioso sobre essa população, é de que pessoas próximas ou de mesma família compartilham mesmo que involuntariamente das *benesses* dessas atividades, por conta da proximidade de suas áreas territoriais destinadas a essas atividades (SILVA, 2019).

A paisagem do lugar é vasta, vai desde rios e lagos, morros, planaltos etc., com uma floresta ampla e conservada, de uma enorme beleza, sendo uma das UC's federais do Pará mais visitadas por turistas. Havia ali cerca de 500 indígenas pertencentes à etnia Munduruku, e muitos ribeirinhos. Em média quatro mil moradores tradicionais, já viviam na região muito antes do local se tornar uma UC. Era um total de 29 comunidades instaladas na FLONA (SANTOS, 2014)

Mas essa realidade muda quando é instaurada a Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012, mencionada em outro momento acima. De acordo com Santos (2014, p. 35), antes de ser estabelecida essa Lei, a população:

[...] distribui-se às margens dos rios e estradas e no núcleo urbano de Aveiro, totalizando 29 comunidades, somadas à cidade de Aveiro, as quais estão apresentadas a seguir: São Domingos, Jamaraquá, Acaratinga, Jaguari, Pedreira, Piquiatuba, Marituba, Bragança, Marai, Nazaré, Tauari, Pini, Taquara, Prainha, Prainha II, Itapaiúna, Paraíso, Jatuarana, Itapuama, Chibé, Nossa Senhora de Nazaré, Nova Vida, São Jorge, Santa Clara, Tabocal, Uruará, São Francisco das Chagas, Francisco do Godinho e Maguari.

Mesmo antes da criação da FLONA Tapajós, diversos conflitos foram travados ali, e essa situação não mudou com a sua criação. Esses embates são principalmente de cunho socioambiental e fundiário, os envolvidos vão desde o Estado brasileiro a populações tradicionais e assentados rurais. São interesses que vão de encontro a disputas territoriais para fins mercadológicos a interesses apenas ligados as causas conservacionistas do meio ambiente (SILVA, 2019).

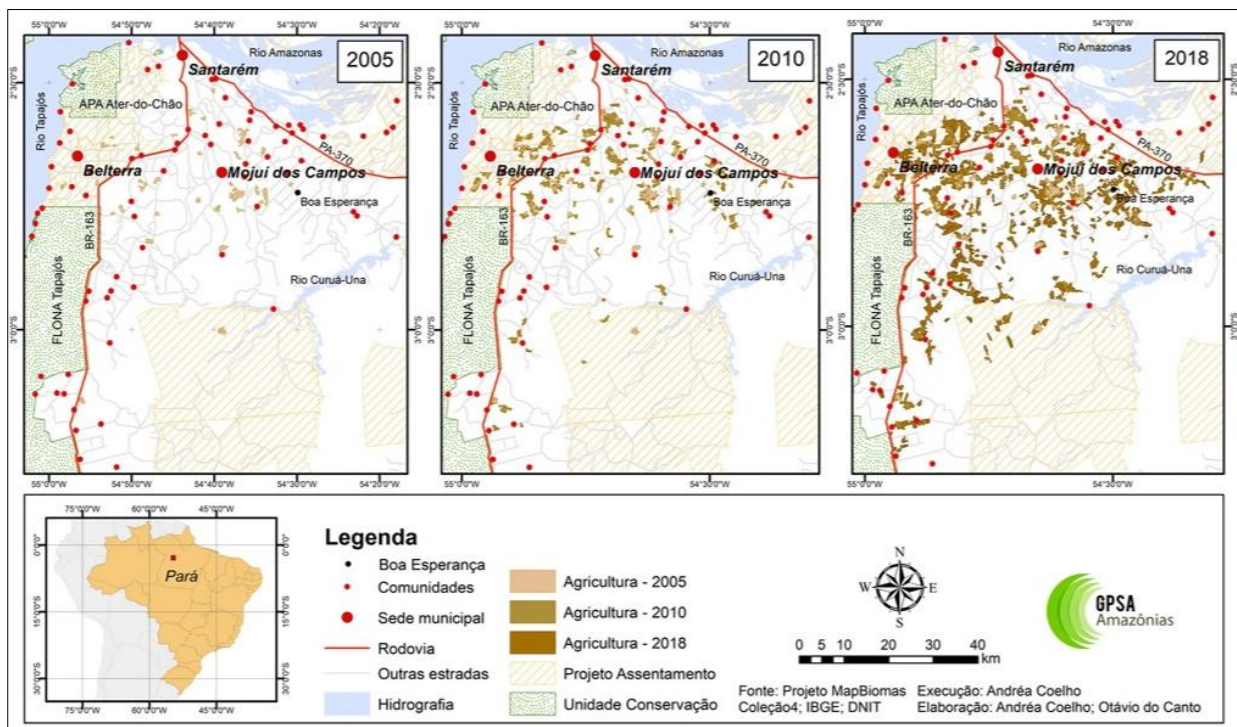
Para Silva, (2012, p. 83): “[...] as comunidades ribeirinhas que em muitos casos viviam no local há 200 anos, descobriram que não tinham direito à terra, e a partir de 1977, o IBDF/IBAMA começou a trabalhar na área, planejando desapropriar as famílias”. Segundo Silva (2019, p. 03), a partir de 2012:

[...] quatro comunidades localizadas na BR-163 (Santarém- Cuiabá) e cinco comunidades concernentes ao município de Aveiro foram desmembradas. Hoje a unidade conta com dezenove comunidades, sendo três delas autodeclaradas indígenas do povo Munduruku, e população aproximada de 5 mil pessoas.

A comunidade de São Jorge é exemplo disso, pertenceu a FLONA Tapajós até o ano de 2011, mas foi destituída pela solicitação da própria população. O local que possuía uma atividade agrícola diversificada, era fortemente ameaçado pelo mercado do agronegócio, e assim que a comunidade se desligou dessa UC, muitas terras passaram a pertencer ao grande capital, para fins de monocultura e atividades de pecuária (CORTES et al., 2020). Por conta do medo da perda de território as comunidades acabaram se organizando em associações como forma de se fortalecer enquanto um coletivo e buscar negociar seus direitos junto aos gestores federais da UC que, desde 2007, como dito anteriormente, está sob a responsabilidade do ICMBio.

Desta forma, fica evidente o quanto as comunidades possuem uma forte atuação por parte de seus presidentes nos conselhos representativos intercomunitários e no Conselho Gestor da FLONA Tapajós. Mas, mesmo que o agronegócio não esteja e nem possa estar ligado a essa e outras UC's federais, há registros, por parte de alguns ribeirinhos sobre impactos causados pelos atores do agronegócio, sendo as regiões de várzea as mais afetadas (CORTES et al., 2020). A **Figura 04** apresenta o mapa da expansão agrícola do Planalto Santarém, onde está Belterra, Santarém e Mojuí, no período de 2005-2018.

Figura 04 – Mapa da Expansão da Agricultura Estimulada pelo Agronegócio nas Adjacências das Rodovias BR-163 e PA-370, Planalto de Santarém, Pará-Amazônia-Brasil, 2005-2018



Fonte: BARROS et al. (2020, p. 905).

Como mostra a **Figura 04**, apesar de todos os conflitos que o município de Belterra passa, desde antes do seu nascimento quanto cidade, é notório o quanto a FLONA Tapajós ainda continua bastante conservada e servindo, como dito anteriormente de zona tampão para o avanço do agronegócio. Barros et al. (2020) proporcionam uma melhor visão disso através de imagens adquiridas via satélite, onde apontam as regiões mais afetadas nos anos de 2005, 2010 e 2018 pelo processo de expansão da produção agrícola. Portanto, fazendo uma análise da **Figura 04** é evidente que há de fato uma diferença marcante das áreas afetadas em relação as áreas de proteção ambiental, locais onde ainda mantém diversas comunidades tradicionais e suas formas de manejo da terra.

Essa agricultura capitalista adentrou no oeste paraense a partir de 1990, como se verá na próxima seção, e começou a se desenvolver e expandir, afetando principalmente, os povos tradicionais que ali já residiam, visto que, essa população tinha uma base econômica voltada ao extrativismo animal e vegetal, e agricultura de subsistência. Ao mesmo tempo em que provoca conflitos em níveis territoriais e agrários, dado que, esses diferentes atores utilizam os benefícios da terra de maneiras totalmente diferente (CONCEIÇÃO; SILVA, 2020). Ainda segundo Conceição e Silva (2020, p. 22):

Em meados do século XX, o povoado de Belterra considerado, portanto, um distrito da cidade de Santarém, tinha seu padrão de organização espacial, territorial, político, econômico e da vida dos seus povos, com base nas atividades extrativas e ribeirinhas. A caça, a pesca, a coleta de produtos da floresta e a agricultura de subsistência consistiam seu modo de vida amazônico. Esses povos faziam usos das terras, das águas (rio) e das florestas de forma coletiva e solidária, como condição substancial para reprodução social da vida nos múltiplos territórios existentes, cujas territorialidades estavam representadas simbolicamente no agrohidroflorestal tapajônico.

Portanto, tinham/tem uma forma de viver bastante singular e única, se comparada a qualquer outro modo de vida trazido de fora. As grandes dificuldades e conflitos gerados por esse avanço do grande capital, estão fortemente ligadas a forma como esse novo modo de produção é introduzido de maneira violenta no espaço amazônico, “[...] resignificando o modo de viver nos lugares de povos e comunidades tradicionais e suas relações identitárias, no qual perduram desde períodos coloniais da formação do território brasileiro” (CONCEIÇÃO; SILVA, 2020, p. 23).

Abaixo o **Quadro 02** e o **Quadro 03**, elaborados a partir de pesquisa de campo em 2019, a qual os autores Conceição e Silva (2020) apresentam em seu trabalho a representação do uso do território a partir de uma distinção de duas diferentes formas de atuação e utilização,

que os atores do *campesinato*-agroextrativista⁹ e do agronegócio, fazem das Terras, Águas e Florestas (chamadas por eles de TAFs):

Quadro 02 – Uso do Território pelas TAFs pelo *Campesinato-agroextrativista*

Características	1) Terras	2) Águas	3) Florestas
Produção do espaço	Territórios de morada, do trabalho e da reprodução social da vida, com o cultivo das roças e dos quintais produtivos (policultura). Relações de parentesco e vizinhança, trabalho familiar, solidariedade orgânica.	Territórios de morada, do trabalho e da reprodução social da vida, por meio do extrativismo da pesca artesanal. Relações de parentesco e vizinhança, trabalho familiar, solidariedade orgânica.	Territórios de morada, do trabalho e da reprodução social da vida, com o desenvolvimento do extrativismo da fauna e da flora. Relações de parentesco e vizinhança, trabalho familiar, solidariedade orgânica.
Dinâmicas implementadas no espaço	Agricultura de subsistência (corte-queima) e comercialização nos mercados locais e regionais, criação de animas de pequeno e médio porte, produção diversificada/autônoma/agroecológica, soberania alimentar, próprias técnicas de cultivo agrícola, rotação de culturas e sem uso de agroquímicos.	Pesca artesanal de subsistência e comercialização local e regional, produção diversificada/autônoma/ecológica, soberania alimentar, próprias técnicas para o desenvolvimento da atividade pesqueira, respeito ao período do defeso e seleção de espécies, sem uso de agroquímicos.	Coleta de espécies animais para o consumo e vegetais para o consumo e/ou comercialização nos mercados locais e regionais. Produção diversificada/autônoma/ecológica, soberania alimentar, próprias técnicas para o desenvolvimento da atividade extrativa, seleção de espécies que podem ser extraídas da natureza.
Resultado das práticas socioespaciais	Ausência de conflitos agrários e territoriais nos campos (Permanência na terra para trabalhar e viver).	Ausência de conflitos agrários e territoriais nas águas (Permanência nas águas para trabalhar e viver).	Ausência de conflitos agrários e territoriais nas florestas (Permanência nas florestas para trabalhar e viver).

Fonte: Conceição e Silva (2020, p. 27).

Quadro 03 – Usos do Território pelas TAFs pelo Agronegócio

Características	1) Terras	2) Águas	3) Florestas
Produção do espaço	Monocultura, silos, galpões, armazéns, maquinários, redes de infraestruturas (rodovias) e carretas.	Portos, hidrovias, navios, barcaças e balsas.	Monoculturas, silos, galpões, armazéns, maquinários, redes de infraestruturas (rodovias) e carretas.
Dinâmicas implementadas no Espaço	Compra de propriedades, arrendamentos; grilagem de terras, aplicação de insumos, pesticidas (uso de agrotóxicos) que contaminam e matam os agricultivares e os animais dos pequenos agricultores e Congestionamentos.	Contaminação dos corpos hídricos, alteração dos fluxos de circulação pelos moradores locais, mudança da dinâmica do rio.	Compra de propriedades, arrendamentos, grilagem de terras, desmatamentos, erosão e extinção da fauna e da flora e uso de agrotóxicos e congestionamentos.
Resultado das práticas socioespaciais	Conflitos agrários e territoriais nos campos (expropriação camponesa).	Conflitos agrários e territoriais na água (expropriação camponesa).	Conflitos agrários e territoriais nas florestas (expropriação camponesa).

Fonte: Conceição e Silva (2020, p. 27).

⁹ De acordo com Conceição e Silva (2020, p. 26) “[...] o *campesinato-agroextrativista* é aquele que pratica a agricultura de base familiar, no qual cultivam uma diversificação da produção na terra e garante a soberania alimentar, bem como se faz uso do extrativismo animal e vegetal, pois coletam produtos diretamente na natureza”.

Os **Quadros 02 e 03** mostram o quão diferente são essas duas lógicas. A população do segmento denominado de campesinato-agroextrativista utiliza da lógica de uso racional e moderada, extraem e usam os recursos dados pela água, terra e floresta de modo justo. Já a utilização do território pelo lado do agronegócio obedece apenas uma lógica predatória, que busca retornos imediatistas, e não liga para a destruição causada por esse modo de produção capitalista. Enquanto um propaga o uso moderado dos recursos naturais, por exemplo, o outro busca enxergar a forma de utilização desses bens apenas pelo lado econômico, onde os insumos se transformam em mercadorias e geram benefícios em forma de lucros.

A partir do momento que o agronegócio toma seu lugar, altera toda estrutura socioespacial construída por povos tradicionais da região. E não apenas isso, muda as maneiras de usos das terras, das águas e das florestas, assim como mostra os quadros acima, já que as duas lógicas são bastante distintas. Para Conceição e Silva (2020, p. 27-28):

Essa agricultura das commodities (“agronegocinho” ou “grão ouro”) que é marcada pela agricultura sem agricultores, agricultura envenenada e o predomínio de uma paisagem homogênea se apropriou das TAFs para transformar em territórios de negócio e de especulação, haja vista que seus mercados consumidores atende um circuito da mobilidade espacial de escala-mundo, fragmentador de territórios e estabelecedor de relações corporativas nos territórios, cristalizando-se por meio dos monopólios ou oligopólios dos graneis sólidos.

É a partir dessas e demais concepções que adentrarei na sessão seguinte, a qual abordarei as nuances do processo de expansão de grãos no município de Belterra, buscando dar continuidade nas reflexões quanto esse processo ser ou não uma nova forma de desenvolvimento.

3.2 O Processo de Expansão Agrícola de Grãos em Belterra

Uma nova forma de transformação/desenvolvimento foi imposta na região oeste do Pará, a partir dos anos de 1990: a expansão agrícola de grãos. Para Nahum e Paixão Júnior (2014) antes da chegada dos grãos, as margens da rodovia BR-163, sentido Santarém-Belterra, geralmente via-se apenas uma floresta densa, estradas empoeiradas e de difícil acesso, praticamente intransitáveis principalmente em épocas de chuva. Foram longos anos em que as diversas famílias fixadas nos arredores dessas regiões (Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos) viveram majoritariamente da coleta para consumo e sustento próprio.

As pessoas que ali residiam, eram praticamente esquecidas pelo Estado, suas condições de vidas eram péssimas, iam desde vestuário e alimentação precárias, a questões de

infraestrutura local (sem energia elétrica, péssimas estradas, escassez de água e transporte), e mesmo em meio a toda essa lamentável situação, nunca perderam seu apego aos festejos culturais. Sob a perspectiva de Silva e Conceição (2017, p. 60):

[...] as famílias que viviam nas comunidades do planalto santareno (que abrange áreas dos municípios de Santarém e Belterra) tinham sua cultura baseada na agricultura, no extrativismo sustentável e na caça como forma de garantir a subsistência familiar. No trabalho utilizavam técnicas artesanais, trocavam dias de serviços nas propriedades dos vizinhos, compartilhavam alimentos e outros produtos agrícolas, faziam mutirões e programavam as festividades religiosas dos santos padroeiros das comunidades. De certo modo, obedeciam ao tempo da natureza para derrubar, plantar, produzir e colher, pois através do trabalho coletivo faziam seus roçados e plantavam variados produtos agrícolas (arroz, feijão, milho, mandioca, macaxeira) e outros agrocultivares como legumes, hortaliças e frutas, além da criação de animais.

Toda uma cultura é, então, quase que totalmente absolvida por outra: a cultura do agronegócio¹⁰. Essa inserção, do cultivo de grãos, provoca então, sérias mudanças estruturais. Há, por exemplo, um forte impacto no encontro dos grupos distintos sendo que, as perspectivas sociais e econômicas não são as mesmas, os ideais de desenvolvimento, muito menos (LEÃO, S., 2017).

Para Leão, S. (2017) a grande maioria das áreas rurais cobiçadas pelos produtores de grãos que vinham principalmente da região Centro-Oeste, eram utilizadas por agricultores familiares, o que gerou diversos conflitos territoriais. Havia inúmeras pressões para que as pessoas que residiam nesses espaços pudessem sair, e, no início desse processo, áreas consideradas estratégicas, muitas das vezes tinham os residentes delas expulsos para dar lugar a plantação de grãos.

Sobre os produtores de soja, que são um desses atores sociais, Leão, S. (2017, p. 1) nos diz que esse grupo é composto:

[...] por migrantes do início deste século, que aproveitaram a instalação do porto graneleiro de exportação [da Cargill, em Santarém], operando a partir de 2003, para adquirir terras e expandirem seus negócios familiares do Mato Grosso. Estes atores empresariais estão territorialmente articulados, buscando controlar os elementos que viabilizam sua atividade na região que são a terra, a logística de transporte e as leis ambientais.

A grande atração para que os mesmos migrassem para as intermediações de Belterra, era a possibilidade de compra de terras baratas e abundantes para plantio, e posteriormente comercializar os produtos extraídos dessa plantação, tendo em vista que os lotes de terras em seus lugares de origem estavam cada vez mais caros e escassos. Outro fato

¹⁰ Este trabalho dará ênfase apenas a um dos seguimentos do agronegócio, as atividades agrícolas.

importante é a promessa de instalação do Porto da Cargill em Santarém, que faria diminuir o custo com frete (LEÃO, S., 2017). Sobre o preço das terras, Conceição (2015) relata que foram vendidas a um baixo preço, variando de R\$ 3.000 a R\$ 4.000, uma área de 20 hectares ou mais.

O final da década de 1990, marca, a entrada e permanência da soja na região, principalmente nas regiões de Belterra e Santarém. Assim, como a primeira forma de desenvolvimento imposta à Belterra com a CFIB, essa situação foi fortemente articulada, através de um conjunto de planejamento e estratégias, do Governo e do grande capital. Os empreendimentos tiveram bastante apoio político, não só do poder federal, como estadual e municipal, portanto, contaram com diversos incentivos, como: financiamento público, flexibilização da legislação ambiental, afrouxamento da fiscalização dos órgãos responsáveis e etc. (PEREIRA; LEITE, 2011).

Como dito, para que tenha se chegado nesse nível de introdução dos grãos na região, houveram inúmeros acordos feitos entre o poder público e empresários. E, a esses empresários nacionais e internacionais, detentores do chamado “grande capital”, é imposta a missão dita civilizadora em prol do desenvolvimento (PEREIRA, 2012). As ações do Estado dão legitimidade para que as empresas tomem posse de territórios, justamente por acreditar e defender ideais de progresso, modernidade e desenvolvimento econômico. Essas ações estão principalmente relacionadas as concessões de múltiplos benefícios como incentivos fiscais e creditícios (CONCEIÇÃO, 2015).

No norte do país, Santarém e Belterra, foram e continuam sendo algumas das regiões que mais ganham notoriedade nesse assunto e por conta disso passaram a receber altos investimentos no setor de produção de soja (SILVA; CONCEIÇÃO, 2017). Sobre o avanço dessa monocultura Leão, S. (2017, p. 75) afirma que:

A expansão da agricultura da soja na região Norte, no fim do século passado, é um movimento articulado entre atores da cadeia da soja e o Estado brasileiro com interesses diversos e complementares. O governo federal com a estabilização da moeda, retoma a capacidade de planejamento e de investimento na infraestrutura de estradas, tentando resolver problemas com a logística de transporte do país. Entre os anos 1990 e 2000, a partir da depreciação do real frente ao dólar, o aumento da demanda mundial por soja e a melhora do preço internacional do produto são fatores que impulsionam os investimentos privados para a produção de soja no interior do Brasil.

O resultado disso são inúmeras e imensas plantações de grãos e toda uma estrutura ao redor delas, que vão desde maquinários à armazéns e silos de metal. O Planalto Santareno, é verdadeiramente, absorvido pela cultura do agronegócio, as terras tão cobiçadas pelos produtores/empresários acabam caindo nas mãos dos mesmos. É histórico e corriqueiro que

nesses embates quem sempre leva a melhor são aqueles que detém o poder de compra (capital), e essa situação não deixa de ser diferente das demais, o empresariado leva aqui grande vantagem em relação aos camponeses/ produtor familiar/ população tradicional (NAHUM; PAIXÃO JÚNIOR, 2014).

Esse modelo de ocupação baseado nas perspectivas do agronegócio visa a exploração desenfreada dos recursos naturais. Esse processo dar-se-á, a partir da utilização de ferramentas que viabilizam uma melhor operacionalidade dos plantios de grãos, é o que chamam de agricultura mecanizada de grãos, tendo como resultado a baixa demanda por mão de obra. A partir dessa implantação do agronegócio, há diversas transformações locais, que são basicamente fruto da inserção de diversas ferramentas modernas (VENTURIERI et al., 2007).

Primeiro que o agricultor familiar local não utiliza de mecanizações para manusear suas terras, segundo, há uma tomada de espaços territoriais, o agronegócio passa a ser detentor de grandes hectares de terras (SILVA; CONCEIÇÃO, 2017), e, terceiro, por ser intensivo em capital não absorve a mão de obra local. Sobre essa questão Silva e Conceição (2017, p. 61) ainda destacam que “[...] no espaço agrário a economia globalizada se pauta pela produção de *commodities*, buscando disputar áreas consolidadas, sobretudo, pelo campesinato”. A prática de produção desenvolvida pelos agricultores familiares é árdua, justamente por não possuírem as *benesses* da utilização de maquinários para a realização do trabalho e, portanto, sua jornada de trabalho é muito mais intensa, vai desde a madrugada até o anoitecer (LEÃO, S., 2017).

Há, portanto, “[...] uma mudança significativa nos modelos de ocupação do espaço territorial, conduzindo a economia regional a um modo de produção altamente capitalizado em contraposição aos modelos tradicionais da região” (LEÃO, S., 2017, p. 76). A modernização da agricultura, é um fator, portanto, que mexe diretamente com as configurações do espaço rural. A inserção de multinacionais, é mais uma aliança selada entre Estado e capital.

Sendo assim, esse avanço desenfreado das atividades agrícolas, é apenas para atender aos interesses do capital mundial exportador (CONCEIÇÃO, 2015). Com essa dinâmica, que busca atender a mercados externos, cada vez mais perde-se a autonomia do lugar, “suscitando no pressionamento/expropriação do campesinato, na mercantilização da terra e da natureza, no aumento dos preços das terras e na modernização da agricultura no qual a dinâmica territorial local foi incorporada à economia global” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 62).

Segundo Leão, S. (2017) foi em Santarém, cidade metropolitana de Belterra, onde se iniciou as primeiras plantações de arroz e milho. Através de estudos de técnicas de plantação, foi possível chegar à conclusão, de que era possível fazer o uso da terra para duas safras, mas em período propício, no inverno amazônico, que ocorre nos períodos de dezembro a junho. De

início se produziu arroz, mas tanto esse, quanto o milho, foram perdendo espaço para a produção de soja, ou seja, foram substituídos.

Em vista disso, Conceição (2015) acredita que Belterra e Santarém são municípios que tiveram um alto nível de produção de grãos como a soja e o milho, e essa expansão agrícola acarretou em inúmeros fatores como: as diversas pressões que o meio rural sofreu devido as imposições de um novo modo de manusear instrumentos e aplicar técnicas ditas mais modernas etc. Consequentemente, nota-se que a incorporação de novas e inovadoras tecnologias, tornam o campo um lugar desassossegado.

É sob essa égide que essas culturas agrícolas ganham grande espaço no meio rural. A partir do que os autores Leão, S., (2017) e Conceição (2015) mostram em seus estudos, será destacada da produção de grãos neste trabalho, apenas as monoculturas de milho e soja, sob a perspectiva de quantidade produzida. Dados contidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) mostram a evolução da quantidade produzida (toneladas) de grãos das culturas de milho e soja nos anos de 1990 a 2019, nas cidades de Santarém e Belterra.

O **Quadro 04**, revela que nos anos de 1990-1996 apenas o milho era produzido em Santarém, isso se deve pelo fato de Belterra ainda está incorporada à cidade, que nesses anos era um distrito de Santarém.

Quadro 04 – Quantidade Produzida de Soja e Milho (em Toneladas) em Santarém e Belterra (1990-1996)

Município	Ano x Produto das lavouras temporárias e permanentes													
	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996	
	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)
Belterra (PA)
Santarém (PA)	5000	-	7500	-	4200	-	7000	-	4000	-	5300	-	7704	-

Fonte: IBGE (2021b).

O **Quadro 05**, mostra dados obtidos dos anos 1997-2003. Nela, o então, município de Belterra começa a apresentar um alto quantitativo de plantação de milho, mas decai nos 3 anos seguintes e volta a crescer no ano de 2001. A cidade de Santarém, indica, em 1997, uma queda significativa com relação aos anos anteriores, volta a crescer no ano de 1999, mas não na mesma proporção de antes. Diferentemente da cultura do milho, a da soja começa a dar indícios em Santarém no ano de 1997 e em Belterra apenas em 2002.

No ano seguinte, 2003, ambas as cidades apresentam um altíssimo crescimento, se comparado ao ano anterior, 2002, na produção de soja. Belterra apresenta um quantitativo de produção 8 vezes maior, enquanto que Santarém essa quantidade produzida chega a ser 20 vezes maior, conforme o quadro abaixo.

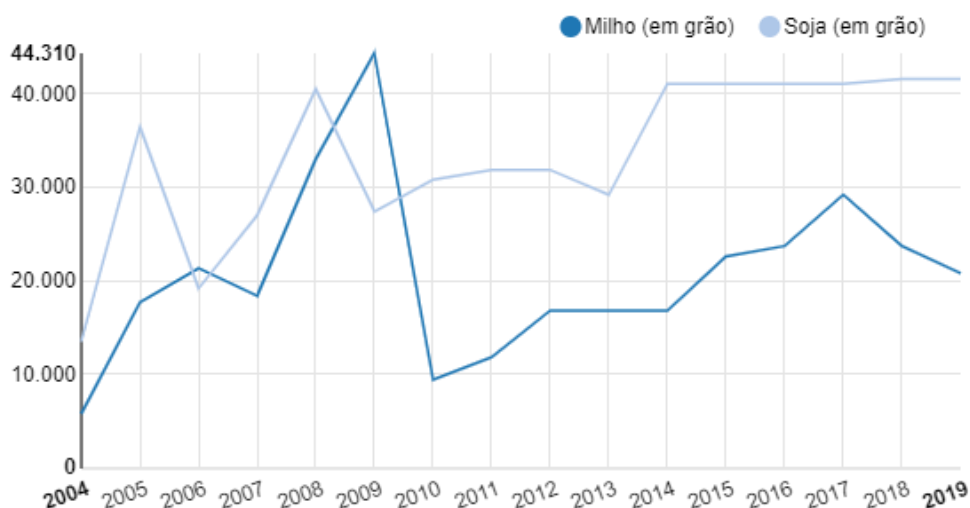
Quadro 05 – Quantidade Produzida de Soja e Milho (em Toneladas) em Santarém e Belterra (1997-2003)

Município	Ano x Produto das lavouras temporárias e permanentes													
	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003	
	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)
Belterra (PA)	2000	-	1440	-	1560	-	1620	-	2490	-	3240	450	5040	3780
Santarém (PA)	2400	107	1600	-	3000	761	2380	135	2760	75	2400	600	2700	12420

Fonte: IBGE (2021b).

Os **Gráficos 01** e **02**, abaixo, apresentam como se processou a quantidade produzida de soja e milho nos anos seguintes, 2004 a 2019 para os municípios de Belterra e Santarém.

Gráfico 01 – Quantidade Produzida de Soja e Milho (em Toneladas) em Belterra (2004-2019)



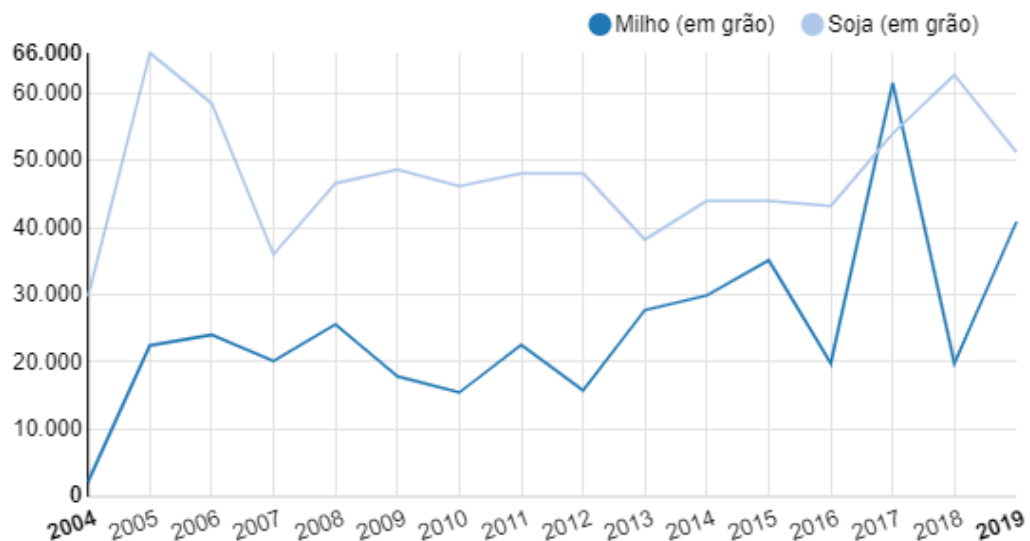
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Fonte: IBGE (2021b).

Nota-se que a quantidade produzida de milho teve seu ápice em 2009, com 44.310 toneladas, porém, no ano seguinte ocorre uma baixa brusca em sua produção. Já a soja,

apresenta uma oscilação em sua produção (2004-2013), e a partir do ano de 2013 ela começa a apresentar índices de crescimento, e de 2014 em diante se mantém constante, permanecendo numa produção de 41.000 toneladas/ano.

Gráfico 02 – Quantidade Produzida de Soja e Milho (em Toneladas) em Santarém (2004-2019)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Fonte: IBGE (2021b).

Diferentemente, os dados do **Gráfico 02** exibem que a produtividade do milho, em Santarém, dá indícios de uma maior concentração no ano de 2017, com 61.500 toneladas. E a produção de soja chega ao seu ponto ótimo de produção bem antes, em 2005, com 66.000 toneladas anualmente. Nos anos seguintes houveram muitas variações, e apenas em 2018 apresentou uma forte alteração, assumindo 62.700 toneladas, mas no ano seguinte decaiu novamente.

Constata-se, através dos **Gráficos 01 e 02**, portanto, que as produções tanto de soja, quanto de milho começaram a ser cultivadas primeiramente no município de Santarém, isso se deve pelo fato de que Belterra, até o ano de 1995, ainda ser incorporada à cidade de Santarém. Apesar da região Belterrense apresentar altos índices de produtividade ao decorrer dos anos, a cidade de Santarém, até 2019, ainda expressa sobre esses dois cultivos, um quantitativo mais elevado de produção (em toneladas). Fazendo um comparativo entre a produção de soja e milho nesses dois municípios, nos anos de 2004 a 2019, em Belterra o milho apresentou em 2009 maior produtividade (44.310 toneladas) que a soja, que em seus melhores anos apresentou 41.553 toneladas (2018 e 2019).

Do contrário, os dados do município de Santarém, indicaram que a produção de soja sempre foi muito maior que a de milho, essa por sua vez apresentou apenas no ano de 2017 um índice alto, mas sequencialmente decaiu. Em seu melhor ano, a soja apresentou 66.000 toneladas e o milho 61.500 toneladas. Analisando por esse contexto, tanto Santarém, como Belterra, são municípios de muita importância no mercado do agronegócio.

Mercado esse, dominado e controlado apenas pelos grandes produtores rurais e empresas nacionais e multinacionais do setor logísticos – portos, se considerarmos a região do Oeste do Pará. Uma região cobiçada muito mais pelo seu potencial de escoamento do que pelo seu potencial produtivo. E, considerando a expansão de portos que vem ocorrendo no distrito de Miritituba, situado no município de Itaituba, pode-se dizer que esse conjunto de produção e escoamento tanto abriu a região para a expansão de grãos, quanto para ser rota de escoamento que, como dito anteriormente reduzirá os custos de produção, além de se configurar em uma nova rota, desafogando o tráfego das existentes (LEÃO, S., 2017).

São esses produtores rurais e empresários do setor logístico que, por sua vez, detém os maiores benefícios econômicos extraídos dessas regiões. Essa situação, impacta diretamente e de forma negativa a vida dos habitantes locais, pois muitos deles acabam deixando ou sendo expulsos de suas terras, e partem para as cidades, desencadeando inchaço e especulação imobiliária urbana. Perante essas e outras situações, conflitos começam a ganhar destaque, sendo o grupo dos produtores familiares, um dos mais afetados. (CONCEIÇÃO, 2015).

Logo abaixo, na terceira, e última seção, buscarei dialogar sobre as duas formas de desenvolvimento, imposta a região de Belterra. A primeira é a instalação da Companhia Ford Industrial, com sua perspectiva de empreendimento voltado a produção e comercialização da borracha. E a segunda, a introdução de um sistema de agricultura, sob domínio dos detentores do grande capital, buscando assim responder à questão título desse capítulo.

3.3 Dois Grandes Projetos de Desenvolvimento: a borracha de Henry Ford e a expansão agrícola de grãos

Depois de toda essa gama de descrições e discussões envolvendo os dois maiores projetos econômicos implantados em Belterra, concordo com Conceição e Silva (2020) quando afirmam que tanto o primeiro momento, quando Belterra torna-se uma cidade-empresa, quanto o segundo, quando o governo permite, mais uma vez, a entrada de mais um novo empreendimento (agricultura de grãos), são impulsionadores das mais diversas atrocidades e violências que o espaço amazônico tem vivido. Sejam elas nos âmbitos ambientais e/ou sociais.

O primeiro projeto, idealizado e fundado pelo então empresário norte-americano Henry Ford, fez crescer no interior da Amazônia uma cidade-empresa nunca antes vista no mundo. Como destacou-se no Capítulo 2, Ford tinha ideais de possuir uma grande plantação de seringa para extração do látex, e conseqüentemente produzir borracha, e assim ofertar para grandes mercados do mundo este insumo. Era um projeto altamente audacioso, que previa alimentar os interesses econômicos do mundo todo e, principalmente dos EUA (CONCEIÇÃO; SILVA, 2020). O objetivo principal, era basicamente, “a produção em larga escala de borracha para suprir a indústria de automóveis e se tornar autossuficiente na fabricação de pneus” (LEÃO, S., 2017, p. 67).

Sendo assim:

[...] a articulação das relações comerciais e econômicas das cidades preexistentes na Amazônia não estava mais vinculada somente às dinâmicas da natureza e a escala local e regional, como nas “cidades da floresta”. Mas, as “cidades na floresta” assume um status de exploração econômica que visa atender uma demanda exógena, cristalizada por meio da racionalidade capitalista que se projeta no espaço e promove a “modernização” do território, pois colonialidade e modernidade são indissociáveis e representa um projeto de intencionalidades hegemônicas de dominação/opressão e produção/exploração (CONCEIÇÃO; SILVA, 2020, p. 23-24).

Foi uma dinâmica totalmente vinculada a uma exploração que visava atender apenas as demandas externas. Mesmo pautado por um mero discurso de retomada de desenvolvimento, nada do que se construía ali era em prol ou em benefício interno e, desta forma a região de Belterra era palco, pela primeira vez de processos desenvolvimentistas onde a pauta para Amazônia estava atrelada a exploração de seus recursos naturais, ocupação local, integração, defesa nacional e investimentos em empreendimentos logísticos com o objetivo de incorporar regiões amazônicas em um processo de desenvolvimento de “fora para dentro” (LEÃO, A., 2017).

Isso acarretou como consequência uma clara transformação, nas formas e maneiras que os povos e comunidades se organizavam e se relacionavam – afetou, portanto, diretamente o modo de vida amazônico, sob o discurso de desenvolvimento e de preenchimento dos “espaços vazios”, integração e defesa do território. Essa população foi totalmente subjugada e colocada a margem. Foram impostas a ela uma cultura que não era a sua, matando suas memórias, linguagens, e saberes tradicionalmente amazônicos, inserindo-a em um processo de desenvolvimento cujo os interesses eram atender os objetivos internacionais aos quais o Brasil e seu governo estavam e estão dependentes (LEÃO, A., 2017; CONCEIÇÃO; SILVA, 2020).

Esse capital estrangeiro, adentrou na Amazônia com a prerrogativa de desenvolvimento, porém, desenvolvimento para quem? Se durante e após o fracasso da

Companhia Ford Industrial muito pouco se consolidou ali. Foi uma promessa de industrialização rasa, que na verdade camuflava os reais interesses que eram a exploração dos recursos naturais existentes. Uma das consequências deixadas pelo declínio da empresa de Ford em Belterra, foi o desemprego, diversas famílias (principalmente os seringueiros) se viram sem rumo (CONCEIÇÃO; SILVA, 2020).

Com isso, começaram a trabalhar com o que a terra tinha para vos oferecer. É dessa forma, surge um novo grupo social denominado de camponês-agroextrativista. Além deles, já haviam por ali, diversos outros atores que trabalhavam de maneira ferrenha com a terra. Trabalhavam manualmente, sem qualquer indício de maquinários; a relação homem-natureza era de respeito, pois dela tiravam seu sustento (CONCEIÇÃO, 2015; CONCEIÇÃO; SILVA, 2020).

Para Conceição e Silva (2020, p. 25):

[...] a terra para o campesinato é terra de trabalho e não terra de negócio. Para o campesinato o trabalho é familiar e a natureza não é mercadoria, pois garante a reprodução social da vida. E na Amazônia, as particularidades e singularidades regionais desses trabalhadores e trabalhadoras do campo devem ser levadas em consideração, na medida em que terra/território/natureza são categorias indispensáveis para compreensão dos modos de vidas das comunidades rurais camponesas.

Portanto, não só esse grupo social, mas os diversos outros que vivem na Amazônia, mais precisamente, no município de Belterra, são populações que estão/estavam acostumadas a viver do que a natureza lhes oferecia. O que colhem dela são para sua própria sobrevivência e o restante serve para comercialização local, afim de adquirir uma renda. Nota-se, que essa visão diverge totalmente das ideologias do grande capital, quem veem o meio natural como um poço de recursos sem fim (CONCEIÇÃO; SILVA, 2020).

Essa lógica, traz consigo, o uso da natureza como *locus* de recursos naturais que precisam ser explorados para atender as necessidades do processo produtivo capitalista. Com isso, percebe-se que desde a instalação da CFIB à entrada de megaempreendimentos do agronegócio, a região de Belterra foi e está sendo vista como um espaço capaz de fornecer os recursos necessários (borracha e depois terra) para atender as demandas macroeconômicas nacionais (manter a balança comercial positiva a partir do modelo primário exportador) e as demandas internacionais de recursos naturais que eles conseguem produzir em larga escala. O que, segundo Conceição e Silva (2020) apenas reproduz, em diferentes momentos da história de Belterra, inúmeras relações de desigualdades como resultado desses processos.

Portanto, é perceptível que mesmo que tenham ocorrido em contextos históricos distintos, essas duas formas de desenvolvimento trazidas de fora, propagaram/propagam impactos diretos aos modos de vida das populações. E, assim, retorna-se a questão desse capítulo que se pauta na reflexão de que a expansão agrícola de grãos para Belterra pode ser considerada uma nova forma de desenvolvimento? Para aqueles políticos que venderam essa ideia à região no início do processo de expansão, para os agricultores e empresários que adentraram à região, pode até ser.

E, se levarmos em consideração o tempo que esse processo vem se consolidando na região, partindo dos altos e baixos das políticas públicas, inclusive com mega planos de asfaltamento da BR-163¹¹, promessas de implantação de outras multinacionais para além da Cargill e, de um desenvolvimento pautado nessa expansão, quase nada tem se percebido. Portanto, de nova forma de desenvolvimento não se tem nada, ao contrário, o que se percebe é uma grande semelhança quanto aos processos que não priorizam a região amazônica e sim os interesses externos.

Mas, uma diferença, importante a ser destacada, a partir dessas duas realidades é que enquanto, num primeiro momento (Projeto de Henry Ford) as populações que viveram no período do Projeto Ford por não terem tido a oportunidade de se organizarem a contento, não tiveram muitas escolhas a não ser aceitar o que lhes foi imposto, hoje (Projeto de Expansão Agrícola de Grãos) se tem evidências que ao longo desse processo atores diversos (sindicatos, associações, movimentos sociais e em defesa da Amazônia, indígenas, quilombolas, etc.) estão organizados e articulados, buscando se opor as ações nefastas como poluição, degradação ambiental, expulsão de pequenos agricultores das terras que o processo de produção de monoculturas na região vem desencadeando, mesmo que muitas dessas lideranças tenham que sofrer ameaças e, até sucumbir assassinadas (PEREIRA; LEITE, 2011).

Em ambos os casos, a natureza, sob o domínio do grande capital, passa a ser uma mercadoria, que obedece única e exclusivamente a lógica econômica; lógica que ou expulsa os povos, populações e/ou comunidades, ou faz deles uma ferramenta nesse mundo capitalista, tornando-os meros trabalhadores assalariados (CONCEIÇÃO; SILVA, 2020). Assim sendo, todo um modo de vida é inferiorizado, desumanizado e desconstruído, em prol de um dito desenvolvimento. Não se pode deixar de enfatizar que, a introdução e permanência dos dois projetos, em Belterra, foram ações extremamente articuladas pelo governo, que deu e dá assistência a esses empreendimentos, em diversos níveis, seja por meio de isenções, fiscais,

¹¹ Para fins de aprofundamento dessas políticas, ver Leão, A. (2017).

financiamento, flexibilização de leis ambientais ou até mesmo estudos de viabilidade econômica (PEREIRA; LEITE, 2011).

Sob o discurso camuflado do desenvolvimento econômico, cede terras para que esses empreendimentos se fixarem na região, e dão liberdade para que os mesmos possam agir da forma que lhes convém, deixando pouco ou quase nada de positivo para região que ainda permanece uma região subdesenvolvida até mesmo pelos moldes do desenvolvimento econômico tradicional. As dinâmicas estabelecidas por este processo, a exemplo da monocultura de grãos, são rebuscadas e bem abastecidas por tecnologias que os pequenos produtores locais não têm oportunidade de utilizar, e por conta disso, suas técnicas são taxadas como arcaicas e primitivas, sem levar em consideração, partindo da realidade amazônica, se os saberes tradicionais e seus usos da natureza são mesmo arcaicos ou condizentes com a realidade amazônica. Essa visão mercadológica, trabalha sob a racionalidade do lucro, com ideais predatórios e deixa de lado a ótica de utilização da terra para subsistência, bem como usos alternativos de recursos provenientes da região amazônica (PEREIRA; LEITE, 2011).

Sendo assim, mesmo que esses dois projetos, tenham ocorrido em períodos distintos, estão inseridos num contexto de impactos socioambientais extremamente semelhantes. A lógica capitalista, a qual se baseia o agronegócio¹², por exemplo, é totalmente inversa à dos agricultores familiares, pescadores, extrativista da região amazônica. O avanço dessa agricultura considerada hegemônica, atinge diretamente os pequenos agricultores e povos tradicionais, justamente pela imposição de práticas ditas mais modernas, logo, mais rentáveis, mas, que vem de fora para dentro, sem respeitar a realidade e o dinamismo local. As práticas adotadas por esses povos, que são fincadas e enraizadas em grandes saberes e crenças tradicionais, não passam de um mero obstáculo que precisa ser superado pelo tão propagado desenvolvimento (SANTOS, 2015).

É a partir dessa imposição de desenvolvimento, que muitas dessas populações acabam saindo de suas terras para tentar a sorte em áreas urbanas (VENTURIERI et al., 2007); vendem as terras por um baixo preço e tentam um caminho com base em trabalho assalariado, seja no próprio âmbito rural (contratados pelos empreendimentos do agronegócio), ou nas grandes cidades (PEREIRA; LEITE, 2011). A tendência do agronegócio, ao ocupar áreas destinadas a monocultura, “[...] é expulsar quem já as ocupava, ou reduzi-los a situações expropriantes” (SANTOS, 2015, p. 117).

¹² “A elevada demanda por *commodities* gerou um processo de “primarização” do mundo (Apex-Brasil, 2011) e se traduziu em oportunidades e desafios para os países detentores de amplas reservas de recursos naturais e de grandes extensões de terras agricultáveis, como o Brasil” (WESZ JUNIOR et al., 2021, p. 02).

Mas que desenvolvimento é esse? Que lógica mais distorcida é essa? Que de um lado adentra em um território sem o respeito devido das suas características ou realidades e, de outro expulsa os detentores legais de suas terras, para abrir caminho para um desenvolvimento que busca apenas o lado econômico e esquece totalmente do lado social, cultural e ambiental, tendo a chancela, em muitos momentos históricos, de um Estado que apenas está à mercê dos detentores do grande capital interno e externo.

As políticas governamentais, voltadas para processos de desenvolvimento em prol do país e das regiões, que deveriam ser instrumento dinamizador desses processos, voltam-se, atualmente única e exclusivamente para atender aos interesses do mercado das *commodities* de grãos. Enquanto disponibilizam territórios para esse segmento de mercado, se é negada a territorialidade dos povos (CONCEIÇÃO; SILVA, 2020), e, o governo prefere escolher o grande capital e interesses individuais a ter que de fato cumprir seu papel de Estado fomentador de políticas que visem um desenvolvimento capaz de equacionar as realidades e necessidades das regiões e do país, afirmações que coadunam com as descrições apresentadas no Capítulo 1 quando foi introduzida a discussão sobre novo-desenvolvimentismo.

Mas, do que nunca os dias atuais estão representados nesses processos, onde se perceber o retorno do fortalecimento no Brasil de processos de reprimarização da economia que só enfraquecem a possibilidade de um desenvolvimento mais equitativo e dinâmico, pois ainda estamos, enquanto país e região sob a égide do setor primário exportador. E toda essa lógica, segundo Santos (2015, p. 15) foi de fato orquestrada:

O Estado funcionou como mentor, como assegura Noronha e Schlesinger (2006), ao fornecer tecnologia, financiamento, infraestrutura e financiando fazendas de soja e processadores de grãos por meio do Banco da Amazônia e outros instrumentos de financiamento (SANTOS, 2015).

Além disso, forneceu diversos estudos de viabilidade econômica da produção de soja e qualidade do solo, e quando foi comprovada a viabilidade para a produção atraíram produtores do Mato Grosso, e por fim, foi concedido espaço para a entrada e permanência de um porto pertencente a multinacional Cargill S.A. que facilitaria escoamento dos grãos. Algumas políticas econômicas, são importantes frisar, como o Programa Brasil em Ação e Avança Brasil, criados no governo de Fernando Henrique Cardoso, que, a partir delas, se inicia a abertura da fronteira agrícola do agronegócio, baseados em um “novo” modelo de desenvolvimento econômico, que de novo não tem nada. Esses estímulos governamentais aos empreendimentos privados estão presentes na história da Amazônia desde os governos militares, a exemplo, do PIN, do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da

Amazônia (POLAMAZÔNIA), do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) etc., sendo, basicamente as medidas que os governos buscaram para promover o desenvolvimento da economia da Amazônia (SANTOS, 2015).

Segundo Conceição (2015, p. 59):

Esse modelo agroexportador perpassa por uma questão política, onde o Estado cede abertura para o capital (empresas multinacionais) penetrar na Amazônia, exercer o poder sobre o espaço e expandir sua área de influência. O papel do Estado é reduzido nesta situação e o controle do território passa a ser assumido agora, não por uma pequena empresa local, mas por grandes corporações hegemônicas. Assim, a ação das empresas institucionaliza uma modernização do território, permitindo sua fragmentação, no qual alteram as dinâmicas preexistentes no espaço agrário que são reflexos também no meio urbano, em decorrência da globalização da economia.

Nota-se, portanto, que “o cenário foi preparado para receber a implantação do agronegócio nesse território. Entretanto, quanto aos camponeses locais, não se verifica por parte dos órgãos oficiais, fornecimento de subsídios para lidarem com essa situação” (SANTOS, 2015, p. 115). A cada atitude tomada pelo poder público, a favor de empreendimentos externos, fica mais evidente o esquecimento para com a categoria rural, o que falta realmente, são políticas públicas efetivas, que busquem auxiliá-los de alguma forma (SANTOS, 2015).

O agronegócio tenta se estabelecer, como a melhor alternativa para o modelo de desenvolvimento quisto pelo Estado, e para isso, constroem toda uma ideia de superar o atraso da economia brasileira, com seu falso discurso de eficiência produtiva. É certo, que a vertente dessa agricultura mecanizada traz alguns benefícios como uma melhor infraestrutura e o crescimento de comércio, porém não contempla ou beneficia a todos, sempre uma parcela da sociedade ficará a margem desse grande negócio (SANTOS, 2015).

O mercado de grãos, tem grande importância no mercado nacional e internacional, e por isso, tem muita influência nos locais onde atua. Alguns nomes de empresas se destacam nesse setor, são elas Cargill, Bunge e a ADM (internacional) e Amaggi e Caramuru (nacional) (CONCEIÇÃO, 2015). Para Conceição (2015, p. 58): “Estas multinacionais representam grandes *trades* exportadores de grãos que monopolizam o território pelo viés dos fluxos produtivos organizados em cadeias” que tem como produto alvo, neste cenário globalizado, a soja.

A região norte do Brasil detém o chamado Arco Norte, que é uma integração logística para o escoamento desses produtos. É um canal hidroviário, a qual liga os municípios de Porto Velho, Itacoatiara e Santarém, que tem como destino final os países da Europa, Ásia e os Estados Unidos. Esse e demais sistemas, como a rede de rodovias, a exemplo a BR-163, fizeram do lugar, um local desassistido, onde as práticas como agricultura familiar e

extrativismo, cada vez mais desaparecem ou se perdem, dando lugar a produção de monoculturas (CONCEIÇÃO, 2015).

Essa estratégia logística, de uma nova rota, a qual faz parte a região norte, foi criada justamente para atender com mais rapidez as grandes demandas externas, a menores custos. Chegou-se a uma rápida conclusão que enfrentar todo um caminho até os portos do sul e sudeste não era tão viável assim. Assim como essa, diversas outras estratégias foram adotadas para que esse modelo fosse estruturado na região (WESZ JUNIOR et al., 2021).

Os mercados apostaram fortemente em meios tecnológicos (mecanização do campo) e na utilização de bons fertilizantes para expandir a produção, ou seja, elevar sua produtividade. Esta conjuntura, de expansão de territórios para áreas destinadas a plantios de grãos, cada vez mais ganha espaço na economia do país. E essa situação apenas alimenta o crescimento de grandes projetos como abertura de novas estradas, portos, hidrovias e etc., mudando assim, toda a dinâmica do meio rural, que agora passa a ser impulsionada por dinâmicas externas (WESZ JUNIOR et al., 2021).

Sendo assim, de acordo com Conceição (2015, p. 61):

[...] percebe-se que foi nesse período que a geografia agrária na Amazônia começou a tomar novos rumos, envolvendo neste caso, a atividade do agronegócio, no qual destacou um cenário agroexportador bem expressivo. Pois, conforme Fernandes (2014), a hegemonia do agronegócio no Brasil ou no mundo não aceita outro modelo de desenvolvimento que não seja o agroexportador. Esse “padrão de desenvolvimento” adotado pelo governo para se pensar em políticas públicas atrativas para os empresários a se instalarem na região amazônica e fazer uso do território para fins agrícolas, demandam a concentração fundiária e a propriedade privada.

O “outro lado da moeda”, são os pequenos produtores, os agricultores familiares, pescadores e extrativistas, que tem uma participação econômica local e regional de extrema importância, pois esse grupo, é responsável pelo abastecimento de diversos produtos alimentícios, como frutas, legumes, verduras, peixes, produtos da floresta etc. Porém, essa lógica, não é considerada viável quando se diz respeito ao crescimento do desenvolvimento econômico brasileiro, que eleva PIB. O que se propagou como o certo, é trabalhado pelo mercado de grãos, que possui uma monocultura que trabalha em larga escala, que atende e tem relações com mercados globalizados (CONCEIÇÃO, 2015).

Segundo Conceição (2015), é cada vez mais nítido, o quanto a dinâmica adotada pelos diversos governos ao longo da história sucinta numa lógica, onde só o que importa é o lado econômico do grande capital. Tantos foram os processos de desenvolvimento aplicados na região, porém, todos voltados para o seguimento da economia que “centra-se na ideia da acumulação de riqueza e na expectativa que o futuro guarda em si a promessa de um maior bem

estar [...]. Desenvolver é sinônimo de acumular para depois distribuir” (SANTOS, et al., 2012, p. 48).

Sob essa prerrogativa, percebe-se que talvez uma parte do desenvolvimento tenha chegado na região, mas não para a região: o voltado para a acumulação e exploração dos recursos em prol do grande capital e das dinâmicas macroeconômicas externas. Portanto, a outra forma dele ficou pelo caminho, o distribuir, o deixar renda e benefícios reais para a população local. Um grupo minoritário, detentores do grande capital, se fizeram presente mais uma vez para obter as vantagens, e os menos favorecidos não obtiveram ganho algum, seja ele econômico e/ou social.

E, nesse embalo finalizo esse capítulo respondendo a questão: desenvolvimento para quem? Partindo dos dois grandes projetos aqui relatados, fica muito nítida a resposta: para os “de fora”, para atender os interesses do capital internacional e meandros da relação economia nacional/global, sem levar em consideração o que de fato seria um processo de desenvolvimento pensado para e na Amazônia, se considerarmos as principais referências aqui trabalhadas. Dito isso encerra-se esse capítulo e, a seguir sistematizaremos um pouco mais tais reflexões nas Considerações Finais, evidenciando o caminho percorrido para que neste trabalho se pudesse alcançar responder sua problematização e objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses dois processos estabelecidos no município de Belterra, primeiro, a implantação das Indústrias Ford (1934-1945), e posteriormente, a Expansão Agrícola de Grãos (1990 até os dias atuais) foram firmados e estabelecidos na região com o pleno intuito e sob o discurso do Governo Federal de desenvolver a Amazônia. Trazendo à tona o **primeiro momento** de entrada da Companhia Ford Industrial, é notório o quanto essa dinâmica de desenvolvimento estava inserida num contexto puramente econômico, que buscou atender às exigências capitalistas externas. Ou seja, idealizavam atender não a uma lógica interna que pudesse beneficiar a região, mas sim responder, através da oferta do insumo borracha, aos grandes mercados de fora.

Foi dado, pelo governo brasileiro, a esse empreendimento inúmeros benefícios como quilômetros e mais quilômetros de terras (para construir a maior plantação de seringueiras vista no mundo todo, provocando uma série de destruição das matas nativas, fora os contrabandos de outros recursos naturais como madeira e ouro), generosas isenções fiscais e mão de obra barata. Nesse período, o espaço amazônico passa a sofrer as mais diversas atrocidades e violências ambientais e sociais. O próprio governo dá margem para que se promova a exploração desenfreada em prol “da modernização e do progresso”.

Ao se basear nessa dinâmica, o Estado deixa de lado, ou finge não ver, que antes de se implantar tal indústria (cidade-empresa), havia uma população, constituída de ribeirinhos, descendentes de indígenas, agricultores familiares, etc. e, portanto, o discurso de desenvolver a região e assim “ocupar espaços vazios” não era tão válido. É evidente que esse discurso, apenas exclui uma população e toda uma cultura existente, ou seja, não levam em conta, a organização social desses grupos.

É certo, que as tomadas de decisões, que envolvem questões sobre o desenvolvimento, dos diversos governantes, passados pelo país, não foram das melhores. A própria CEPAL, por exemplo, foi criada para auxiliar os diversos governantes da América Latina através de planejamentos de políticas. Porém, mesmo que em alguns governos como o de Vargas e JK tenham tido um certo êxito em suas políticas desenvolvimentistas implantadas na época, a Amazônia não foi assim tão favorecida.

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945), por exemplo, foi um dos mais incisivos quanto a essa lógica de ocupação, determinando que a Amazônia era uma “região selvagem que precisava ser ocupada por civilizações modernas”, idealizavam que a mesma era/é rica em recursos naturais, porém, esses recursos não estavam sendo devidamente valorizados. Esses

argumentos eram pautados no imaginário de que os poucos que viviam ali não tinham a capacidade de utilizar e transformar os recursos ofertados pela natureza de forma correta. Sendo que quando se fala em forma correta de uso, eles querem se referir a transformação desses recursos em riquezas monetárias, ou seja, só se via o lado econômico.

Não é novidade que o Projeto de Henry Ford só adentrou a Amazônia com o objetivo único de exploração, e a partir do momento que não se obtém os retornos econômicos esperados, Ford decide que seu empreendimento deve abandonar a região. Esse fracasso, provoca sérios danos ao lugar, pois o mesmo acaba passando pela responsabilidade de várias instituições governamentais, o que não gerou boas expectativas para o lugar e a sociedade. Os trabalhadores que dependiam diretamente da Companhia, por exemplo, se viram sem rumo, desempregados.

Após o fechamento da CFIB, algumas obras foram iniciadas, mas não finalizadas, como a tentativa de abertura de uma estrada que ligaria Belterra a Fordlândia, e vice-versa, que foi abandonada no início. Por anos, diversos estudos sobre desenvolvimento econômico foram feitos na região, mas nenhuma das propostas estabelecidas chegou a ser aplicada pelo governo. Foi apenas com a especulação da abertura da rodovia BR-163 que houve, novamente, uma certa esperança de desenvolvimento.

O início dessa obra rodoviária, caracterizada como um grande projeto de integração na Amazônia, traz consigo mais um jargão governamental da década de 1970, “integrar para não entregar”, o que leva, mais uma vez, pessoas de todas as partes do país a se deslocarem para a Amazônia, em busca de melhores expectativa de vida. Um “grande projeto” adormecido à décadas devido ao descaso do poder público em finalizar o asfaltamento da Rodovia BR-163, deixando no isolamento por via terrestre vários municípios da região do Oeste do Pará. E, que “acorda” nos anos de 1990, como uma estratégia novamente de desenvolvimento na Amazônia quando os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, colocam o fim do asfaltamento da rodovia BR-163 como prioridade de governo.

Com a retomada do discurso de asfaltar a rodovia BR-163 (conhecida também como rodovia Cuiabá-Santarém), se tem o **segundo momento**, deixando bem claro que essa política de conclusão da Rodovia não vinha em prol da Amazônia, mas, em função do incentivo à expansão da fronteira agrícola, sentido Mato Grosso-Pará. Uma expansão pautada na agricultura de grãos para exportação e todo o aparato logístico que o mesmo carrega consigo. Que assim como o primeiro, é respaldado pela lógica desenvolvimentista do Governo Federal de modernizar a região.

Mais uma vez, pela ideia disseminada de “fora para dentro” de que a Amazônia necessita “escapar do atraso econômico” e contribuir com o desenvolvimento do país, usa-se o caminho mais fácil, o caminho do setor primário (agrário-exportador), que sempre teve grande força na economia do país e nunca deixou de ser realidade, via a abertura ao grande capital. O discurso de desenvolver a Amazônia prevalece, retoma-se, portanto, aquele famoso enunciado de “vazio demográfico”. Porém, esquecem, que desenvolver não é limitado só a isso: ocupar ou mesmo preencher.

O desenvolver ou o próprio desenvolvimento impõe muito mais que isso, mesmo que no início tenha tido uma associação do desenvolvimento atrelado ao econômico, anos de pesquisas sobre o tema levaram diversos estudiosos a provar que os processos de desenvolvimento vão muito além disso. Desenvolver não é apenas sinônimo de crescimento econômico, e nem deve mais ser atrelado só a isso. É algo muito maior e, que envolve uma gama de ações que devem dialogar entre si como: o econômico, o político, o cultural, o ambiental e o territorial. Essa categoria abre um leque de campos de estudos que reconhecem o quanto esse conceito é interdisciplinar e que precisa ser pensado de forma a ser sustentação de planejamentos e políticas que reflitam tais ideais e, eis aqui o grande desafio.

Desafio que, ao se trazer os dois objetos desse trabalho para essa reflexão se percebeu que a relação Sociedade e Natureza, antes desses empreendimentos se estabelecerem na região era de respeito, extraía-se apenas o que era necessário para a sobrevivência. Não havia indícios de utilização de altas tecnologias ou maquinários para se obter uma produção em larga escala, como é a realidade atual, do agronegócio (grande capital), que vê a natureza apenas como meio para obter recursos monetários. Porém, ao estabelecer esse modo de produção capitalista, e taxar as técnicas dos pequenos produtores como arcaicas e primitivas, esquecem que essa é a realidade dos povos da Amazônia, portanto, essa é a realidade que condiz com a região.

Acredita-se que o Estado que deveria amparar e buscar atender a esses povos através de políticas adequadas não vem cumprindo seu papel, tendendo apenas para o lado econômico, pois veem o modo de vida dos produtores rurais apenas como um obstáculo que precisa a todo e qualquer custo ser superado e não potencializado a ponto de fazer parte de processos de desenvolvimento. Esses dois processos produtivos capitalistas (primeiro com Ford e posteriormente os megaempreendimentos do agronegócio), mesmo que tenham ocorrido em diferentes períodos, convergem para uma mesma lógica, a exploração desenfreada de recursos da natureza, para assim obter ganhos econômicos.

Sendo assim, tanto um quanto o outro tiveram, guardados seus momentos temporais, como desdobramentos altos danos ao meio, pois provocaram altos índices de desmatamento, por necessitar de terras para sua produção, o primeiro para plantio de seringa e o segundo para o plantio de grãos. Essa lógica capitalista é, portanto, instaurada na região, nos dois momentos estabelecidos neste trabalho, sob argumentos de atender demandas por insumos internacionais e demandas econômicas nacionais e por meio delas estabelecer o desenvolvimento não só da região, mas do país, como dito anteriormente. Enfatizo que em ambos os casos a natureza fica em segundo plano.

Outro desdobramento que se assemelha é que os estímulos governamentais, que deveriam ser distribuídos de modo equitativo, foram moldados apenas para atender aos interesses dos grandes produtores, e isso faz com que não só a natureza fique em segundo plano, mas a população local também. O que prova apenas o quão forte são os processos de reprimarização da economia brasileira, se levarmos em consideração os dois projetos de desenvolvimento apresentados nesse trabalho. Conseqüentemente, essa realidade acaba por enfraquecer as possibilidades de um desenvolvimento mais dinâmico.

O agronegócio, hoje no Brasil é vendido como a melhor alternativa de desenvolvimento. Porém, mesmo que, de fato, proporcione algumas vantagens econômicas macroeconômicas como o crescimento do comércio, não beneficia a todos, o que seria/é o ideal. Logo, o setor dos pequenos produtores rurais deve ser levado em consideração pelo poder público, pois tem uma participação muito importante na economia local e regional, por serem responsáveis por abastecer esses mercados com seus produtos alimentares.

Mas infelizmente, por não proporcionarem um movimento na balança comercial do país, são descartados. Finalizo este trabalho, portanto, com a clara certeza de que ainda hoje os governantes e a “elite” produtiva do Brasil continuam dando prioridade para a dinâmica primária-exportadora, a qual prioriza o grande capital, por acreditar que esse é o meio correto de se chegar ao “desenvolvimento”. E, mesmo que utilizem desta palavra, é nítido pela história econômica, que a prioridade dos diversos governantes do país foi/é apenas o crescimento econômico, não o desenvolvimento propriamente dito, utilizando a palavra ou categoria desenvolvimento como meio de camuflar seus reais ideais.

Conseqüentemente, fica claro, que essa dinâmica desenvolvimentista favorece apenas aqueles que são detentores do grande capital, os intitulados neste trabalho como os “de fora”. Enfatizo, portanto, que os “de dentro” estiveram/estão sempre a margem, e com pouca ou nenhuma ajuda Estatal, ficando difícil sair da situação ou sensação de descaso que em muitos momentos, nós povos da Amazônia nos sentimos. O desenvolvimento deve ser pensado não

nas entrelinhas, mas com todo o seu potencial, deve ser um desenvolvimento realmente pensado para a região amazônica e, enquanto isso não acontece, continua-se estudando o passado para se entender o presente e buscar equacionar rumos melhores para o futuro e, desta forma acredito ser esta a principal contribuição desse trabalho: ser um estudo sobre desdobramentos de processos de desenvolvimento na Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Rogério. Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 4, p. 1-33, 2003.

AMORIM, Antônia. **A Dominação Norte Americana no Tapajós: a Companhia FORD Industrial do Brasil**. Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1995.

BARBOSA, Leonardo. Os conceitos de desenvolvimento e nacionalismo na crítica ao regime militar. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 173-197, 2011.

BARROS, Márcio; CANTO, Otávio; LAURENT, François; COELHO, Andréa. Fronteira Agrícola e Conflitos Territoriais nas Amazôniaas Brasileiras: a expansão do agronegócio da soja e seus efeitos no Planalto de Santarém, Pará-Amazônia-Brasil. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 2, p. 893-911, 2020.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRASIL. **Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012**. Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112678.htm. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. Teoria Novo-Desenvolvimentismo: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 145-165, jul.-dez., 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. **O Pensamento Novo Desenvolvimentista: notas para conferência e artigo, aproveitando ideias apresentadas na UFRGS, em Porto Alegre em junho de 2014**. 2014. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/conferencias/2014/651-Pensamento-novo-desenvolvimentista.24.7.14.pptx.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021, 20:11.

CAIDEN, Gerald; CARAVANTES, Geraldo. Reconsideração do Conceito de Desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 4-16, jan./mar. 1982.

CASSOL, Abel; NIEDERLE, Paulo. Celso Furtado e a Economia Política do Desenvolvimento Latino-Americano. In: NIEDERLE, Paulo; RADOMSKY, Guilherme (Org.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=KSA6DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=teoria+do+desenvolvimento&ots=NiffIh2jxQ&sig=fRnQ3Dz92fWXd2IJMWdkpxxafds&redir_esc=y#v=onepage&q=teoria%20do%20desenvolvimento&f=false. Acesso em: 12 ago. 2021, 13:27.

CASTELO, Rodrigo. O Novo Desenvolvimentismo e a Decadência Ideológica do Pensamento Econômico Brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 613-636, out-dez., 2012.

CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

CONCEIÇÃO, Francilene. Da Territorialização Camponesa à Territorialização do Agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA. **Revista Presença Geográfica**, Porto Velho, v. 2, n. 2, p. 55-69, 2015.

CONCEIÇÃO, Francilene; SILVA, Ricardo. Entre Rio Tapajós e Rodovia Br-163 Existem Territórios em Disputas em Belterra-Pará, Amazônia Brasileira. In: BARROS, Márcio (org.). **Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais no Oeste do Pará**. 1ª edição. Ananindeua: Editora Itacaiúnas, 2020.

CORDEIRO, Rui. Os Projetos de Desenvolvimento do Brasil Contemporâneo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, v. 34, n. 2 (135), p. 230-248, abril-junho, 2014.

CORRÊA, Carolina. **As Teorias do Desenvolvimento de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso Frente ao Ideário Cepalino**. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

CORTES, João; COUDEL, Emilie; PIRAUX, Marc; SILVA, Mariana; SANTOS, Beatriz; FOLHES, Ricardo; SILVA, Romero. Quais as Perspectivas da Agricultura Familiar em um Contexto de Expansão do Agronegócio? Zoneamento Participativo com Representantes Comunitários do Planalto Santareno. **Revista Franco-brasileira de Geografia**, Porto, n.45, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/28077>. Acesso em: 02 set. 2021.

CRUZ, José Saraiva. **Celso Furtado, o Teórico do Movimento Nacional-desenvolvimentista Cepalino-isebiano**. 2008. 315 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CRUZ, Marta. **Brasil Nacional-Desenvolvimentista (1946-1964)**. Disponível em: <<http://pedagogiaaopedaletra.com/wp-content/uploads/2013/04/Sele-o-de-textos-sobre-a-Hist-ria-da-Educa-o-no-Brasil-Rep-blica.pdf#page=24>>. Acesso em: 02 set. 2021, 22:58.

FARO, Alan do. **Belterra**. Disponível em: <https://www.tapajosmeuestado.com.br/p/belterra.html>. Acesso em: 18/11/2021.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 4ª Edição. São Paulo, SP: Editora Nacional, 1971.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2010.

GUMIERO, Rafael. Projetos de Desenvolvimento em Disputa: o debate entre a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o Grupo Misto CEPAL-BNDE. **Cadernos de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p. 129-150, jul-dez 2013.

GÓMEZ, Jorge. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada**, v. 3, n. 1, p. 1-13. 2002. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/798/821>. Acesso em: 19 de jul. 2021.

IBGE. **Belterra**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belterra/historico>. Acesso em: 6 abr. 2021.

IBGE. **Cidades e Estados**. 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belterra.html>. Acesso em: 27 dez. 2021.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2021b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 10 abri. 2021.

IBGE. **Cidades e Estados**. 2022a. Disponível em: <https://ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belterra.html>. Acesso em: 26 jan. 2022.

IBGE. **Cidades**. 2022b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belterra/pesquisa/23/25207?indicador=25191>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ICMBio. **Floresta Nacional do Tapajós**. 2021. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/>. Acesso em: 28 out. 2021.

ICMBio. **Mapas e Limites**. 2022. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/mapas-e-limites.html>. Acesso em: 26 jan. 2022.

INCRA/SR-30. **Assentamentos – Informações Gerais**. 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 01/02/2022.

LEAL, Daniel. **Henry Ford entre a Casa-Grande e o Chão de Fábrica**. 2015. 134 f. Trabalho de Graduação Individual em Geografia (Bacharelado) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LEÃO, Andréa Simone Rente. **Na Trilha da Estrada: (des) caminhos do Plano BR-163 Sustentável como concepção para o desenvolvimento na Amazônia**. 2017. 384 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LEÃO, Sandro Augusto Viégas. **Agronegócio da Soja e Dinâmicas Regionais no Oeste do Pará**. 2017. 204 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MALUF, Renato. Atribuindo Sentido(s) ao Desenvolvimento Econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-86, 2000.

MOLLO, Maria; AMADO, Adriana. O Debate Desenvolvementista no Brasil: tomando partido. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 1-28, abr. 2015.

NAHUM, João; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo. Encontros e Desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 17, n. 25, p. 47-70, jul-dez. 2014.

NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. **Turismo e Políticas Públicas na Amazônia Brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará**. 2012. 305 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2012.

NORMAS BRASIL. **Despacho Funai nº 52 de 29/10/2009**. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/despacho-52-2009_72423.html. Acesso em: 01/02/2022.

OLIVEIRA, Gilson. Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai-ago. 2002.

PEREIRA, José. Uma Breve História do Desenvolvementismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121-141.

PEREIRA, José. **Os Modos de Vida na Cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira**. 2012. 256 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, José; LEITE, Márcia. A “Fala do Desenvolvimento” em Belterra e a Transformação do Lugar em Dois Contextos de Modernização. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, n. 2, p. 197-217, dez. 2011.

PLANO DE MANEJO FLON TAPAJÓS. Volume 1. 2019. p. 21-316. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-do-tapajos/arquivos/plano_de_manejo_flona_do_tapajos_2019_voll.pdf/view. Acesso em: 26 jan. 2022.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE BELTERRA-PARÁ. Belterra: Prefeitura Municipal de Belterra, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA. **Histórico do município**. 2020. Disponível em: <https://www.belterra.pa.gov.br/municipio.php>. Acesso em: 27 dez. 2021, 14:41.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 4 ed. São Paulo: Respel, 2012.

PRUX, Rossana; SALOMÃO, Ivan. Cinquenta Anos de Nacional-desenvolvimentismo: notas sobre o caso brasileiro. **Revista Debate Econômico**, Alfenas, v.3, n.1, jan-jun. 2015.

ROBILLOTI, Paulo; MELLO, Cristina; CAVALIERI, Claudia. Desenvolvimento Econômico: velha CEPAL, nova CEPAL e o novo desenvolvimentismo. In: KON, Anita; BORELLI, Elizabeth (Org.). **Desenvolvimento Econômico no Brasil: desafios e perspectivas**. 1ª Edição. Curitiba: Editora Appris, 2016, p. 21-57.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**. Contestado, ano 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.

SANTOS, Edeilton. **Dinâmicas Territoriais no Processo de Expansão do Agronegócio da Soja e Campesinato no Baixo Amazonas/PA**, 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SANTOS, Gustavo; MATSUNAGA, Celia. Bela Terra: Obra audiovisual que versa sobre a ocupação norte-americana em Belterra-Pará. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Paranoá, n. 24, p. 142-150. 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328030056.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SANTOS, Oti. **Belterra: a sua história**. Santarém: Instituto Cultural Boanerges, 2004.

SANTOS, Grace. **Avaliação da Gestão da Floresta Nacional do Tapajós, Belterra-Pa, na Percepção dos Moradores da Comunidade Maguari**, 2014. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais da Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SIEDENBERG, Dieter. Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Unijuí, Ano 2, n. 3, p. 9-26, jan./jun. 2004.

SILVA, Flávio. O Conceito de Desenvolvimento no Pensamento de Arturo Escobar. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 17 n. 2, p. 170-181, dez. 2016.

SILVA, Leandro. **Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930 – 2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo**. 2013. 261 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

SILVA, Ana. Áreas Protegidas, Populações Tradicionais da Amazônia e Novos Arranjos Conservacionistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 1-22, 2019.

SILVA, Semírames. **Política de Desenvolvimento Municipal: análise dos instrumentos de planejamento urbano na gestão do município de Belterra – Pará**, 2012. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SILVA, Ricardo. CONCEIÇÃO, Francilene. Agronegócio e Campesinato na Amazônia Brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. **Revista GEOgraphia**, Niterói, vol. 19, n. 41, set./dez. 2017.

VARGAS, Felipe; ARANDA, Yara; RANDOMSKY, Guilherme. Desenvolvimento Sustentável: introdução histórica e perspectiva teórica. In: NIEDERLE, Paulo; RADOMSKY, Guilherme (Org.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 99-107. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=KSA6DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=teoria+do+desenvolvimento&ots=NiffIh2jxQ&sig=fRnQ3Dz92fWXd2IJMWdkpxxafds&redir_esc=y#v=onepage&q=teoria%20do%20desenvolvimento&f=false>. Acesso em: 12 ago. 2021, 13:27.

VENTURIERI, Adriano; COELHO, Andréa; THALES, Marcelo; BACELAR, Maria. Análise da Expansão da Agricultura de Grãos na Região. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 13, 2007, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: INPE, 2007, p. 7003-7010.

WESZ JUNIOR, Valdemar; KATO, Karina; LEÃO, Andréa; LEÃO, Sandro; LIMA, Maria. Dinâmicas Recentes do Agronegócio no Oeste do Pará (Brasil): expansão da soja e estruturação de corredores logísticos. **Revista Mundo Agrário**, Buenos Aires, vol. 22, n. 50, 2021. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/mae174>. Acesso em: 12 set. 2021.